

Revista de Antropologia

S U M Á R I O

EMÍLIO WILLEMS: Mudanças estruturais-funcionais em comunidades campesinas de cinco países europeus	113
RENÉ RIBEIRO: O episódio da Serra do Rodeador (1817-20): um movimento milenar e sebastianista	133
LÚCIA WOLLET DE MELLO: Costumes matrimoniais entre japoneses e seus descendentes no Brasil	145

PEQUENAS COMUNICAÇÕES
BIBLIOGRAFIA ● PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

DIRETOR: EGON SCHADEN, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

A REVISTA DE ANTROPOLOGIA, órgão oficial da *ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA* e da *SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA*, publica-se duas vezes por ano, em junho e dezembro.

Preço da assinatura anual: Cr\$ 150,00; para o estrangeiro: US\$ 2,50.

Os autores são responsáveis pelo conteúdo de seus trabalhos.

De cada artigo se tiram 80 separatas.

*
* *
*

Tôda correspondência deve ser enviada ao

Prof. Dr. Egon Schaden

Caixa Postal 5459

São Paulo, Brasil

REVISTA DE ANTROPOLOGIA

Volume 8.º

Dezembro de 1960

N.º 2

MUDANÇAS ESTRUTURAIS-FUNCIONAIS EM COMUNIDADES CAMPESINAS DE CINCO PAÍSES EUROPEUS

Emílio Willems

Professor da Vanderbilt University, Nashville

Neste trabalho tentamos comparar os resultados de alguns estudos recentes sobre comunidades campesinas européias, centralizando nossa análise nas seguintes questões: A civilização urbano-industrial realmente transformou a estrutura das comunidades em aprêço? Em caso afirmativo, quais foram estas transformações? Relacionam-se elas com mudanças estruturais? Comparando as diversas comunidades, procuraremos pôr em destaque semelhanças e diferenças relativas à ocorrência e extensão dessas transformações e, em seguida, apontar pelo menos algumas das variáveis a que se devem tanto essas esmelhanças como essas diferenças. |

A escolha de dez monografias, publicadas a partir de 1952, foi determinada pelo objetivo restrito do presente trabalho, pelo seu caráter exploratório e pela possibilidade de comparação oferecida pelos resultados a que chegaram autores diferentes. Das dez monografias, sete se referem a uma comunidade apenas, a saber, Gosforth, na Inglaterra, Arderen na Holanda, Nouville na França, Villmergen e Witikon na Suíça, Hüttenthal e Testorf na Alemanha. As três restantes abrangem mais de uma comunidade. Uma vez que Alsbach, Schneppenhausen, Spachbrücken e Ober-Mossau pertencem, ecológicamente, a uma mesma área, dominada pela cidade de Darmstadt (Alemanha), foram estudadas em conjunto, de maneira comparativa. Também as aldeias do Distrito Central Montanhês (Alemanha) constituem uma unidade local bem definida do ponto de vista ecológico, e fortemente consolidada. Talvez se possa considerar a planície da Baixa Alsácia como uma sub-cultura regional. Suas numerosas comunidades campesinas parecem bastante homogêneas para justificar sua inclusão neste trabalho.

Referências históricas, que não faltam em nenhum dos dez trabalhos, demonstram que, durante todo o passado de que se tem documentação, essas comunidades estiveram sempre dentro da esfera de influência de centros urbanos. Sempre houve produção para mercados urbanos, e, muitas vezes, o cultivo de produtos agrícolas exclusivamente para o comércio (como o vinho, o fumo e a garança, por exemplo) foi estimulado pela procura das cidades e pela assistência técnica por elas fornecida. Tôdas as comunidades estudadas eram estratificadas, a atribuição de status dependendo do tamanho das propriedades; em tôdas elas, a numerosa classe dos trabalhadores rurais sem terras constituía a base da pirâmide social e a exis-

tência de diversos artesãos contribuía para maior diferenciação da estrutura das aldeias. Em algumas, os artesãos chegavam a ultrapassar o número dos camponeses proprietários, ou pelo menos eram tão numerosos que não podiam deixar de depender, como de fato dependiam, de mercados exteriores à própria aldeia. Tanto êstes fatos como a existência — em alguns casos, pelo menos — do que poderia ser considerado como um sistema pré-industrial de transporte diário para os locais de trabalho situados fora da aldeia, indicam que as comunidades estudadas eram partes integrantes de estruturas ecológicas que diferem das modernas apenas quanto à sua extensão e “densidade dinâmica”.

Evidencia-se, também, a existência de mobilidade social e mudança cultural pré-industriais, muito embora se possa considerá-las muito lentas se comparadas com os mesmos fenômenos nos fins do século XIX e no atual. Provavelmente as influências urbanas nas comunidades campestres européias sejam tão antigas quanto as próprias cidades de que se irradiam. As mudanças produzidas por estas influências devem ser interpretadas como reflexos de mudanças que a própria civilização urbana vem sofrendo desde o início da Idade Média. Em vista de evidências como as que são apresentadas por Friedmann (1951) e Juillard (1953), o conceito de camponês “ahistórico” e “imutável” (Reihl, 1861), apanhado completamente desprevenido pelo impacto da revolução industrial, precisa ser substituído por uma visão mais dinâmica da sociedade campestre histórica da Europa.

Estruturas Comunitárias em Mudança

A exposição à civilização industrial ocorreu, nos casos estudados, em condições as mais diversas. Algumas aldeias tornaram-se centro de indústrias, outras ficaram situadas a pequena distância de centros industriais (onde sua população passou a trabalhar) e outras, ainda, incorporaram novos elementos técnicos e econômicos sem perder suas características agrícolas. Todavia, nenhuma dessas estruturas poderia ser concebida na sua forma atual sem mudanças básicas na tecnologia dos transportes e comunicações. Estradas de rodagem e de ferro, principalmente, foram os instrumentos de integração das diferentes comunidades em sistemas ecológicos mais amplos.

Anderen — Provavelmente Anderen tenha conservado sua identidade em maior grau que qualquer das outras comunidades. Não há nenhuma indústria nas suas imediações, nem ela expressa o desejo de substituir as atividades agrícolas por empregos remunerados. No entanto, a adoção de técnicas científicas na agricultura e criação não poderia ter sido maior. Os membros da localidade participam integralmente de uma economia monetária, cultivam produtos agrícolas para o mercado e criam gado leiteiro puro sangue para a venda de leite e fabricação de manteiga; possuem maquinária moderna de acôrdo com o tamanho das propriedades e tôdas as

casas têm eletricidade. Por outro lado, não há nem água encanada, nem esgoto; as casas são velhas, algumas do século XVI, embora equipadas com máquinas de costura, aspiradores de pó, máquinas de lavar roupa e uma variedade de outros aparelhos modernos.

A criação e a agricultura científica, a produção para o mercado e a adoção de maquinária atualizada indicam o alto grau de interdependência funcional que caracteriza a posição de Anderen num sistema ecológico que é antes regional e nacional do que local. Ao mesmo tempo, os agricultores de Anderen ainda produzem, como outrora, a maior parte dos seus víveres, e os dois vendeiros da aldeia têm que praticar simultaneamente a agricultura para poderem viver. Apenas o padeiro e o ferreiro são especialistas que se dedicam exclusivamente às suas especialidades. Há indícios de que a estrutura de classes é hoje menos rígida que no passado. Apenas quatro famílias não têm terras em quantidade suficiente para o seu próprio sustento; muito poucas pessoas dependem de salários e não se recorre a trabalhadores de fora da aldeia. Além disso, as poucas associações econômicas e recreativas parecem incluir pessoas de todas as classes. Sua função social é, pois, do ponto de vista da comunidade, antes integradora do que isoladora (Keur and Keur: 1955).

Testorf — Algumas das diferenças estruturais e funcionais entre Anderen e Testorf derivam do fato de que a primeira é habitada por 280 pessoas e a segunda por 2.000. As transformações técnicas são comparáveis às ocorridas em Anderen. A adoção de técnicas e maquinária agrícola modernas foi determinada pela escassez de mão de obra e necessidade de competir no mercado do leite. A integração num sistema ecológico mais amplo não é maior do que em Anderen, mas produziu diversas mudanças estruturais básicas que parecem indicar insatisfação com o sistema tradicional de classes. Até a Primeira Guerra Mundial, as classes inferiores — trabalhadores agrícolas e artesãos — eram inteiramente dependentes dos proprietários. Depois da guerra, Testorf foi ligada ao sistema nacional de estradas de ferro e os moradores sem terra empregaram-se numa cidade industrial vizinha. Não era mais considerado “digno” trabalhar para proprietários locais. Esses trabalhadores mudaram-se para residências não-rurais que tinham sido construídas perto da estação de estrada de ferro. Paralelamente, uma mudança geral na valorização do artesanato permitiu a muitos artesãos se estabelecerem por conta própria em lugar de trabalharem como diaristas para os proprietários.

Uma terceira mudança ocorreu na estrutura tradicional de classes durante a Segunda Guerra Mundial, quando 1200 refugiados e 400 evacuados se estabeleceram em Testorf. Refugiados e evacuados constituíram uma nova classe cujos membros, depois de um período de isolamento, tiveram acesso a instituições comunitárias até então controladas pelos proprietários da classe alta. Desses recém-chegados, 500 permaneceram na comu-

nidade e seu papel de mediadores culturais, especialmente em relação ao vestuário, hábitos alimentares, padrões residenciais e métodos de trabalho não deve ser subestimado. Desenvolveu-se um alto grau de solidariedade entre os refugiados e a classe baixa local.

Outra mudança básica relacionou-se com laços políticos duvidosos que os membros da classe alta estabeleceram durante o regime nazista. Isto os marcou como suspeitos e o poder político transferiu-se aos proprietários da classe média (Teuscher, 1956).

Hüttenthal — Quanto ao tamanho, Hüttenthal é comparável a Anderen (343). Nela observou-se uma mudança na distribuição da terra entre 1850 e 1935, quando numerosos trabalhadores agrícolas e artesãos dependentes adquiriram pequenas propriedades. Em 1954 apenas 2% da população local era constituída por trabalhadores rurais sem propriedade, ao passo que em 1828 a porcentagem era de 21,8%. Isto significa, sem dúvida, que as principais divisões da estrutura local de classes gradualmente diminuíram. Como em Testorf, as mudanças estruturais estão intimamente relacionadas com a integração ecológica da comunidade numa rede funcional mais ampla. Somente através de um aumento geral do preço da mão de obra e de maior participação na economia monetária é que a classe inferior conseguiu atingir o status de proprietário. Entretanto, devido ao tamanho reduzido das propriedades, a agricultura permaneceu como ocupação secundária, e os membros desta classe obtêm a maior parte da sua renda de atividades artesanais e de empregos assalariados na exploração madeireira e na indústria. Realmente, 32 indivíduos se deslocam diariamente para cidades vizinhas, onde estão empregados na indústria, havendo ainda sete pessoas de outras aldeias que diariamente vão trabalhar na serraria e fábrica de laticínios locais.

As mudanças tecnológicas, principalmente a partir da Primeira Grande Guerra, vão muito além dos limites do critério estritamente utilitário observado em Anderen. A extensão do emprêgo de maquinária moderna e cara pelos agricultores indica sua dependência em relação à agricultura comercial e à venda de laticínios. Apesar disso, parece que a maior parte dos gêneros alimentícios é ainda produzida no local. Todo o progresso técnico relacionado com a agricultura se deve à iniciativa dos grandes proprietários, ao passo que os que trabalham fora são os mediadores na adoção de elementos urbanos, tais como veículos motorizados, rádio e cinema. A tensão e os conflitos iniciais entre a população local e um grupo de aproximadamente 78 refugiados virtualmente desapareceu com a retirada de 30 desses indivíduos. 71% dos residentes mostraram-se satisfeitos com a vida de aldeia. O sistema tradicional de cooperação entre vizinhos foi integralmente preservado e os serviços recíprocos nunca são monetariamente remunerados. Tanto o "esprit de corps" da comunidade, como a capacidade de infligir sanções (principalmente ostracismo e boi-

cote) aos violadores dos padrões tradicionais de comportamento, também se mantiveram intactos. (Egger, 1956).

Gosforth — A paróquia de Gosforth (com 723 habitantes em 1951) apresenta várias características estruturais que diferem acentuadamente das apresentadas pelas outras comunidades por nós examinadas. Há pelo menos três linhas divisórias importantes que cortam a paróquia em tôdas as direções. Em primeiro lugar, os moradores da paróquia consideram-se divididos em sete classes sociais distintas. Em segundo lugar, há a divisão entre “aldeões” e “lavradores”. Finalmente, os lavradores se dividem, de maneira bastante nítida, em “progressistas” e “retrógrados”.

O que mais chama a atenção no sistema local de classes é o fato de diversas famílias urbanas abastadas e de educação de nível superior terem fixado residência em Gosforth. Essas famílias representam, na plena acepção do termo, a civilização urbana transplantada para o meio rural. Essa preferência pelo meio rural talvez represente uma tentativa convicta de atingir plenamente o ideal tradicional e prestigioso de “good life” tal como o cultivam as classes mais altas da Inglaterra. A quase totalidade dessas famílias não tem relação alguma com a agricultura ou qualquer outra ocupação característica da cultura local. Na verdade, salvo quatro exceções, os membros dessa camada superior não exercem nenhuma atividade econômica na localidade.

A separação sócio-cultural entre a classe superior e a média, que constituem, conjuntamente, quatro- quintos da população, não poderia ser maior; por outro lado, não há separações rígidas entre a classe média mais elevada, formada de fazendeiros e comerciantes, e a classe média inferior, constituída principalmente de trabalhadores, artesãos, auxiliares de escritório e donos de pequenos estabelecimentos comerciais.

A linha divisória entre aldeões e lavradores reflete, até certo ponto, o padrão local de distribuição espacial, segundo o qual os camponeses residem em quintas isoladas, ao passo que a aldeia abrange a população não-rural da paróquia. Na sua forma atual, a aldeia é um produto do século XIX. A partir de 1900, sua população tem ultrapassado cada vez mais a das propriedades rurais isoladas. Ao que parece, a urbanização foi considerável, a julgar pela existência de um banco, lojas, trinta e uma associações e geral admiração pelos valores urbanos. A aldeia provê os serviços relacionados com a escola e a igreja, mas desde que “a zona rural circunvizinha, com seus próprios comerciantes e artesãos, se manteve grandemente independente dela” (Williams, 1956: 158), e desde que suas associações não atraem os lavradores, as relações funcionais entre a aldeia e a população rural permanecem um tanto obscuras.

De qualquer forma, a maioria das pessoas empregadas na indústria (20,3% do total) vive na aldeia. Viajam diariamente para a Estação de Energia Atômica em Sellsfield e, dêsse modo, estabelecem uma ligação estrutural com um sistema ecológico mais amplo.

Os agricultores “progressistas” são os que usam maquinária agrícola moderna, possuem banheiros e fogões elétricos, assistem a demonstrações de máquinas, exposições e reuniões agrícolas, mandam analisar o solo de suas propriedades e assinam revistas especializadas. Os “retrógrados”, por outro lado, utilizam um mínimo de equipamento a tração animal, não possuem nenhum veículo motorizado, fazem seu próprio pão, compram poucos gêneros alimentícios, usam lâmpadas a óleo para a iluminação e bomba manual para água. Os primeiros preocupam-se principalmente com a produtividade, com a agricultura comercial e com a competição no mercado; os segundos, antes do mais com a lavoura de subsistência tal como é tradicionalmente definida.

O grau de urbanização de Gosforth, particularmente na aldeia, pode ser avaliado pelo fato de que (em 1951) para cada quatro pessoas da população total que se dedicavam a atividades econômicas primárias, havia seis que se dedicavam a atividades secundárias e terciárias. Além disso, o desejo de abandonar as atividades agrícolas por outra forma de ocupação parece bastante generalizado.

Das trinta e uma associações existentes na aldeia, duas restringem a participação a três camadas sociais, e apenas duas aceitam membros de todas as classes. Na maior parte das associações a participação abrange de quatro a seis classes. Os níveis mais elevados da hierarquia social, entretanto, participam predominantemente das funções de direção, o que significa que a hierarquia de classes se repete, até certo ponto, na estrutura interna dessas associações.

O Distrito Montanhês Central — As dez aldeias e povoados do Distrito Montanhês Central, habitados por 5.038 pessoas em 1950, constituem uma unidade ecológica e administrativa. Incrivelmente pobres, segundo eles próprios se consideram, os pequenos proprietários, trabalhadores e artesãos mostraram-se extremamente receptivos a inovações que pudessem levar a relações mais equilibradas entre a população e os recursos econômicos existentes. O interesse pela mudança e, em particular, pela industrialização manifesto por esta parte da população sofreu constante oposição por parte dos grandes proprietários que controlavam o conselho comunal até 1918 e não queriam perder sua posição privilegiada no mercado de trabalho local. Este antagonismo de interesse de classe parece importante na medida em que contribui para a compreensão das mudanças estruturais que ocorreram a partir de 1881.

Como nos casos anteriores, a construção de estradas de ferro e de rodagem serviu de fundamento ecológico para as transformações básicas que se iniciaram no último quartel do século XIX. Algumas das dimensões quantitativas dessas transformações são reveladas pelo desenvolvimento de quatro grupos principais, a saber, lavradores proprietários não empenhados em outras atividades, trabalhadores agrícolas (excluídos os membros da

família), trabalhadores não-agrícolas e artesãos independentes. Entre 1881 e 1950 os lavradores-proprietários decresceram de 55,6% para 18,0% do total de pessoas com ocupação remunerada no Distrito. A proporção de trabalhadores agrícolas caiu de 22,3% para 3,4% e a de artesãos independentes de 10,2% para 5,8%. Durante o mesmo período a proporção de trabalhadores não-agrícolas, tanto especializados como não-especializados, aumentou de 4,8% para 49,8%. A diferenciação ocupacional (que pode ser encarada como um dos índices de urbanização) aumentou de 49 ocupações reconhecidas em 1881 para 373 em 1950. Essas mudanças na estrutura ocupacional não devem ser interpretadas como uma tendência inequívoca de passar de atividades agrícolas para ocupações estritamente não-agrícolas. O fato de em 1950 58% de todas as famílias ainda estarem, de um modo ou de outro, ligadas a atividades agrícolas parece indicar que a população do Distrito não tenciona repudiar a herança campestina.

Mais que qualquer das comunidades mencionadas até agora, o Distrito Montanhês Central parece ter se tornado parte integrante de um sistema ecológico mais amplo. Isso foi possível pela industrialização de diversas comunidades vizinhas. 42,3% da população com ocupação remunerada no Distrito viaja diariamente para trabalhar em 12 cidades e vilas diferentes, cobrindo distâncias que variam entre 5 e 51 quilômetros. Mas nem todas as áreas do Distrito têm se mostrado igualmente receptivas a essas influências urbanizadoras. A maior das aldeias, situada no vale e atravessada por uma estrada de ferro e uma de rodagem, revelou-se a mais urbanizada. Apenas 7% dos indivíduos com ocupação remunerada ocupam-se de atividades agrícolas ou madeireiras, e 86% das famílias ou não possuem terra, ou possuem menos de meio hectare. O menos urbanizado dos povoados, com 67,0% dos chefes de família ocupados em atividades agrícolas ou madeireiras, e com apenas 27,0% das famílias sem propriedades ou com propriedades inferiores a 0,5 hectares, também é o mais isolado geograficamente. De modo geral, as aldeias localizadas na montanha são menos urbanizadas do que as localizadas no vale, onde o transporte é facilitado pelas estradas de ferro e de rodagem.

O acesso fácil a mercados urbanos provocou uma transferência geral da agricultura para a criação, particularmente para a criação de gado leiteiro e suínos. Quanto à adoção de técnicas agrícolas modernas, o Distrito se assemelha às comunidades anteriormente descritas. O fato de tanto as propriedades pequenas (de menos de 2 hectares), quanto as grandes (de mais de 20 hectares), serem atualmente em muito menor número do que em 1861, sugere a existência de transformações na estrutura de classes. Os dois grupos menos privilegiados, o de pequenos proprietários e o de assalariados agrícolas, que viviam sob a constante ameaça da fome, constituem hoje uma proporção mínima da população empenhada em atividades agrícolas.

A urbanização reduziu o alcance funcional do grupo de vizinhança e mudou a maneira de exercer o controle social. Mas, em algumas situações críticas, os grupos de vizinhança ainda se revelam capazes de ação conjunta espontânea. Como meio de satisfazer as necessidades de diversão, o grupo de vizinhança foi suplantado em grande parte por 15 associações, a mais antiga das quais fundada em 1907, ao passo que 13 outras apareceram depois da Primeira Grande Guerra. O papel integrativo dessas associações é demonstrado pelo fato de que os sócios são recrutados em todas as camadas sociais.

A redistribuição de evacuados e refugiados fez com que a população local aumentasse de 3.791 para 5.359, entre 1939 e 1946. Apesar dos antagonismos e tensões, os refugiados não constituíram uma classe à parte, nem modificaram consideravelmente a estrutura de classes existentes. Dos 700 que permaneceram no Distrito, apenas um quinto continuou socialmente isolado. (Wurzbacher, 1954).

As comunidades da área de Darmstadt — Schneppenhausen, Spachbrücken, Alsbach e Ober-Mossau são partes de um sistema ecológico em que a cidade de Darmstadt constitui o centro de dominância.

Comunidade	População	Distância de Darmstadt (em milhas)
Schneppenhausen	973	5
Alsbach	2.316	10
Spachbrücken	1.598	10
Ober-Mossau	526	20

Em todas as quatro comunidades, os camponeses constituem apenas um elemento residual, mas Ober-Mossau, menos favorecida pela distância e pelas facilidades de transporte, preservou as características campesinas em grau maior que as outras três. Todas essas comunidades caracterizam-se ainda por praticarem a agricultura aliada a outras ocupações, por possuírem uma população não-agrícola e pela existência de um elemento flutuante constituído pelos refugiados e evacuados. A agricultura como ocupação secundária está associada a uma grande variedade de outras ocupações, especialmente as artesanais e industriárias. Nas comunidades mais rurais, até os negociantes dedicam parte de seu tempo à agricultura. Entre os agricultores que dedicam apenas parte de seu tempo a atividades agrícolas, os mais pobres têm apenas uma horta e algumas cabras para o consumo doméstico; os mais abastados utilizam maquinária agrícola, possuem diversas vacas e vendem seus produtos no mercado.

A extensão com que características urbanas e rurais se manifestam em cada uma das comunidades é indicada no quadro abaixo:

	Alsbach	Spachbrücken	Schneppenhausen	Ober-Messau
1. Porcentagem da população trabalhadora que se dedica exclusivamente à agricultura	8	12	10	41
2. Porcentagem das famílias que dedicam parte do tempo à agricultura	62	79	68	80
3. Porcentagem das famílias que possuem animais úteis	50	68	70	80
4. Porcentagem da população com ocupação remunerada que se dedica à indústria e ao artesanato	36	39,2	51	33
5. Porcentagem da população com ocupação remunerada que se dedica aos negócios e aos serviços de comunicação	13	17,3	11	6
6. Porcentagem da população com ocupação remunerada que se dedica à prestação de serviços (públicos ou particulares)	21	10,4	9	7
7. Porcentagem de pessoas sem ocupação remunerada	22	21,1	19	13
8. Número de ocupações	102	79	21	22
9. Porcentagem das pessoas com ocupação remunerada que trabalham em outras comunidades	48	55	62	15
10. Porcentagem das famílias em que ninguém freqüenta a igreja	19	10	16	8
11. Porcentagem de famílias em que há um ou mais membros sindicalizados	22	30	31	21
12. Porcentagem da população escolar freqüentando a escola secundária	18,6	4	5	13
13. Porcentagem de famílias que possuem rádio	71	73	58	57
14. Porcentagem dos indivíduos entrevistados que freqüentam cinema regularmente ..	41	50	42	25

O fato de 41% dos lavradores que se dedicam exclusivamente à agricultura pertencerem à camada pobre da população tem sido atribuído à falta de progresso técnico e à baixa produtividade do trabalho. Entretanto, um terço desses lavradores consegue renda suplementar fazendo transporte e alugando maquinária agrícola. O alegado conservantismo dos lavradores camponeses pode ser relacionado à idade, pois 55% deles têm 50 anos ou mais. Por outro lado, o fato de 91% de todos os lavradores que se dedicam exclusivamente à agricultura lerem livros e revistas agrícolas e 60% ouvirem programas rurais no rádio não sugere falta de curiosidade por assuntos técnicos.

O desaparecimento do grupo de vizinhança como unidade de cooperação opõe-se ao tradicionalismo demonstrado por várias atitudes em relação à família, Igreja, educação e política. Até mesmo o cooperativismo organizado, baseado, como o foi originariamente, em pequenos grupos primários vicinais, praticamente desapareceu. (Kötter, 1952).

A Planície Baixa Alsaciana — Por volta de meados do século passado, a planície da Baixa Alsácia, com suas 40 comunas, era uma região agrícola relativamente próspera, cuja população conseguira tirar tôdas as vantagens possíveis das mudanças políticas, econômicas e técnicas do século anterior. Os camponeses da Baixa Alsácia que já se haviam mostrado receptivos às inovações técnicas entre 1750 e 1850, começaram a modernizar seus instrumentos por volta de 1860. O uso de fertilizantes químicos tornou-se conhecido a partir de 1880, mas o emprêgo de maquinária moderna permaneceu limitado, em virtude do pequeno tamanho de muitas propriedades. Assim, muitos lavradores empregavam tratores apenas para o transporte, e conservavam animais de tiro para o trabalho nos campos. Não há dúvida de que a tendência para o cultivo especulativo de produtos para o mercado (tais como a garança, o lúpulo e o fumo) e o desenvolvimento de uma economia de mercado já era notável no século XVIII, ganhando fôrça no século passado à medida que a urbanização e a industrialização ofereciam oportunidades cada vez maiores. Ao mesmo tempo, porém, os camponeses nunca deixaram de produzir a maior parte dos seus próprios alimentos.

A urbanização das residências, vestuário, alimentação e recreação não ocorreu antes do século XIX. Hoje, o número e variedade das associações recreativas nas aldeias alsacianas, a quantidade e variedade de rádios, jornais e revistas nas casas campesinas são comparáveis aos encontrados nas comunidades descritas anteriormente. Contudo, o processo de industrialização apresenta acentuadas diferenças em relação ao que foi visto até agora. Antes do mais, a industrialização começou muito cedo, em 1813, e em 1852 “milhares” de pessoas já estavam empregadas nas indústrias. Isso significa que muitas fábricas se instalaram nas aldeias antes que o sistema moderno de transportes fôsse estabelecido na Alsácia. As indústrias de então precisavam localizar-se perto das fontes de energia, como quedas d’água e reservas florestais. Assim, a dispersão mais que a concentração das indústrias era a regra geral.

O fato de muitas aldeias terem sido escolhidas para a instalação de pequenas fábricas atenuou o impacto que a industrialização poderia ter exercido sobre as comunidades campesinas. Em primeiro lugar, porque oferecendo oportunidades de emprêgo apenas a algumas dezenas de pessoas, essas indústrias não davam margem a grandes transformações. Em segundo lugar, porque desde que não eram necessários grandes investimentos de capital, muitos artesãos puderam comprar algumas máquinas e se tornar pequenos industriais.

Durante esta fase, a agricultura continuou sendo suficientemente lucrativa para impedir uma grande evasão para a indústria ou para os centros urbanos. Entretanto, uma mudança estrutural básica teve início em 1836. Um número crescente de trabalhadores agrícolas deixaram o trabalho e se voltaram para empregos nas indústrias, onde “duas gerações de esforços tenazes” lhes permitiram adquirir pequenas propriedades e combinar o trabalho agrícola com o trabalho assalariado nas indústrias. Em 1936 a classe de trabalhadores agrícolas sem terra já havia praticamente desaparecido.

A concentração e a modernização das indústrias verificam-se quando as estradas de ferro e a navegação fluvial (Reno) libertam as fábricas das fontes locais de energia. Mas a concentração é suficientemente lenta para impedir mudanças bruscas. A tecelagem artesanal, por exemplo, começa a decrescer a partir de 1880, mas ainda existiam tecelões na década de 1930. A proporção da população rural que se dedicava à agricultura no Baixo Reno passou de 79% em 1861 para 65% em 1910.

Um dos principais incentivos para a transferência das atividades agrícolas para o trabalho industrial assalariado resultou da ruptura do equilíbrio então existente entre salário industrial e preço dos produtos agrícolas. Em 1910 o salário industrial era cerca de 100% mais alto do que tinha sido 60 anos antes, enquanto o preço dos cereais permanecia praticamente o mesmo.

Este processo fez com que muitos proprietários vendessem suas terras e mudassem para os centros urbanos. Estas propriedades foram divididas em lotes e vendidas ou arrendadas aos camponeses. Se somarmos os efeitos estruturais deste processo ao desaparecimento gradual da numerosa classe de trabalhadores agrícolas antes mencionados, dificilmente poderemos negar pelo menos uma função da industrialização: a de acabar com algumas das mais flagrantes diferenças da estrutura tradicional de classes. As propriedades médias agora predominam e o trabalho assalariado na indústria foi em grande parte combinado com as atividades agrícolas, formando um sistema social “misto”. A concentração industrial, mesmo em áreas metropolitanas como Strasburgo, não destruiu este sistema. Verificou-se, por exemplo, que os trabalhadores de uma grande indústria metalúrgica em Strasburgo viviam em 72 aldeias diferentes. Apenas 40% do total da força de trabalho dessa indústria residiam na localidade. Constatou-se também que o trabalhador de meia idade freqüentemente deixa o trabalho, compra uma vaca, toma posse de sua parte de terra comunal, aluga um ou dois outros lotes e passa o resto de sua vida como pequeno lavrador (Juillard, 1953).

Nouvelle — Já em 1776 foi estabelecida uma fábrica de vidro na aldeia campesina de Nouvelle. Em 1887 foi aberta uma segunda fábrica de vidro. Uma grande parte da mão de obra era importada das regiões vizinhas ou

mesmo de partes distantes da França. Cada fábrica alojava seus trabalhadores em uma "**cit  ouvri re**" próxima, separada da aldeia própriamente dita. De 185 trabalhadores, 133 viviam nessas duas localidades. A comuna de Nouville tinha, em 1949, 594 habitantes. A segregac o residencial, embora voluntária, persistiu até o presente e, de certa maneira, simboliza a profunda separac o entre camponeses e trabalhadores industriais. A comuna caracteriza-se mais pela oposi o do que pela coopera o. Os lavradores controlam-na política e econ micamente. A renda média de um lavrador arrendatário   4 ou 5 v zes maior do que a dos operários mais bem pagos. Além disso, o operário industrial   constantemente ameaçado pela instabilidade do mercado, pelos cortes no número de operários e, mesmo, pela possibilidade de fechamento das fábricas. A separac o entre operários e lavradores pode ser definida em têrmos de diferenças de classe. Caracteriza-se não apenas pela renda e ocupa o, mas também por tendências end gamas, pela solidariedade entre os lavradores em oposi o   falta de coesão entre os operários, e por um conjunto de atitudes que resultam numa **morale utilitaire** entre os operários e numa **morale autoritaire** entre os lavradores.

Os lavradores se dividem em proprietários e arrendatários. No conjunto, os arrendatários estão em situa o melhor do que os proprietários, principalmente porque cultivam mais terra. 75% das terras pertencem a proprietários não residentes, que as arrendam aos lavradores locais. Como a agricultura e a produ o de leite são extremamente lucrativas em Nouville, há a tendência de arrendar tanta terra quanto possível e de tirar o máximo de proveito da explora o do solo.  sse tipo de atividade agrícola, em contraste com a dos proprietários, parece servir como canal de mobilidade social. Depois de explorar uma propriedade durante vários anos, o arrendatário procura mudar-se para outra maior e mais lucrativa. Esta atitude típica de  mpres rio, característica do arrendatário,   favorecida pelas técnicas e maquinária agrícolas modernas. Numa propriedade de 26 hectares, por exemplo, contaram-se 20 peças diferentes de implementos agrícolas. Os produtos industriais foram adotados a tal ponto que uma classe numerosa e diversificada de artesãos virtualmente se extinguiu. Entretanto, os lavradores ainda produzem a maior parte dos alimentos que consomem.

Há uma grande variedade de associa es na aldeia, mas nenhuma delas chega efetivamente a congregar operários e lavradores. (Bernot et Blancard, 1953).

Villmergen — Antes mesmo do estabelecimento da primeira fábrica, em 1853, a pressão demográfica já havia forçado muitos habitantes de Villmergen a procurar emprêgo nas aldeias industrializadas do Aargau. Isto provocou a emigra o e, demais, parte da popula o que continuou a residir em Villmergen passou a viajar diàriamente para trabalhar nessas aldeias. Quando se instalaram indústrias em Villmergen — havia 2 em 1895

e 12 em 1952 — a população cresceu de 1.652 habitantes em 1860 para 2.812 em 1950, e pessoas de aldeias vizinhas começaram a vir trabalhar em Villmergen. Havia 38 operários industriais em 1895 e 1.426 em 1952.

A industrialização se processou quase que totalmente às expensas das atividades agrícolas. O número de lavradores diminuiu de 450 em 1860 para 64 em 1953, dos quais apenas 30 se dedicavam exclusivamente ao cultivo da terra. Os que abandonaram a agricultura ou se empregaram nas fábricas, ou abandonaram de uma vez a aldeia.

A receptividade ao trabalho industrial assalariado parece ter sido determinada pelo fato de que a maior parte das propriedades era pequena demais para ser lucrativa. Os pequenos proprietários venderam suas terras e se incorporaram à mão de obra industrial, mudança que significava maior segurança e melhor nível de vida. Como classe social, o pequeno lavrador-proprietário está praticamente extinto em Villmergen.

Com a industrialização em larga escala *in loco*, era inevitável a emergência de um novo sistema de classes. O operário não especializado forma a camada mais baixa da pirâmide social, os operários especializados e os empregados de escritório estão mais ou menos na camada média; a ascensão dos trabalhadores não-manuais tem sido limitada por uma elite técnica com formação universitária que é trazida de fora da aldeia. Por outro lado, o artesanato, longe de desaparecer, passou por uma expansão sem precedentes, que motivou a ascensão dos artesãos à posição de classe média. Dentro das indústrias artesanais, a hierarquia tradicional de oficiais e aprendizes, bem como as inter-relações de tipo paternalista foram totalmente preservadas. Uma considerável mobilidade ascendente das camadas inferiores e uma mobilidade descendente, embora restrita, da camada mais alta, provocou um certo nivelamento das principais divisões do sistema tradicional de classes.

Um estudo dos grupos sociais informais em Villmergen mostra dois fatos importantes: 1 — O estabelecimento de grupos informais coincide com a decadência da antiga estrutura da aldeia; 2 — na sua maioria, estes grupos são formados apenas por trabalhadores industriais do mesmo status, status êsse determinado pela posição na hierarquia interna da fábrica. Em outras palavras, a função integradora dêsses grupos restringe-se aos indivíduos de uma mesma posição ocupacional.

O impacto da industrialização sôbre a integração ecológica de Villmergen e de outras aldeias do Aargau pode ser avaliado pela extensão em que a prática de viajar diariamente para o local de trabalho se estabeleceu nessa área. De uma população de 1.325 trabalhadores em 1930, 25 pessoas viajavam para Villmergen e 319 residentes de Villmergen viajavam para outras localidades. Em 1941 esta tendência tinha sido invertida, pois de um total de 1.190 trabalhadores, 361 viajavam para Villmergen e apenas 270 residentes locais tinham emprêgo em outras comunidades. Êste siste-

ma de trabalhar em local diferente do de residência abrange um total de 55 comunas, das quais 15 estão envolvidas em trocas de trabalhadores com Villmergen. Em alguns casos os trabalhadores chegam a viajar até 86 quilômetros de ida e volta do trabalho, mas a maior parte das viagens se dá dentro de um raio de aproximadamente 16 quilômetros.

O número de pessoas que dedicam parte do tempo à agricultura e que nas outras comunidades estudadas parecem ter função de integrar a antiga estrutura de aldeia com a ordem industrial emergente, tem decrescido gradualmente desde a crise da década dos 30. O estudo sobre Villmergen considera a atividade agrícola parcial como uma solução transitória, "que está perdendo rapidamente sua importância sob o impacto de uma economia em expansão" (Weiss, 1956: 53).

Witikon — Em 1934, quando foi administrativamente incorporada a Zurique, Witikon era uma aldeia camponesa cercada de florestas e montanhas. Apesar da proximidade de Zurique (4,5 km), não revelava grandes sinais de urbanização. Witikon não tinha fábricas, cinemas, nem conjuntos residenciais, e suas lojas eram pequenas e simples. Entretanto, já em 1910, 40% da população com ocupação remunerada estava empregada em Zurique. Estas pessoas viviam em lares camponeses e trabalhavam em uma metrópole moderna, constituindo, assim, um canal através do qual valores urbanos se infiltravam diretamente na família.

Como distrito de Zurique, Witikon ganhou uma escola maior, mais professores, serviços de água, ruas melhoradas, gás, melhor serviço de ônibus e rede de esgotos. Foram abertos um restaurante e um café, médicos e dentistas se estabeleceram na aldeia e as lojas começaram a vender uma variedade cada vez maior de produtos novos. Em 1930 os trajes camponeses haviam desaparecido completamente, mas nas décadas seguintes os homens se revelaram mais conservadores do que as mulheres quanto ao vestuário.

As influências urbanizadoras do emprego na metrópole e da integração administrativa à área metropolitana de Zurique foram súbitamente reforçadas pela construção, ao redor do núcleo da aldeia, de nove conjuntos residenciais, que provocaram um grande afluxo de residentes urbanos para Witikon. De 637 habitantes em 1930 a população passou para 1.111 em 1941 e a 1.567 em 1950. Além disso, teve especial relevância estrutural a composição social desses residentes urbanos. Em cinco dos nove conjuntos residenciais os moradores pertenciam à alta classe média e à classe alta de Zurique. Em outras palavras, em 20 anos Witikon se transformou de comunidade campesina autônoma em subúrbio residencial.

Entre 1913 e 1950, 823 173 m² de terras foram vendidos pelos proprietários camponeses a residentes urbanos. A valorização das propriedades trouxe aos camponeses mais dinheiro do que jamais haviam visto, e os proprietários passaram a ocupar posição superior à dos trabalhadores não-

manuais na ordem social emergente. A redução gradual das propriedades agrícolas e das terras cultivadas ocorreu concomitantemente com a modernização das técnicas agrícolas. Algumas casas foram remodeladas, água e esgotos instalados, mas, de modo geral, houve grande relutância da parte da velha geração em aceitar inovações, independentemente da soma de dinheiro de que pudesse dispor para a aquisição de produtos urbanos. O fato de que o próprio centro da família estava exposto, através dos membros que trabalhavam na metrópole, às pressões do sistema de valores urbanos, foi o ponto-chave no processo de mudança cultural. Por fim, as mais fortes oposições vencidas foram porque estava em jogo a coesão da família. Em outras palavras, aceitou-se relutantemente a mudança para salvar a família da desintegração. Há ainda 18 propriedades agrícolas, de aproximadamente 10 hectares cada uma, mas dentro em breve 4 delas terão desaparecido.

Pelo menos três das sete associações de Witikon serviram de 'ponto de contacto entre os antigos e os novos habitantes. Uma delas, fundada pelos novos moradores para a defesa dos seus interesses, tornou-se o porta-voz das reivindicações locais gerais, inclusive dos membros camponeses.

Semelhanças e Diferenças

Algumas das mudanças que afetaram todas as comunidades examinadas são principalmente de ordem ecológica. A evidência fornecida pelos autores das diferentes monografias não é suficiente para determinar a amplitude total de todas as possíveis implicações dessas mudanças. Contudo, sabemos que a posição relativa das comunidades dentro de um dado sistema ecológico modificou-se na medida em que a "densidade dinâmica" do sistema aumentou. Há, é claro, indícios de que as mudanças estruturais dentro dos sistemas regionais se ligam a mudanças semelhantes nos níveis nacional e internacional.

Um efeito geral de tais mudanças pode ser observado na estreita integração das diversas comunidades num sistema econômico baseado no mercado e na moeda, no qual os produtos agrícolas alcançam preços mais elevados em condições cada vez mais competitivas. Inversamente, uma integração ecológica mais estreita expõe o artesanato aldeão à competição industrial.

Para explicar as inovações não é preciso procurar por motivações nos camponeses. Em vista dos numerosos precedentes históricos, pode-se supor com segurança que incentivos para tirar vantagem de novas oportunidades econômicas nunca faltaram. Maior preço alcançado pelos produtos agrícolas e laticínios significa nível de vida mais elevado e mudança gradual nos hábitos alimentares e de vestuário, nos padrões residenciais e de recreação. A competição, por outro lado, leva à modernização das técni-

cas agrícolas e do maquinário, da criação de gado e da produção dos laticínios. Mas leva também à extinção e à redução dos antigos ofícios, exceto onde êles se transformaram em indústrias, como em certas aldeias alsacianas.

Na medida em que a mudança ecológica acima do nível local está relacionada com a industrialização, as comunidades ou se tornam centros industriais, ou caem dentro da órbita de centros industriais próximos, ou ainda, permanecem completamente fora de qualquer dessas áreas, situação que só foi encontrada na aldeia holandesa de Anderen.

Uma terceira mudança pode ser vista, combinada ou não com a industrialização, no afluxo de moradores urbanos que se estabelecem na comunidade, ou porque ela está realmente se transformando em subúrbio residencial (como Alsbach, Schneppenhausen, Spachbrücken e Witikon), ou porque a industrialização da própria comunidade exige a presença permanente de um grupo de especialistas que não existem na comunidade (como em Villmergen), ou ainda porque grupos de evacuados ou refugiados foram transferidos para a comunidade (como em tôdas as aldeias alemãs). Há ainda o caso de Gosforth, escolhida para residência por pessoas que tentam atingir um ideal urbano de classe alta.

E' óbvio que estas mudanças são estruturais e funcionais na medida em que afetam não apenas a posição relativa da comunidade local, como também o papel que ela desempenha num sistema ecológico mais amplo.

As variáveis a que se devem tais mudanças ecológicas são, com uma única exceção, externas em relação à comunidade da aldeia. A pressão demográfica sobre os recursos existentes resultou numa abundância de mão de obra local que provavelmente contribuiu para o estabelecimento de fábricas, quer na própria comunidade, quer nas suas vizinhanças. (Villmergen e, talvez, o Distrito Montanhês Central).

As alterações na estrutura local de classes (e, provavelmente, outras mudanças institucionais não incluídas nos objetivos dêste trabalho) só podem ser compreendidas em relação às mudanças ecológicas que acabamos de apontar.

De especial importância é o fato de que o trabalhador agrícola, como classe distinta da ordem social pré-industrial, praticamente desapareceu. A monetização crescente da economia, combinada com fontes novas e mais lucrativas de renda, elevou o nível de vida das camadas média e baixa e, de modo geral, diminuiu a distância entre as diferentes classes. Em contraste com o que se deva no passado, a estrutura de classes tende a ser mais fluida.

Além disso, a antiga classe de proprietários, por diferentes razões nas diferentes comunidades, ou diminuiu numéricamente ou, pelo menos, perdeu alguns dos seus privilégios de status. (Exemplos: Venda e divisão das

grandes propriedades na Alsácia; perda de status causada pela reforma, em 1913, da lei eleitoral prussiana que favorecera os proprietários, com efeitos visíveis no Distrito Montanhês Central; emergência de uma camada alta inteiramente competitiva entre os moradores locais, como em Gosforth, Witikon e Villmergen; ascensão de arrendatários como em Nouville). Os dados relativos à posição do artesanato aldeão são um tanto contraditórios. Comum a todos os casos é o fato de que alguns ofícios desapareceram por completo sob o impacto da industrialização. Todavia, os restantes parecem ter melhorado de status, passando os seus executantes da posição de dependentes em relação a empregadores camponeses à de pequenos empresários. Como o exemplo de Villmergen sugere, o florescimento do artesanato aldeão parece ser determinado pelo aparecimento de novas necessidades, tais como encanamento, telhadura e consertos de utensílios e máquinas.

Ao lado dessas semelhanças básicas, que se encontram em todos os casos estudados, existem, em primeiro lugar, aquelas diferenças que devem ser atribuídas a variações na mudança ecológica. O costume de viajar diariamente para o trabalho foi adotado em tôda parte, com exceção de Anderen e Nouville, e criou novas lealdades que, freqüentemente, colocam o indivíduo ante um dilema caracterizado por oposição de valores. Entretanto, há uma diferença significativa: o trabalhador que vive na aldeia e trabalha numa cidade industrial é ainda, essencialmente, um aldeão, mas o trabalhador que vem de fora para a aldeia é, geralmente, um forasteiro urbanizado, portador de valores que, forçosamente, produzem mudanças de tal magnitude que finalmente destroem a identidade cultural da aldeia. Êste parece ser o caso de Alsbach, Schneppenhausen, Spachbrücken e Witikon. A localização de fábricas na aldeia pode ter efeitos semelhantes, se acompanhada pelo afluxo de mão de obra especializada (como em Villmergen). Em Nouville, onde isto aconteceu há muito tempo, o afluxo da mão de obra especializada sem dúvida teve influência notável na estrutura da comunidade, dando origem ao que se poderia chamar de uma estrutura bipartida de classe. A singularidade do caso de Nouville talvez possa ser explicada pelo fato de que esta mão de obra que se estabeleceu na comunidade não era urbanizada, nem a sua posição econômica estável ou suficientemente vantajosa para impressionar a comunidade campesina.

A aceitação ou rejeição de elementos urbanos e suas implicações estruturais foram visivelmente determinadas por variáveis diferentes. Em caso algum há indícios de decisões apressadas sôbre assuntos de importância vital, tais como a mecanização da agricultura ou a substituição das atividades agrícolas por empregos industriais. Ao contrário, impressiona o fato de que aldeias como Witikon, Alsbach, Schneppenhausen e Spachbrücken, situadas perto de centros urbanos antigos, todos em fase de ex-

pansão industrial, tenham conseguido preservar sua herança campesina durante tanto tempo.

Evidências de descontentamento com o sistema sócio-econômico tradicional, com tendências para provocar mudanças, encontram-se somente nas monografias sobre Hüttenthal e sobre o Distrito Central Montanhês. Quando as oportunidades aparecem, pelo menos os trabalhadores rurais, mas, algumas vezes, também os lavradores proprietários empregam-se como assalariados. Contudo, as atividades agrícolas não são, de modo algum, abandonadas. **Pelo contrário, em toda parte onde o trabalho industrial assalariado se estabelece como padrão, há uma tendência muito forte de combiná-lo com a agricultura como ocupação secundária, se possível em terra própria.** Esta tendência ocorre em duas direções: pequenos proprietários empregam-se na indústria para melhorar sua posição econômica periclitante; por outro lado, o trabalho assalariado na indústria permite que o trabalhador agrícola compre pequenos lotes de terreno e animais. Há uma necessidade evidente (como nas comunidades alsacianas) de suplementar com o salário industrial um modo de vida precário baseado em pequenas propriedades cada vez menos rendosas. Todavia, o salário industrial permanece suficientemente baixo para tornar a agricultura suplementar uma perspectiva tentadora. Uma variável adicional, entretanto, pode ser vista no fato de que a segurança econômica proporcionada pela agricultura foi demonstrada de modo muito convincente por duas guerras mundiais e uma crise econômica. Além de afetar a segurança econômica (“aconteça o que acontecer, a gente tem casa e comida”), as atividades agrícolas, mesmo em pequena escala, parecem trazer mais prestígio do que apenas o trabalho industrial assalariado. Somente o futuro dirá se, à medida que a prosperidade geral aumenta, a agricultura vai perdendo seus atrativos, como se deu em Villmergen. Entre as suas diversas funções parece incluir-se a de reconciliar o passado camponês com o presente industrial.

Independentemente do fato de terem sido ou não as aldeias diretamente afetadas pela industrialização ou pelo afluxo de residentes urbanos, **por toda parte as associações voluntárias assumiram as funções anteriormente exercidas pela família, grupo de parentesco e vizinhança.** Algumas delas, como sindicatos e associações de empregadores, preenchem novas funções que não poderiam ser exercidas pelos grupos tradicionais e, desse modo, estabelecem laços estruturais com a sociedade mais ampla. Também parece haver evidência de que, de modo geral, estas associações têm sido o instrumento efetivo da integração comunal.

Os dados sobre as relações de vizinhança não são suficientes para se tentar formular conclusões gerais sobre seu estado de decadência ou preservação. Há evidências de que a troca de serviços entre vizinhos ainda é praticada em Gosforth, Anderen, Hüttenthal e no Distrito Central Montanhês.

Os dados sobre a estrutura familiar são mais concludentes. Por motivo de espaço não nos é permitido fazer uma exposição completa desses resultados. Contudo, podemos apresentar, nesta altura, algumas observações sobre as características estruturais da família:

1. Embora em declínio, a **famille-souche** descrita por Le Play ainda aparece como tipo dominante. Compreende três gerações integradas num agregado cooperativo de grande coesão, capaz de funcionar como unidade de produção econômica. É interessante notar que duas mudanças principais na estrutura da comunidade vieram reforçar esta estrutura familiar: o desaparecimento do trabalhador rural e a difusão da agricultura como ocupação secundária. Ambas as mudanças acarretaram a necessidade de cooperação familiar efetiva. Em Gosforth, por exemplo, 76% de todo o trabalho masculino e 95% de todo o trabalho feminino é realizado pelo lavrador, sua mulher, filhos, filhas e outros parentes.

2. A família conservou, em grau surpreendente, o seu caráter autoritário. Nas famílias camponesas de Gosforth, o dinheiro é distribuído sob a forma de mesada e não como pagamento de serviços prestados. Mesmo filhos adultos ignoram a situação financeira da família e quando assumem a direção de propriedade, a sua idade mental, afirma-se, é a de um adolescente. O herdeiro da propriedade em geral adia o casamento até a aposentadoria ou morte dos pais. Também quanto a Anderen somos informados de que "homens e mulheres já perto de 30 anos parecem ser, e agem como se fossem, adolescentes". (Keur and Keur, 1955: 100). A **morale autoritaire** dos lavradores de Nouville e a família dominada pelos pais do Distrito Central Montanhês (que ultimamente tende a se encaminhar para uma centralização ao redor dos filhos) parecem referir-se a características estruturais semelhantes.

BIBLIOGRAFIA

- Beck, Hansjürg, **Der Kulturzusammenstoss zwischen Stadt und Land in einer Vorortgemeinde**, Zürich, 1952.
- Bernot, Lucien et
- Blancard, René, **Nouville, un village français**, Paris, 1953.
- Egger, Martin, "Die Integration eines Dorfes im sozialen Wandel", **Kölner Zeitschrift für Soziologie and Sozialpsychologie**. Sonderheft 1, Köln, 1956.
- Friedmann, Georges, ed., **Villes et campagnes. Civilisation urbaine. Civilisation rurale en France**, Paris, 1951.
- Juillard, Etienne, **La vie rurale dans la plaine de Basse-Alsace**, Strasbourg-Paris, 1953.
- Keur, John Y., and
- Keur, Dorothy L., **The Deeply Rooted. A study of a Drents Community in the Netherlands**. Assen, 1955.

- Kötter, Herbert, **Struktur und Funktion von Landgemeinden im Einflussbereich einer deutschen Mittelstadt**, Darmstadt, 1952.
- Riehl, W. H., **Die bürgerliche Gesellschaft**, Stuttgart, 1861.
- Teuscher, Wolfgang, "Klassenstruktur und Initiative in einer sich wandelnden ländlichen Gemeinde". **Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie**, Sonderheft 1, Köln, 1956.
- Weiss, Hans, "Die Industrialisierung auf dem Lande. Bericht über eine Gemeindestudie aus der Schweiz". **Kölner Zeitschrift für Soziologie and Sozialpsychologie**, Sonderheft 1, Köln, 1956.
- Williams, W. M., **Gosforth: The Sociology of an English Village**, Glencoe, 1956.
- Wurzbacher, Gerhard, ed., **Das Dorf im Spannungsfeld industrieller Entwicklung**, Stuttgart, 1954.

Tradução de Eunice Ribeiro Durham.

O EPISÓDIO DA SERRA DO RODEADOR (1817-20): UM MOVIMENTO MILENAR E SEBASTIANISTA

René Ribeiro

Professor da Faculdade de Filosofia de Pernambuco
da Universidade do Recife

Dentre os vários movimentos messiânicos surgidos no Brasil nenhum parece tão mal estudado quanto o que teve lugar na Serra do Rodeador, município de Bonito (Pernambuco), pouco depois da revolução de 1817 e violentamente reprimido pelo governador Luiz do Rego Barreto. Duas referências a êsse movimento encontram-se na literatura: um breve relato de Pereira da Costa, em seu **Folk-lore Pernambucano**, cujo tom demonstra que o autor teve conhecimento e endossou os termos da carta daquele governador de Pernambuco em que relatava as providências que tomara e procurava justificar-se perante o ministro Villa-Nova Portugal¹; um artigo de J. Augusto da Costa publicado na **Revista Brasileira**², em que se percebe ter o autor familiaridade com tôda a documentação sôbre o caso, recolhida ao Arquivo Nacional, porém que infelizmente foi deixado incompleto.

O conjunto de documentos sob o título de “Devassa acêrca dos acontecimentos da Serra do Rodeador” encontra-se coligido nos volumes catalogados como **Governadores de Pernambuco. Correspondência com o Ministério do Reino 1820-21** da Secção de Documentos do Arquivo Nacional³. Inclui relatórios, planos de marcha e dispositivos de ataque do chefe da expedição militar, efetivos e listas das baixas dos corpos de tropa, informações e depoimentos dos espias utilizados, carta circunstanciada do governador Luiz do Rego Barreto e os depoimentos de homens e mulheres tomados prisioneiros. Êsses documentos (que tivemos oportunidade de compulsar últimamente, por indicação do historiador José Antonio Gonçalves de Melo) estão em muito bom estado e surpreendem pela clareza e meticulosidade com que foram redigidos, permitindo a utilização de informações preciosas para o historiador e de igual modo para o sociólogo ou o psicólogo social mais exigentes na consulta a fontes primárias sôbre acontecimentos tão difíceis de fixar como os movimentos **milenaes** e **messiânicos**.

Dêsse documentário se deduz que sob a liderança de um ex-soldado do 12.º Batalhão de Milícias, de nome Silvestre José dos Santos, reuniam-se mais de duzentos homens (“e que de mulheres maior numero”) ⁴, “arma-

dos de bacamartes, faccas, e parnahibas, e pólvora bastante para se defenderem”⁵, num local “a legua e meia distante do povoado do Bonito e trinta e seis desta Praça”⁶ (Recife). Ali assistiam às prédicas e revelações de Silvestre, sabendo-se ainda “que esta reunião era sempre de noite que primeiramente rezão o terço e o officio de Nossa Senhora e depois acabada a reza passavão revista as armas a ver o estado de cada huma” ou exercitavam-se no seu manejo e realizavam marchas ao som de uma rabeça. Quanto às mulheres, terminadas as orações, “faziam penitencia”⁷, à semelhança dos grupos de flagelantes que ainda hoje se encontram no sertão nordestino.

Silvestre José dos Santos tentara anteriormente reunir um grupo de seguidores em Lages do Canhoto, Alagoas, mas fôra impedido pelas autoridades locais “por causa das profecias que fazia e de certas doutrinas religiosas que misturava-lhes”. Estabeleceu-se então no município pernambucano de Bonito em terras do sargento de ordenanças João Francisco — “o qual foi tão bem da sociedade, e offereceo os seus bens, e deo-lhes alguns donativos”⁸. O alto da Serra do Rodeador, perto de uma lapa, foi o sítio escolhido para suas pregações feitas a princípio em pequena cabana e posteriormente numa construção maior, ou “Mocambo que servia de capella”. Aí tinha êle instaladas em altar uma imagem do Bom Jesus, outra de Nossa Senhora da Conceição e “muitos santos que o adorão entre estes hum de oiro que terá hum covado de altura”. Assinalando a laje cravara uma cruz e fizera crer a seus seguidores “que sahirá de dentro da pedra do lugar onde está huma Cruz a El Rey D. Sebastião com o seu Exercito, na qual pedra e lugar se ouvem fazer manejos d’armas, jogos d’espada, e instrumentos de musica tocando”. Por isso o local passou a ser conhecido como o “lugar do milagre”, ou do “encanto”, ou “Cidade do Paraíso Terreal”. Silvestre e seu principal auxiliar, Manoel Gomes das Virgens, também ex-soldado do 12.º Batalhão de Milícias, intitulavam-se de “procuradores de Jesus Cristo” e dirigiam tôdas as atividades do grupo à base de “revelações” que diziam receber da “Santa Milagrosa”, pois “que erão os dois unicos que falavão com a Santa, e a quem ella dava as ordens do que elles devião fazer”⁹. Silvestre “pregava as revelações que elle expunha” e “sendo muito pobre e não sabendo lêr nem escrever fizesse [fazia] admirar a todos pelo que dizia, e fazia”¹⁰. E’ para salientar que à diferença de outros movimentos milenares, no caso atual o líder não se apresentava como o Messias, mas como profeta anunciador de uma nova era a ser inaugurada com o reaparecimento do Rei D. Sebastião e portavoz da Virgem que os guiaria no empreendimento militar-religioso.

À época da repressão, o grupo, a julgar do depoimento de Antonio Pereira, cunhado de Silvestre, devia contar com mais de duzentos homens, enquanto para Estevão Fernandes (outro membro do grupo aprisionado) seriam cento e cinqüenta. O governador Luiz do Rego Barreto, talvez

para diminuir o efeito provocado pelo massacre que ordenara, fixava-os nuns “sessenta homens, e muitas mulheres”¹¹, mas o tenente-coronel José de Sá Carneiro Pereira, comandante do ataque, refere ter incendiado a capela de palha “que queimou todos os feridos que estavam dentro chegando a mais de setenta inclusos algumas mulheres”¹².

As informações coligidas nos documentos indicam que a maioria dos participantes “era gente do povo” e os principais líderes, Silvestre José dos Santos, Manoel Gomes das Virgens (os dois chefes), Antonio Gomes (sapateiro que dirigia os exercícios militares ou “Santa Marcha”), Gonçalo Correia (que comandava as “revistas d’armas”), José Fernandes (um dos ajudantes nos ritos de iniciação dos novos sectários), Manoel da Paixão (cuja filha dava a penitência aos iniciandos), Estevão Fernandes (pai de José Fernandes), Valentim Alves, Manoel José, José Taboca, Severino (filho de Manoel José) e Antonio Pereira, cunhado de Silvestre. Dentre outras, Francisca Maria de Santa Anna, Feliciano Maria da Conceição e Joana Batista eram as “procuradoras da honestidade das mulheres”.

O grupo de sectários de Silvestre recebeu organização nitidamente militar com quatro Capitães, quatro Alferes (“e hum destes Inspector”) “os quais industriavão a gente no exercicio” ou “manejo d’armas e manobras”. O comandante e instrutor do 12.º Batalhão de Milicias, em carta ao governador Luiz do Rego Barreto, informava que o grupo de Silvestre “Vivendo em continuados exercicios, e rezas, tinhão a gente dos paizes circunvizinhos aterrada das forças, e encantada da santidade”. Além disso, “Reconhecendo hum Rey imaginario, e autoridades estravagantes, com uniforme, e divizas militares a seu modo, tinhão fugido do gremio da sociedade e da observancia das leys; e, inventando milagres, e practicando horrendas superstições, havião aberrado dos principios da verdadeira Religião”¹³. Daí afirmar o governador de Pernambuco “que ali se estava propagando hum scisma religioso, e politico ao progresso do qual era preciso quanto antes por ostaculos, porque o povo se hia allucinando”¹⁴.

Antonio Pereira, “trabalhador de enxada” e cunhado do chefe, diz em seu depoimento do processo de aliciamento e dos incentivos que encontrou para sua participação no grupo: “que haverá perto de trez annos que seu Cunhado Silvestre José dos Santos o procurava dizendo-lhe que tinha hum grande negocio a tratar com elle, e perguntando-lhe elle o que era, o dito seu Cunhado lhe perguntou se elle tinha animo de se ver entre chuva de polvora e balla, a que elle respondeu que sim, e que então o dito seu Cunhado lhe propozera tantos bens, e tantas fortunas, que elle ficou desejoso de conseguir, pois que se dispunha a conquistar a Caza Santa de Jerusalem, e o Paraizo Terreal e a destruir todos aquelles que se oppozessem a tão sagrado fim pugnando pela Ley de Deus para que se devião reunir bem armados, e que elle a vista de tantas venturas acceitou, e então o dito seu Cunhado lhe mandou ensinar por outro hum grande nu-

mero de orações [que elle acceitou, e que por serem cheias de superstições não nas transcreveremos — regista o escrivão] e depois continuou a trabalhar com elle a bem do santo fim a que se tinham proposto”¹⁵. José Fernandes, ferreiro, armeiro e coronheiro do grupo, esclarece em seu depoimento o carácter da verdadeira cruzada a que se propunham Silvestre e seus seguidores. Diz êle que “havia para quatro mezes, que Silvestre José dos Santos, soldado do Batalhão de Milicias n.º 12 o tinha convidado para viver na Serra do Rodeador aonde junto com outros defendessem a causa da verdadeira Fé, e Religião de Nosso Senhor Jesus Cristo, e de El Rey D. Sebastião, e que devião estar bem armados para poderem combater quem se oppozesse contra este fim, e que depois quando tivessem maior numero devião sahir tomar Pernambuco e dirigirem-se resgatar os lugares Santos de Jeruzalem”¹⁶. O tenente Antonio Ribeiro Freire, que a mandado do seu comandante se fizera passar como adepto de Silvestre, para melhor informar as autoridades, acentua “que de noite fazião os seus ajuntamentos, rezavão as suas Orações, e depois faziam as suas marchas, e exercicios, tinham Ferreiro, ou Espingardeiro, que compunha as armas, e dizião, que aquella sociedade era mandada estar alli por Deos, pois que El Rey Dom Sebastião havia alli apparecer, e he, que era o verdadeiro Rey e toda aquella sociedade estava pronta para o deffender, que todos os que alli estavam serião muito felizes, e que elles se compadecião da infelicidade, dos que não estavam naquella sociedade, por que erão infelizes por força”¹⁷. Matias Ramos da Costa, também enviado em missão de espionagem, igualmente regista as crenças sebastianistas e o carácter leniente da Cruzada: “que naquella sociedade estavam prontos para deffender ao seu Rey D. Sebastião José; que não obedecião a outro Rey senão a este, e á Deus, que El Rey D. Sebastião não tardava, que não apparecesse, e que estava d’alli a vinte cinco legoas, e que vinha rompendo agoas verdes com o punho do seu braço, e que outras muitas Coizas, que depois havião acontecer, que delles não tinham pena por serem immortaes, e que só tinham pena do povo, que ainda não tinha seguido a sua Ley, que elles hum dia havião sahir daquelle sitio” etc.¹⁸. Como solução de compromisso, antes de saírem á campo “resgatar os lugares Santos de Jerusalem” e conquistar o “Paraiso Terreal”, admitiam que “querendo El Rey Dom João 6.º seguir a El Rey Dom Sebastião ainda El Rey Dom João 6.º havia ser bem premiado por Dom Sebastião”¹⁹.

Essas idéias ingênuas e os mitos sebastianistas haviam tido largo curso em Portugal durante longos anos e não estavam mesmo no princípio do século XIX de todo esquecidos. Com raiz na tradição judaico-cristã do **millenium**, veiculada no livro das Revelações e no Apocalipse com a previsão do estabelecimento do Quinto Império do Mundo, após a vinda do Messias, e o reaparecimento das tribos de Israel perdidas, as idéias messiânicas e milenaristas difundiram-se na Europa cristã e motivaram inú-

meros movimentos populares à época das cruzadas, quando não algumas destas²⁰. Encontraram principalmente em Portugal com o episódio da morte e desaparecimento do rei D. Sebastião em sua desastrada campanha da África e as várias vicissitudes históricas dêsse país a mais ampla ressonância, ao ponto de dizer-nos J. Lucio de Azevedo ainda haver depois de 1820 “quem se ocupe de derrotar o Sebastianismo, fazendo aparecer o Egregio Encoberto na pessoa de D. João VI, ao regressar do Brasil”²¹. Das Trovas do Bandarra (1530) à identificação de D. Sebastião com o mito do Encoberto e a subsequente e atribulada carreira política do sebastianismo até seu relativo descrédito em 1813 (quando apareceu em Lisboa “certo original, vestido de Mouro, que se dizia enviado de D. Sebastião”²² e que foi apenas objeto de galhofa) a difusão dos mitos sebastiânicos iria passar ao Brasil e aqui motivar movimentos como o do Rodeador (1817-20), o de Pedra Bonita (1838) e o de Canudos (1893-97). Idéias messiânicas e milenaristas estão na raiz dêstes e de outros movimentos mais recentes, como o do Contestado ou o do Padre Cícero do Joazeiro, atestando a vitalidade das crenças na **idade de ouro sôbre a terra e no reino divino universal**²³.

As condições sociais em Pernambuco, à época do episódio da Serra do Rodeador, pareciam ser de grande instabilidade e insegurança pessoal. Acabara de ser subjogado o movimento republicano de 1817 e instalara-se um govêrno repressivo e rudemente militarista sob Luiz do Rego Barreto. Íste mesmo, a depreender do primeiro parágrafo da sua carta ao Ministro do Reino Thomas Antonio de Villa-Nova Portugal, parecia muito preocupado com a repressão ao banditismo e aos clubes republicanos (“Depois que eu soube do bando de José de Barros, e do Clube do Boique” etc.). J. Augusto da Costa, no seu artigo incompleto sôbre o mesmo episódio de que nos ocupamos, diz um tanto apologeticamente: “Apezar do militarismo que existia, devastavam a capitania nessa epoca, como anteriormente, bandos de salteadores, quilombos de negros que atacavam as estradas e os povoados. A segurança individual e de propriedade fora da capital era quasi nenhuma. O celebre facinora José de Barros levava o terror por todo o interior da capitania, a quadrilha do padre Bandeira, que constava de uns trezentos homens, trazia o sertão em desassocego; a Cova da Onça, em Iguarassu, e os indios bravios, em Cimbres, não deixavam o Capitão-General um momento de tranquilidade, quando sobreveio o negocio do Rodeador”²⁴. Ele mesmo retira do depoimento de Antonio Ferreira razões mais particulares de insatisfação pessoal: “a vida era muito cara, que quem não tinha dinheiro não se podia enterrar nas igrejas e que as milicias deviam acabar”²⁵.

Vida cara, impossibilidade econômica de entêrro condigno e terror ante os métodos do recrutamento militar àquela época, deviam facilitar o sucesso das pregações e promessas de Silvestre José dos Santos, além naturalmente da atração do maravilhoso e da ressonância de suas idéias mi-

lenaristas e sebastianistas. Estevão Fernandes, por exemplo, dizia “que fôra convidado para hum encanto, e que este encanto consistia em apparecer El Rey Dom Sebastião José”²⁶. Outro depoente “disse que hia ver as Santidades que ali havião”²⁷. Ou então, faziam crer os dois chefes serem instrumentos da vontade divina que, se executada, traria a todos grandes vantagens: “que eram os dois unicos [Silvestre e Manoel Gomes] que fallavão com a Santa e a quem ella dava as ordens do que elles devião fazer, prometendo-lhe que elles dois serião principes, os pobres serião ricos, e os ricos augmentados”²⁸. Também “se promettia huma felicidade imensa a quem alli entrasse”²⁹. O grupo passara a acolher desertores do 12.º Batalhão de Milícias, do qual ambos os chefes fizeram parte, e isso foi o que despertou inquietação entre as autoridades militares e deu-lhes uma medida da fôrça e disposição do grupo quando uma patrulha se viu em dificuldades ao tentar capturar um soldado foragido que **contara com** a proteção dos do Rodeador. Luiz do Rego Barreto escreve sua página de sociologia da época na longa carta em que relata o episódio: “que uns sessenta homens, e muitas mulheres se havião entranhado na Serra do Rodeador, aonde vivião dados a superstições ridiculas, as quais derramavão, alliciando assim muitos credulos, cujo numero hia progredindo em virtude de uma notavel fascinação”... “Elles prometião sahir dentro em breve a pregar a sua [Religião] com arcabuz na mão. Quem sabe quanto estas maximas infernaes fascinão, apoyadas pela fôrça, e sobre tudo por uma aparente austeridade (duas columnas, e sustentaculos de quantas herezias tem transtornado as sociedades) não deixará de dar a devida approvação ás medidas tomadas para prender estes novos apostolos do fanatismo, e da desobediencia a El Rey”³⁰.

Intensa religiosidade, estruturação militar e grande austeridade eram características salientes dêsse grupo de obscuros cruzados do interior de Pernambuco.

As orações que abriam a rotina diária do ajuntamento eram chamadas “santos louvores” ou “as santas insinuações”, ou a “santa devoção”; o sítio, “santa pedra” ou “logares santos”; o Rodeador tornou-se conhecido como “Cidade do Paraiso Terreal”. Um pombeiro, informante das autoridades militares, “diz que chegando ao Distrito do Bonito observou não se falar em outra couza mais que em tais homens, e seus milagres” e mais, “que os ditos homens são muito devotos por que exigem dos que querem alistar se confessem”. Como surgissem dificuldades com os vigários e os capelães alertados sôbre a existência dessas atividades religiosas não sancionadas pela Igreja, contornaram os fiéis o problema: “porem elles vão ao lugar ondi os ditos homens estão e se confessão a Nossa Senhora da Conceição e huma filha do principal cabeça, chamado Paixão he quem lança a absolvição, e lhe dá penitencia que logo cumpre pondo-se de joelhos até final”³¹. José Fernandes, participante ativo do grupo “respondeo que antes de en-

trar erão confessados, e que na entrada erão conduzidos entre dous levando cada hum espada desembainhada, e que elle era hum destes; e que os conduzião até o Altar aonde juravão solenemente guardar segredo, e morrer na cauza da deffença de Nosso Senhor Jesus Cristo, e de El Rey D. Sebastião”³². O tenente Antonio Ribeiro Freire foi levado “ao Sitio da reza que era uma Caza de palha, aonde tinhão varias Imagens”, quando de sua pretensa adesão e “o mandarão confessar a huma Imagem, e lhe derão sua penitencia e vio elle testemunha huma ocasião o Silvestre e o Manoel Gomes hirem fazer Oração postos de joelhos, armados de espadas, pistollas e facas, e o José Fernandes, e o filho do Paixão cada hum tão bem armados e com as espadas desembainhadas, hum virado para a porta, outro virado para o Altar, e dizia a José Fernandes humas palavras, se havia alli quem se oppuzesse aquella Ley, e que fosse falso, ao que alli se determinava, e contra o que a Senhora determinava, e depois levantavão-se os que estavam de joelhos com as espadas na mão e fazião com que elle testemunha desse duas patacas de entrada; igualmente vio, que depois de rezarem principiavão á passar revista ás armas” etc. e “fazia-se marchas, e exercicios como tropa”³³. O alferes Joaquim José de Vasconcellos refere “que naquella noite, e em outras tres mais, que assistira a Santa Devoção como elles lhe chamavão e pondo-se todos nestas Oraçoens depunham as armas, que trazião, a excepção das curtas, que essas as conservavão á cinta, e depois disto pegavão nas armas, e punhão-se a fazer as suas marchas e revistas de armas até pela manhã”³⁴.

A estrutura do grupo comportava os dois chefes ou “Procuradores de Jesus Christo”, os quatro Capitães e os quatro Alferes, além de Procuradores e Procuradoras da honestidade dos homens e das mulheres, todos a distinguirem suas funções com divisas e rosetas multicores. Além disso, os “irmãos” (como eram conhecidos e se tratavam os fiéis) classificavam-se em “sabidos”, em número de 12, e “ensinados”, que deveriam atingir a mil antes que se pusessem em marcha os cruzados. A revista às armas cabia a Gonçalo Correia, enquanto Antonio Gomes dirigia as “sanctas marchas”. As mulheres mantinham-se alheias aos detalhes esotéricos do cerimonial porque “o segredo não era para ellas”.

Uma das “procuradoras da honestidade das mulheres”, Feliciano Maria da Conceição, esclareceu no processo o rigor das suas funções: “compor as mulheres para estarem bem honestas nos seus vestuarios e não estarem juntas com os homens, visto que devia haver essas cautelas, sendo esses ajuntamentos á noite e vigiar que ellas estivessem acordadas e attentas”.

Estavam crentes êsses novos cruzados no auxílio sobrenatural para o sucesso absoluto de sua emprêsa. Não sòmente surgiria El Rey Dom Sebastião “com o seu exercito” no momento oportuno, como “que quem alli estivesse, podia estar seguro, e livre de tudo”³⁵, e que “aquella sociedade havia sahir hum dia daquelle Sitio, que se chamava Paraizo Terreal, e Nossa Senhora he que havia determinar e guiar”³⁶. Seguros da imorta-

lidade e dispostos a “conquistar o mundo inteiro, quando fosse ocasião, e isto pela Lei de Deos Verdadeiro”³⁷, no caso de serem hostilizados, “toda a sociedade havia desaparecer aos olhos da tropa”³⁸. Também prometeram-lhe os seus líderes, “em nome da Santa Milagrosa que quando de alguma parte viesse tropa a ataca-los não tivessem susto pois que da sua parte havião de ter sempre dobrada força daquella que viesse ataca-los”³⁹, ou então, “que quando forem atacados o dito seu Rey D. Sebastião mandará huma embaixada ao Commandante della, e que lastimão a sorte dos que lá forem por que elles são imortais, e que então sahirão a campo castigar os que não quizerem alistar no seu partido, sabem que a tropa que os for atacar logo que os veja, e os seus prodigios depõem as armas, e se pação para ellas”⁴⁰.

Vigiados de perto pelo capitão Manoel Bezerra, comandante do distrito, que fingia protegê-los e espionados por um seu filho, o alferes Antonio Bezerra, e pelo tenente do 12.^o Batalhão de Milícias, Antonio Ribeiro Freire, “que sabem perfeitamente que amanhã he a noite em que todos os rebeldes se ajuntão no lugar do milagre, e que ha conferencia”, nessa mesma noite de 25 de outubro de 1820 foi o sítio cercado pelas tropas para isso destacadas pelo governador. Parece terem se apercebido os do Rodeador da presença de tropas, mas é duvidosa a afirmativa de Luiz do Rego Barreto sôbre “a pertinacia da defeza; a constancia de seis horas de perfiado combate; a mortandade de huma e outra parte” que êle diz terem sido “espantosas”, porquanto, “ao sentirem as tropas romperão em palmas, e vivas”⁴¹. Percebe-se da parte de quem presidiu ao “Processo sumario e inquirição de testemunhas sobre o ajuntamento e Sociedade da Serra do Rodeador desta Provincia de Pernambuco” a preocupação de fixar terem partido os primeiros disparos do lado dos adeptos de Silvestre, porquanto na manhã do dia 26 se iludiram êstes com as praxes militares e tomaram os vivas a El Rey (D. João VI) com que a tropa abria as escaramuças como sinal da esperada adesão milagrosa e saudação ao seu rei D. Sebastião. A julgar do relatório do tenente-coronel José de Sá Carneiro Pereira, é possível que os do Rodeador tenham se defendido com alguma bravura (“disse mais que a defeza que tinham feito foi por que os Procuradores de Jesus Christo assim o tinha ordenado em nome da Santa Milagrosa”⁴², logo que dissipado o equívoco agindo as tropas com incrível crueldade. Em suas palavras cruas, foi incendiada a capela “que queimou todos os feridos que estavam dentro chegando a mais de setenta inclusos algumas mulheres, e o resto foi prisioneiro, e morto, escapando-se alguns que se poderão se occultar pelas grutas da dença matta”⁴³.

Diante do clamor público e das críticas à crueldade da repressão, após o inquérito foram os prisioneiros, na sua grande maioria mulheres, recambiados e postos em liberdade, enquanto as crianças órfãs foram adotadas por famílias da capital, dando-lhes o exemplo o próprio governador que resolveu proteger a três. Sabe-se dos principais que Manoel Gomes mor-

reu na luta, Silvestre se evadiu, Estevão Fernandes, José Fernandes e Antonio Pereira foram feitos prisioneiros, enquanto Manoel da Paixão foi capturado posteriormente em Garanhuns.

Assim terminou a Cruzada ingênua dêsses sertanejos pernambucanos, mas suas idéias milenaristas e sebastianistas continuavam a ter curso até determinarem os episódios posteriores e ainda mais sangüinolentos de Pedra Bonita e Canudos ⁴⁴.

O episódio da Serra do Rodeador enquadra-se perfeitamente nas categorias que distinguem aos movimentos **milenares**: era inspirado pela idéia de salvação e pelo caráter do salvador (tomados ao catolicismo neste caso particular); constituía um movimento coletivo que beneficiaria ao grupo dos fiéis que aderissem à “sociedade” e participassem da emprêsa; propunha-se um fim terrestre com a libertação de Jerusalém e a conquista do “Paráiso Terreal” ali; anunciava-se iminente, com a realização das fantasias de líderes e seguidores, não tardando aparecer o rei D. Sebastião com o seu exército mítico para ajudá-los; a transformação seria total com a submissão e conversão dos infiéis e a inauguração de uma nova era ⁴⁵. Além de milenar, era **sebastianista** êsse movimento, fazendo reviver os mitos do reaparecimento miraculoso do rei desaparecido, que desempenharia então o papel do Messias da tradição judaico-cristã. Isso reflete a intensidade da lenda de D. Sebastião transplantada para o Brasil e capaz, ainda por longo tempo, de continuar a capturar a imaginação popular, como o demonstrariam outros movimentos subseqüentes. Finalmente, o episódio surgiu numa época de crise e insatisfação, congregando-se para essa cruzada tardia indivíduos de baixa condição social, de área relativamente isolada, possivelmente insatisfeitos com os agentes da religião oficial (a sua, dizem os depoimentos, seria “a cauza da verdadeira Fé, e Religião de Nosso Senhor Jesus Christo”).

Depreende-se ainda dos documentos consultados jamais terem êles hostilizado ao clero, apenas deixando de atender às exortações dos padres que foram dissuadi-los. De outro lado, exigiam dos neófitos, a princípio, que se confessassem aos vigários e capelães. Buscavam, no entanto, êles próprios, meios mais diretos de comunicação com o sobrenatural e ação independente na conquista dos seus fins religiosos e da ventura que lhes seria então proporcionada. O líder, a exemplo de outros da sua espécie, parecia obsecado há algum tempo por suas fantasias apocalíticas e tentara mesmo anteriormente difundi-las e reunir adeptos, até que isso se lhe tornou possível no Rodeador.

Da personalidade dêsse líder pouco se deduz dos documentos; apenas que, sendo pobre e analfabeto, se apresentava como porta-voz da “Santa Milagrosa” (“que este he que a Snra. lhe fallava e tinha revelação da Senhora”) e pregava as revelações “que elle expunha e que todos se admiravão do que elle fazia e do que dizia” ⁴⁶. Aproveitara-se da sua experiência de militar para estruturar a hierarquia do grupo e dar ao mo-

vimento a sua característica típica de verdadeira cruzada. Além disso, mantinha e impunha uma austeridade tida até como perigosa pela autoridade repressora. Não existem, porém, indicações de que o grupo fôsse submetido a excessos de autoridade, nem a práticas definitivamente mórbidas ou aberrantes. Os rituais de iniciação eram relativamente simples e de ingênua feição militar-religiosa; as orações habituais, aquelas da devoção comum das gentes do interior (têrço, ofício de Nossa Senhora, etc.), completadas circunstancialmente por aquelas da inventiva dos improvisados líderes religiosos; as “penitências”, familiares à gente do sertão e aqui introduzidas desde o tempo dos missionários jesuítas. Embora se lhes atribua o propósito de sair “a campo castigar os que se não quizerem alistar no seu partido”, êsses cruzados não pareciam tomados de ódio aos infiéis, nem inclinados à violência. Antes, apiedavam-se dêstes e confiavam nos meios sobrenaturais para vencer tôda resistência à sua emprêsa, nem “medo algum tem de serem offendidos por que elles só he que servem a Deos e ao verdadeiro Rey”⁴⁷.

O movimento parece ter tido grande repercussão especialmente por seu vulto e pelos “milagres contados” e foi reprimido, no dizer do governador, “porque o povo se hia allucinando”. Seus líderes, entretanto, parecem apenas ter vindo ao encontro do anseio de salvação e de felicidade imediata das populações que conseguiram influenciar, capitalizando sôbre o fundo comum de idéias e fantasias milenaristas (junto a crenças sebastianistas) e da frustração e ansiedade dos pobres e humildes.

NOTAS

1) Pereira da Costa, F. A. — “Folk-lore Pernambucano”. **Rev. Inst. Histórico e Geográfico Brasileiro**, vol. 70, parte II (1907), págs. 33-35.

2) Augusto da Costa, J. — “A expedição do Rodeador”. **Revista Brasileira**, vol. 4 (1880), págs. 341-352 (edição N. Midosi).

3) Devassa acêrca dos acontecimentos da Serra do Rodeador. **Governadores de Pernambuco. Correspondência com o Ministério do Reino 1820-21**. Secção de Documentos. Arquivo Nacional (Rio); págs. 4-144, 180-187 e 264-269.

4) **Ibid.**, pág. 24.

5) **Ibid.**, pág. 6.

6) **Ibid.**, pág. 25.

7) **Ibid.**, pág. 94.

8) **Ibid.**, pág. 24.

9) **Ibid.**, pág. 23.

10) **Ibid.**, pág. 89 verso.

11) **Ibid.**, pág. 25.

12) **Ibid.**, pág. 10.

13) **Ibid.**, pág. 27.

14) **Ibid.**, pág. 26.

15) **Ibid.**, págs. 23 e 24.

16) **Ibid.**, pág. 22 e verso.

17) **Ibid.**, pág. 57 e verso.

18) **Ibid.**, pág. 47.

19) **Ibid.**, pág. 92.

20) Cohn, Norman — “Medieval millenarism and its bearing on the comparative study of millenarian movements”. Comunicação à **Conference on Religious Movements of a Millenarian Character** (Chicago, 8-9 de abril de 1960), mimeografado, pág. 4.

21) Lucio de Azevedo, J. — **A Evolução do Sebastianismo**. Livr. Clássica Edit., Lisboa (1947), pág. 113.

22) **Ibid.**, pág. 114.

23) Pereira da Costa, F. A., *loc. cit.* e págs. 35-44; Euclides da Cunha — **Os Sertões**, 15.a ed., F. Alves, Rio, 1940; Pereira de Queiroz, M. I. — **La “Guerre Sainte” au Brésil: le mouvement messianique du “Contestado”**. Fol. 187 (Sociologia), Fac. Fil., Univ. de S. Paulo, 1957; Schaden, Egon — **A Mitologia Heróica de Tribos Indígenas do Brasil**, Serv. Documentação, MEC., Rio, 1959, págs. 37-59.

24) Augusto da Costa, *loc. cit.*, pág. 50. Veja-se também **Memoria Justificativa sobre a conducta do marechal de campo Luiz do Rego Barreto etc.** Tip. D. Marques Leão, Lisboa (1822), págs. 15-21.

25) **Ibid.**, pág. 47.

26) Devassa etc., pág. 87.

27) **Ibid.**, pág. 103.

28) **Ibid.**, pág. 23.

29) **Ibid.**, pág. 40.

30) **Ibid.**, pág. 27 e verso.

31) **Ibid.**, pág. 8 e verso.

32) **Ibid.**, pág. 22 verso.

33) **Ibid.**, pág. 40.

34) **Ibid.**, pág. 41.

35) **Ibid.**, pág. 40.

36) **Ibid.**, pág. 41 verso.

37) **Ibid.**, pág. 96 verso.

38) **Ibid.**, pág. 104.

- 39) **Ibid.**, pág. 23 verso.
- 40) **Ibid.**, pág. 8.
- 41) **Ibid.**, págs. 27 verso e 28.
- 42) **Ibid.**, pág. 24 verso.
- 43) **Ibid.**, págs. 10 e 11.
- 44) Pereira da Costa, **loc. cit.**, págs. 35-44; Euclides da Cunha, **loc. cit.**, págs. 159-214.
- 45) Norman Cohn, **loc. cit.**, págs. 1 e 2.
- 46) Devassa etc., pág. 89 verso.
- 47) **Ibid.**, pág. 8.

COSTUMES MATRIMONIAIS ENTRE JAPONÊSES E SEUS DESCENDENTES NO BRASIL ¹

Lúcia Wollet de Mello

(Escola Normal Major Juvenal Alvim, Atibaia)

No Japão, ao que tudo indica, os padrões relativos ao casamento estão sofrendo profunda transformação, mormente pela influência americana após a última guerra. Por outro lado, pode-se sentir sua “fôrça” no comportamento e nas atitudes dos japoneses e seus descendentes no Brasil, mesmo quando em vias de aculturação.

Na sociedade japonesa tradicional, dada a importância atribuída à família, quando o jovem atinge a maioridade, exerce-se sobre ele forte pressão no sentido de que contraia matrimônio ². Êste ato representa a maneira pela qual o indivíduo sem liames (pelo fato de ser solteiro) passa a estabilizar-se, a “criar raízes” pela constituição de seu próprio grupo familiar. O celibato só encontra justificativa quando o indivíduo delibera aperfeiçoar-se no plano intelectual, artístico ou filosófico.

No tocante à mulher, compreende-se que a pressão seja ainda maior, sendo-lhe vedado o direito de adquirir propriedades e ter independência econômica; a única via aberta à estabilidade econômica e à posse de propriedade é o casamento. Aliás, pode-se ver a “carreira” feminina como sucessão de dependências da autoridade masculina: a princípio, do pai ou do irmão mais velho, depois do espôso e, finalmente, quando viúva, do filho mais velho.

Os casamentos devem ser homogâmicos, porquanto se considera que a diversidade de hábitos, usos e costumes impede a adaptação das personalidades em jôgo. Devido a êste pressuposto, na Casa Imperial os casamentos eram feitos na base da consangüinidade.

Quando uma família tem filhos em idade de casar, busca o **nakodo** ou intermediário ³, cuja atribuição é contratar casamento entre os membros da própria comunidade ou de comunidades diferentes. Às vêzes existem **nakodo** por parte da noiva e por parte do noivo ⁴, que visitam os pais dos futuros nubentes a fim de proporcionarem ocasiões de os jovens se encontrarem e conhecerem. Êste encontro, chamado **miai**, pode ter lugar num chá ou num almôço, com a participação dos intermediários. Se os jovens sentem inclinação mútua, os pais se informam a respeito dos antepassados do pretendente: se não houve entre êles pessoas portadoras de lepra, sífilis, moléstias mentais ou qualquer outra doença grave, bem como se não

existem “eta”⁵, sapateiro, lixeiro, peixeiro, enfim, pessoas que tenham exercido profissões consideradas pouco nobilitantes em comparação com a agricultura. Torna-se desnecessária esta “busca” quando os jovens são da mesma aldeia ou cidade.

Marca-se, então, o **yome-iri** (**yome**, noiva; **iri**, do verbo **iruquer**, entrar) ou seja, “a introdução da noiva” no casamento. Nesta ocasião, a noiva veste um quimono especial, confeccionado para tal fim.

O casamento é cerimônia doméstica⁶, realizada na casa do noivo; a ela assiste quase toda a coletividade, e os **nakodo** ocupam aí posição de destaque. Consta de três trocas de três doses de **sake** (bebida alcoólica feita de arroz) entre os noivos e chama-se **san-san ku do** (três-três, nove vezes). Há discursos, comestíveis, libações de **sake** e canções de casamento. Lavra-se uma espécie de ata, assinada por duas testemunhas (quase sempre os **nakodo**) e depois registrada na prefeitura.

A nubente passa, então, a viver com a família do marido. Mas se o casamento fracassar (e há motivos previstos pelos quais se pode considerar um matrimônio fracassado, autorizando o divórcio), haverá o **ku fu ni wan**, “a devolução da espôsa”. Para isso, os cônjuges assinam uma declaração de não mais pretenderem continuar vivendo juntos, que se chama **mi ku da ri kan** (três linhas verticais e metade da quarta). A declaração é registrada na prefeitura e por ela se dá o **ri en** ou divórcio (**ri**, separação, rompimento; **en**, liame, laço). A mulher volta então para a casa dos pais e espera nova oportunidade de contrair núpcias.

Em 1909 chegaram ao Brasil os primeiros 803 imigrantes japoneses que, desembarcando em Santos, se dirigiram para o interior do Estado de São Paulo. Chegaram depois novas levas de imigrantes, sendo que no período de 1924-1933 aportou em nosso país a maior onda imigratória, num total de 110.191 pessoas. A vinda de japoneses começou a decair desde então, cessando praticamente no período de 1942 a 1950. Pelo censo de 1940, verificou-se que 91,5% da população japonesa se estabeleceu no Estado de São Paulo e 5,6% no Paraná. Vinte e seis municípios paulistas e cinco paranaenses possuem núcleos japoneses.

A lei brasileira relativa à imigração japonesa restringia-a a “famílias” ou “casais” destinados à lavoura. Contudo, não conseguiu impedir a vinda de indivíduos solteiros que, graças ao **ko sei kazu ku** (simulação de casamento) conseguiram burlá-la. Segundo esta prática, havia um ajuste entre famílias com filhos casadoiros, simulava-se um casamento e obtinha-se, nos passaportes, o necessário visto do consulado brasileiro. Aqui chegados, os “casais” realizavam o **mi ku da ri kan** e o “casamento” estava desfeito.

No decorrer do tempo, porém, os imigrados solteiros começavam a sentir a necessidade de braços femininos nos trabalhos agrícolas. Para obter espôsa, dirigiam-se, então, aos **nakodo** que se mantinham em contacto com os

chefes de família de diferentes regiões do Estado. (Diga-se de passagem que, aqui como no Japão, a função de **nakodo** não chegou a constituir profissão, mas os indivíduos que a ela se dedicavam recebiam recompensas quer em dinheiro quer em forma de presentes⁷). Porém, aqui a situação era diferente: as moças representavam importante fator econômico no trabalho agrícola, sendo valiosíssimo o seu auxílio na economia doméstica, no acúmulo de riqueza, na própria ascensão social do grupo familiar, permitindo à família passar do status de colono ao de pequeno sitiante. Por isso, os pais avaliavam e pediam ao pretendente um preço correspondente à perda representada pela subtração da jovem no trato da terra. Havia noivas no valor de “**san contos**” (3 contos de réis), “**go contos**” (5 contos) e as mais preciosas valiam “**dju contos**” (dez contos)⁸.

Se o pai da noiva e o pretendente, por intermédio do **nakodo**, entravam em entendimento quanto ao valor da noiva, marcava-se a data do **miai**. Porém, como por vezes as distâncias eram grandes, uma simples troca de fotografias substituía este encontro e a data do casamento era logo fixada.

O casamento realizava-se segundo o ritual do **san-san |ku do**, com a diferença de a noiva não mais usar o clássico quimono e sim vestido branco, véu, grinalda, buquê de flôres de laranjeira, e o noivo, terno à ocidental. Fazia-se o registro do casamento no consulado japonês e às vezes no cartório civil da localidade, o que, aliás, era bastante raro.

Por outro lado, havendo motivo para divórcio, realizava-se o **mi ku da ri kan**, que era, também, registrado no consulado, e a espôsa voltava para a casa dos pais com os filhos, se os houvesse. Continuava-se, portanto, no Brasil, a fazer a escolha da noiva nos moldes tradicionais japoneses e a realizar o casamento e o divórcio sob o controle de um representante legal japonês que sancionava as práticas do país de origem. O casamento de japoneses com brasileiros era desencorajado, como é de prever-se.

Apesar do isolamento geográfico, psíquico e cultural em que viviam as populações japonesas, certos fatores vieram contribuir para abalar os mores familiares e acarretar a desintegração das práticas prêsas ao casamento, conforme passaremos a examinar.

Os primeiros imigrantes japoneses no Brasil eram considerados súditos do Japão, razão por que os casamentos, nascimentos e óbitos tinham de ser registrados no consulado japonês. Tal situação perdurou até 1924, quando o governo imperial publicou novo edito, pelo qual os filhos de japoneses residentes no estrangeiro receberiam a cidadania japonesa se registrados no consulado no máximo 14 dias após seu nascimento (**Jornal Paulista**, 23 de fevereiro de 1957). Para exercer controle sobre os súditos japoneses no além-mar, subdividia-se a área habitada por eles em regiões, nomeando para cada uma delas um vice-cônsul, incumbido de orientar e controlar toda atividade da colônia.

Com a participação do Japão na guerra mundial em 1941, ao lado dos países do “eixo”, romperam-se as relações entre o Brasil e o Japão, cessando o controle do governo japonês sobre os seus súditos aqui residentes. Os cônsules e vice-cônsules perderam a sua função, sendo que alguns foram repatriados e outros tiveram de dedicar-se a atividades diferentes. Os registros nos consulados foram suspensos, o que levou os japoneses e seus descendentes a procurarem enquadramento na legislação brasileira.

Outro fator foi a evacuação, a que foram obrigadas as populações japonesas, durante a guerra, de áreas consideradas estratégicas (principalmente a zona litorânea). Essas populações fixaram-se nas proximidades dos grandes centros, como São Paulo, onde amiudaram os contactos com brasileiros.

Ademais, a boa situação econômica alcançada por certas famílias no interior facilitou aos **nisei** a busca dos canais de ascensão utilizados pelos brasileiros: abandonando as pegadas dos pais na agricultura, optaram pelas profissões liberais. O título de “doutor” favoreceu a ascensão do mulato no Brasil-Colônia e do filho do imigrante no período republicano, permitindo o casamento dos descendentes de ádvenas bem sucedidos com elementos das famílias de “quatrocentos anos”. Porém, no caso dos filhos de japoneses, estes procuram atingir posição de liderança dentro da própria colônia e, na medida em que se observa entre eles o acatamento da opinião dos mais velhos, não buscam, em geral, casamento com elementos das famílias tradicionais brasileiras, uma vez que não estão, eles próprios, interessados na quebra da barreira interposta ao casamento inter-étnico. Contudo, o título de doutor facilita-lhes escolher, dentro da própria colônia, noiva cujos pais estejam em boa situação financeira, facultando-lhes ascensão social mais rápida. Nesta camada, os **nakodo** não interferem tão decididamente como na dos agricultores, restringindo sua ação a conselhos e sugestões⁹.

Pela participação em “festinhas” e “associações”, os **nisei** têm oportunidade de se encontrar e de desenvolver namôro nos moldes ocidentais: podem sair juntos, ir ao cinema, fazer piqueniques, etc. Algumas vezes, fazem-no às escondidas dos pais; outras, os pais tomam conhecimento da “iniciativa” e a aceitam, tomando, porém, o necessário cuidado de, no caso de terminar em casamento, proceder, aqui ou no Japão, ao inquérito a respeito dos antepassados do pretendente, a que antes aludimos; finalmente, há casos em que os pais se conformam com tôdas as práticas que normalmente antecedem o casamento nas sociedades ocidentais, mas, na hora dêste, reservam-se o direito de serem os árbitros absolutos (“Meu filho pode namorar a quem quiser; mas na hora de casar, eu escolho a noiva”), preferindo, é claro, e mesmo impondo noiva de sua própria etnia¹⁰.

Parece que se observa ainda, entre os descendentes de japoneses, uma oscilação entre as duas práticas: a do **san-san ku do**, que se registra no

consulado, e a do casamento civil, acompanhado da cerimônia na igreja católica. Pode ser que um casamento não dê certo e que, mesmo realizado no civil, seja desfeito. Neste caso, dada a valorização, na cultura japonesa, do status de casado, pode-se realizar novo matrimônio pela cerimônia do **san-san ku do** e registrá-lo no consulado, uma forma de legitimar a nova união perante a comunidade.

No caso de se realizar a cerimônia japonesa tradicional apenas, sem registro civil, muitas vezes os parentes da mulher, instruídos por advogados, interferem, pressionando no sentido da legitimação da união no cartório civil, como forma de fazer o marido enfrentar as responsabilidades impostas pela legislação brasileira, não “devolvendo a espôsa” se o matrimônio fracassar.

Finalizando, cumpre observar que os mores japoneses relativos ao casamento têm revelado bastante persistência no Brasil e que é principalmente nas populações agrícolas que o apêgo às expectativas dos **issei** é mais pronunciado. Na acomodação à nova situação nota-se que, muitas vezes, a observância da lei brasileira se prende à conveniência que a família da espôsa vê em defender-se contra a possível devolução desta no caso de um matrimônio sem êxito. Mas há também uma pequena parcela da população japonesa que exhibe atitude ambivalente, realizando o casamento segundo o código civil brasileiro e registrando-o ao mesmo tempo no consulado de seu país.

NOTAS

1) Na coleta dos dados aqui reunidos contei com a cooperação do Prof. J. Santana do Carmo, filho de japoneses e professor de japonês. Serviu-me de intérprete em entrevistas com imigrantes que não falavam o português. Graças aos seus profundos conhecimentos da cultura nipônica, pude compreender melhor certos problemas da aculturação dos japoneses.

2) O motivo que me levou a interessar-me pelo assunto aqui abordado foi justamente o fato de ter observado, convivendo com jovens japoneses, que ao atingirem a idade de 25 ou 26 anos, seus pais e os membros mais velhos de sua comunidade começavam a preocupar-se com seu estado civil de solteiros, acabando, com sua insistência, por induzi-los ao matrimônio. Esta pressão, que observei ser forte, fez-me pensar na persistência de um padrão nipônico mesmo entre descendentes de japoneses que pareciam mais libertos e aparentemente, pelo menos, em franco caminho de aculturação.

3) A respeito dos “nakodo” ou “nakaudo” diz Douglas G. Haring (“Japan and the Japanese”, in Ralph Linton (ed.) **Most of the World**, N. York, 1950): “Os casamentos tradicionalmente são arranjados pelo conselho familiar, do qual os futuros noivos não participam. Uma pessoa casada, talvez um parente do mesmo sexo que o candidato, é escolhida como intermediária. Auxiliados pelos mexericos, os intermediários que represen-

tam diferentes famílias, se encontram e discutem os possíveis casamentos. Os intermediários investigam a família de cada pretendente, indagam de seu status social e econômico, educação, gostos pessoais e hábitos, saúde e provável compatibilidade de cada candidato, e finalmente averiguam os antecedentes da família com relação à lepra, sífilis, tuberculose e crime. Os intermediários... são sempre, permanentemente, responsáveis pelo novo lar. Fracasse o casamento em virtude de circunstâncias que não foram devidamente consideradas por um intermediário relapso e o negociador faltoso sofrerá rigoroso ostracismo social" (págs. 484-49). Mais adiante diz o mesmo autor: "O intermediário é indispensável em tôdas as negociações que envolvem relações com pessoas que não pertençam à família" (pág. 851).

4) Para uma descrição bastante detalhada do casamento no Japão, cf. Edward Norbeck, **Takashima. A Japanese Fishing Community**, Salt Lake City, 1954, págs. 174-185, se bem que, evidentemente, possa haver diferenças de detalhes quanto às práticas na zona rural e urbana, bem como nas diversas regiões do Japão. Quanto ao aspecto de que ora tratamos, diz este Autor que "em alguns casos, ambas as casas implicadas (do rapaz e da moça) contratam intermediários, de sorte que as negociações são feitas entre dois pares de **baishakunin** (ou **nakodo**)" (pág. 175).

5) Os "eta" constituem um minoria altamente desprestigiada no Japão, um verdadeiro grupo pária. Antes de sua liberação, em 1871, eram obrigados a viver em quarteirões determinados e a observar regulamentos especiais quanto ao vestuário e ao comportamento. Depois disso, embora legalmente "emancipados", permaneceram uma minoria socialmente subordinada e desprezada, tida como inerentemente estranha e inferior. São abertamente discriminados nas escolas, ocupações e casamento. Vivem numa comunidade socialmente segregada e isolada. Não caberia aqui tratar da origem deste grupo. Contudo, parece que se prende ao exercício de certas profissões (como, por exemplo, a de magarefe) que, quando se deu a difusão do Budismo no Japão, foram condenadas.

6) Segundo Douglas G. Haring (**op. cit.**), alguns casamentos modernos, à imitação do costume cristão, são realizados num altar shintoísta ou num templo budista, mas de preferência no primeiro, em virtude de sua associação com a fertilidade e a vida (enquanto os templos budistas são associados à morte e aos funerais). Também este autor dá uma versão um pouco diferente da cerimônia matrimonial: "Para legalizar um casamento, o pai da noiva obtém seu registro de nascimento na delegacia de polícia e o entrega ao pai do noivo, que o deposita em seu próprio **koseki** (registro de família) na delegacia de polícia apropriada. Desde então a noiva é um membro legal da família do noivo, sujeita ao contróle do chefe da casa. Seus parentes afins podem divorciá-la, mesmo contra a vontade do marido, caso ela lhes desagrade" (pág. 849). Prosseguindo, relata este autor que por isso são comuns os casamentos experimentais, nos quais a cerimônia que acima relatamos é realizada: o casal passa a viver junto, mas o pai do noivo adia a transferência do registro até que se tenha provado o êxito do casamento. Na classe pobre, muitas vezes se dispensa a cerimônia, e, segundo Douglas G. Haring, "na zona rural, numerosos estudos revelam coincidência quase universal entre a data do registro do casamento e a do nascimento do primeiro filho" (pág. 849).

7) Edward Norbeck refere-se à existência de intermediários profissionais, que, entretanto, não eram apreciados em Takashima, preferindo-se o emprêgo de "amadores". Diz ainda que nessa comunidade se conside-

rava quase como dever humanitário atuar, pelo menos uma vez na vida, como **nakodo**, havendo mesmo pessoas que se destacavam neste papel, tornando-se conhecidas pela sua habilidade, interesse etc. Aliás, refere-se à importante contribuição feminina neste sentido e informa que, mesmo no caso de se encarregar um homem de servir de intermediário, a esposa sempre o ajudava, muito embora ele recebesse maior honra que ela por ocasião da festa do casamento. (**Op. cit.**, pág. 175).

8) Edward Norbeck (**op. cit.**) se refere ao **yuino**, ou dote de noivado em dinheiro, apresentado pela família do noivo à da noiva. Cabe ao **nakodo**, depois do **miai**, caso o futuro casamento interesse ainda a ambas as famílias depois deste encontro, estabelecer em quanto montará o dote. O **yuino** é entregue à família da noiva de maneira formal, altamente ritualizada, riquíssima em detalhes simbólicos, em três somas de dinheiro, cada qual embrulhada em separado. Uma delas se destina, tradicionalmente, às vestes de casamento, da noiva; outra é para o **sake**, e a terceira para o peixe, estes últimos a serem servidos na festa realizada no dia em que a noiva deixa sua casa. (Para uma visão mais completa de todo este ritual, v. págs. 177-8). Parece, portanto, que, mesmo diferindo as duas práticas, existe já no Japão um precedente, pelo menos formal, de se “pagar” um preço pela noiva, preço este negociado pelo **nakodo**.

9) Seiichi Izumi (“Aspectos da vida dos japoneses no Brasil”, **Memórias do I Painel Nipo-Brasileiro**, Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 1956, Tomo II, págs. 40-41) diz o seguinte: “. . . não sabemos com exatidão a ocorrência de intercassamentos entre os elementos da etnia japonesa e os de outras etnias; todavia, nos últimos dois ou três anos, a incidência parece ser intensa. . . Em termos gerais, o status da mulher brasileira que desposa marido japonês é ‘igual’ ou ‘superior’ ao do marido. Na zona rural, o status do marido brasileiro que desposa mulher japonesa é muitas vezes, bem ‘inferior’ ao da mulher. Há indícios de que quanto mais alto o nível de instrução escolar, maior é o índice de intercassamento. Por exemplo, entre os filhos de japoneses que se formaram nas faculdades de medicina, cerca da metade casou-se com elementos de outras etnias”.

10) Hiroshi Saito (“O suicídio entre imigrantes japoneses e seus descendentes no Estado de São Paulo”, **Sociologia**, vol. XV, n.º 2, 1953, págs. 109-130), cita, entre 74 suicídios e 4 tentativas, 7 casos em que o motivo apontado foi “amor com brasileiros”. Trata-se de 5 rapazes e 2 moças, com idades variando entre 16 e 22 anos. Embora, nestes casos, a oposição dos pais pareça ter-se prendido ao nível social dos brasileiros em aprêço (no caso dos rapazes, duas das pretendentes eram prostitutas, duas eram empregadas domésticas da própria casa e uma, professora primária) diz Saito: “O namôro de nipo-brasileiros com os ‘brasileiros’ é, muitas vezes, alvo de censura por parte dos pais que vêem no casamento misto um acontecimento imprevisto nos seus padrões de comportamento, e assim, ante a barreira de oposição dos pais, os jovens nipo-brasileiros são forçados a fazer a escolha: ou fugir com a pessoa amada ou suicidar-se” (pág. 119).

PEQUENAS COMUNICAÇÕES

AFROCOLOMBIANISMO: ESTADO ACTUAL, MÉTODOS Y NECESIDADES

Carlos Escalante Angulo

Director del Depto. de Investigaciones Sociales de la Sociedad
Linneana de Sincelejo, Colombia.

Uno de los rasgos sobresalientes de la cultura contemporánea de Colombia que le es dable observar al historiador del pensamiento social nuestro, es una resuelta y ordenada preocupación por la índole de nuestro pueblo, su diversidad étnica, el complejo problema de sus contactos culturales (transculturación) y biológicos (mestizaje) desde la lejana época de la prehistoria, y la resultante definitiva — siempre en proceso — de este gigantesco drama sociológico.

Nuestras comunidades indígenas fueron las primeras en atraer la simple curiosidad o la intencional mirada inquisidora de los cronistas, viajeros y científicos naturalistas y sociales; y, aunque todavía no se posee un cuadro suficientemente completo de sus culturas y sociedades sí se puede afirmar que son las mejor o más averiguadas. La arqueología ha contribuido, además, a revelar muchas intimidades precolombinas de la vida de estas comunidades, cuya historia conocida ha podido prolongarse de ese modo algunos cientos de años más allá del siglo XVI. No ha sido esta la suerte de nuestro elemento negro. El deja su pasado en África para venir involuntariamente, por la fuerza de la ignominiosa esclavitud, a vivir una historia nueva y distinta, la más triste de cuantas quepa relatar a pueblo alguno. Nunca fué estudiado, como no fuera para estimar su precio como pieza comercial. Después de obtener la libertad siguió viviendo casi al margen de la vida nacional. Así llegamos hasta mediados del siglo XX en nuestro país.

Una de las primeras personas en llamar directamente la atención sobre el interés de los estudios afro-colombianos ha sido James F. King, quien se ocupó en 1939 en una disertación en Berkeley de la esclavitud del negro en el Virreinato de la Nueva Granada. Más tarde, en 1950, el sacerdote jesuita Rafael Arboleda presentó a la universidad de Northwestern, para recibirse en Antropología, una tesis titulada "The Ethnohistory of the Colombian Negroes", en donde recoge y sistematiza investigaciones personales relativas a la cultura, procedencia y distribución de los negros colombianos, trabajo de archivo éste que ha sido continuado después con

investigaciones de campo en Palenque (departamento de Bolívar). Este mismo autor da a conocer en 1952 su trabajo "Nuevas Investigaciones Afro-Colombianas", en el que sienta las bases metodológicas que deben seguir estas investigaciones, sus fines, y apunta algunas de sus necesidades. En él sostiene la primacía del criterio cultural en el enfoque y tratamiento de esos estudios, y recomienda amplias y detalladas descripciones culturales del negro colombiano después de haber señalado su distribución geográfica con la ayuda de la historia de nuestros archivos. Recomienda asimismo más investigaciones en Angola y el Congo, a fin de facilitar las comparaciones que puedan poner en relieve los orígenes culturales. Y sienta los supuestos teóricos que deben orientar las investigaciones así: "La hipótesis — dice — que sirve de base a los estudios afro-colombianos es la de que la cultura, la civilización, es un producto del aprendizaje de generación en generación. No es algo instintivo o innato. De aquí se desprende que las culturas se relacionan por el aprendizaje y se prestan elementos mutuamente". De este préstamo mútuo surgen nuevas configuraciones de cultura a las cuales, dice el Padre Arboleda, es posible y necesario aplicar las leyes del cambio cultural que son (1) ley de la retención, que se manifiesta en el sincretismo y la reintrepretación; (2) ley de la aceptación de elementos nuevos y (3) ley del foco cultural. Consecuente con estas premisas recomienda lo que él considera que sería un principio fecundo aplicado a la sociología colombiana, consistente en el "conocimiento descriptivo de las dos culturas en contacto, en nuestro caso el negro y el español, pero en su ambiente propio, en África y más específicamente en África Oeste, de donde vinieron casi todos los negros en tiempos de la esclavitud; y en España, con una variante, el criollo español, o nacido y formado en América, pues con él entró en contacto el negro, no tanto con el peninsular".

El más reciente investigador y el que tal vez ha dedicado más tiempo al estudio de campo del negro colombiano ha sido Thomas J. Price, quien ha trabajado bajo los auspicios de la Grace and Henry Doherty Foundation y el Instituto Colombiano de Antropología en las siguientes regiones: Manzanillo y La Boquilla cerca de Cartagena; la zona triangular Barbacoas-Tumaco-Buenaventura; parte del Chocó; vecindad de Puerto Tejada; Uré y algunas comunidades entre Plato y Magangué en el río Magdalena; San Andrés y Providencia.

Este investigador ha observado entre nuestros grupos negros un marcado proceso aculturativo que se evidencia en un nivel de retenciones africanas inferior al que se ha encontrado en las Antillas o en el Brasil y el cual se pone singularmente de manifiesto en la ausencia total de cultos africanos o de la posesión por divinidades africanas. Por ello él cree que "el negro colombiano es un fenómeno que desaparece lentamente en algunas áreas". Price ha puesto también de relieve la importancia de Colombia para la investigación científica, pues "la gran variación de las pau-

tas culturales del negro en Colombia, observadas a través de las grandes diferencias en costumbres y creencias de la Costa Atlántica y la Costa Pacífica, ofrece una excelente oportunidad para establecer controles y analizar los desarrollos de los principios que rigen los cambios culturales". Resultado inmediato de todo su trabajo de campo, no publicado todavía en su totalidad, ha sido el establecimiento de Áreas Culturales del negro, de las cuales parece haber fijado o delimitado tres con seguridad y sospechado la existencia de otras dos más. Estas áreas son: (1) Palenque, (2) area de Arroyo Piedra—Punta Canoa—Manzanilo—La Boquilla; (3) triángulo Barbacoa—Buenaventura—Tumaco; (4) Chocó (probable); (5) Cali—Popayán (probable). Además, ha señalado los elementos culturales negros comunes a todo el país, así: el modo de pararse las mujeres y el contraste enfatizado entre los colores del pelo y los del cuero cabelludo; el indicar un objeto con los labios más bien que con los dedos; los movimientos del cuerpo al cantar que da la impresión de bailar una canción; el método de pilar arroz alternativa y rítmicamente dos o tres mujeres, y el tipo de pilón usado; el modo de emplear el brazo para sostener a un niño a horcajadas en la cadera; el modo de cargar en la cabeza; las prácticas poligínicas; el mirar para otro lado cuando se habla con persona de mayor edad; el voltear la cara de lado para no reír en la cara de otra persona.

Necesidades Actuales

Las necesidades actuales en el campo de la investigación afro-colombiana han sido señaladas por Price con algún detalle y conviene recordarlas para terminar estos ligeros apuntes. (a) Es urgente fomentar las investigaciones de terreno en una escala mucho más amplia, y de orientarla con referencia a las áreas en las cuales esta labor investigativa puede lograr los mejores resultados; (b) necesidad de preparar estudiantes colombianos que puedan continuar esta labor en grande, y que sean entrenados no solamente en las técnicas y teorías antropológicas sino también en los fundamentos de la cultura de Africa y del Negro en el Nuevo Mundo; (c) necesidad de una colaboración más estrecha entre especialistas dedicados a la cultura española, la africana y la indígena, teniendo en cuenta la complejidad de la difusión y el préstamo entre esas tres culturas. Esta necesidad es más evidente en el estudio de la reinterpretación y el sincretismo culturales, en los cuales el investigador no puede indicar el origen de un elemento basado simplemente en el conocimiento de una sola tradición cultural.

BIBLIOGRAFIA

- Arboleda, José R., *Nuevas Investigaciones Afro-Colombianas*, Bogotá, 1952.
Price, Thomas J., *Estado y Necesidades Actuales de las Investigaciones Afro-Colombianas*, en *Revista Colombiana de Antropología*, Vol. 2, N.º 2, Bogotá, 1954.

NOTÍCIA DOS TRABALHOS LINGÜÍSTICOS INÉDITOS DE CURT NIMUENDAJU

Yonne Leite

(Museu Nacional, Rio de Janeiro)

Nos arquivos do Setor Lingüístico da Divisão de Antropologia do Museu Nacional encontra-se uma série de trabalhos lingüísticos inéditos de Curt Nimuendaju, correspondente à parte especificamente lingüística do acervo adquirido pelo Museu Nacional à família do saudoso etnólogo. Esses trabalhos serão incluídos na publicação das obras completas de Nimuendaju, que pretende o Museu Nacional encetar em associação com o Conselho Nacional de Proteção aos Índios, e a presente Notícia¹ é uma preliminar de tal publicação, organizada no Setor de Lingüística, de acôrdo com as instruções do Professor J. Mattoso Camara Jr.

1. Material Lingüístico Inédito

Volume I. Vocabulários de: Apinayé, 1928-1937; Pukóbüe (Gaviões do Campo), 1929; Kre/punkatéye (Timbira do rio Grajaú), 1929; Apányekra (Canelas Ocidentais), 1929; Rankókamekra, 1929-1936; Akuên-Xerênte, 1930-1937; Tanetehára (Guajajara), 1929; Karayá, 1929; Xukurú, 1934; Urupá, 1927; Xiriâna do rio Denemi, 1927; Dyurémawa (Kobéwa, Yibóya-Tapúya), 1927; Bahúkiwa (Kobéwa, Bahúna), 1927; Txirângo (Siriâna), 1927; Kotédya (Wanâna), 1927; Waikino (Pirá-Tapúya), 1927; Daxséa (Tucano-Tapúya), 1927; Winá (Desâna), 1927; Epin-od (Puináve), 1927; Húbde (Makú de Yawareté), 1927; Yehúbde (Makú de Tiquié), 1927; Dóu (Makú de São Gabriel), 1927; Djewkuâna (Makiritáre), 1927; Wiraféra (Tupí do rio Machado), 1927; Itogapíd, 1927; Makují, 1921; Tembé (com material para uma gramática), 1915-1916; Aparáí, 1915.

Volume II. Vocabulários de: Fulnió, 1934; Kokáma (com gramática), 1914; Wapitxâna, 1921; Ipurinân, 1922; Kapixanân, 1928; Turiwára, 1914; Parakanân (com dúvida), 1922; Kaingáng-Yakvan-Daktéye, 1909; Kaingáng (apontamentos para uma gramática), 1911; Kamakân, 1938; Pataxó, 1938; Maxakari, 1939; Maknyanúk-Potén (Botocudo); Nakrehé (Botocudo), 1939; Aranân (Botocudo), 1939; Nakpíe (Botocudo), 1939; Minyân-yirún (Botocudo), 1939; Górotire, 1940; Grupo Lingüístico Yurúna, 1920; Ofayé-Xavânte (elementos gramaticais), s. d.; Extratos de Listas Vocabulares Perdidas: Terêna e Ivaparé (Botocudo), 1909-1912; Kayapó do Norte (Horda, Irân-Anraire), 1940; Apapokúva-Guaraní, 1906.

N. B. — Esse material consta de dois volumes cartonados, datilografados e escritos somente no anverso. Os vocabulários são de tamanhos muito variáveis, organizados com a técnica habitual do Autor, em regra com o termo tradutor alemão e sempre com o termo indígena em transcrição fonéti-

ca. Algumas listas são cópias em carbono, aparentemente retiradas de coletâneas anteriores. O trabalho sobre o parentesco do grupo lingüístico Yurúna é um minucioso estudo, de vinte e três páginas, com um quadro estatístico de coincidências com a Língua Geral, outras línguas Tupí, Aruák, Karibe, Jê, Kirirí, Pano, Witóto e uma bibliografia.

2. Trabalhos de 1938-1939

Pataxó (lista vocabular), 1938; Kamakân (lista vocabular), 1938; Kamakân (Designações de parentesco do), 1938; Kamakân (Lendas e Narrativas), 1938; Lendas e Narrativas dos Índios da antiga aldeia Santa Rosa, 1938; Os Maxakarí (notícia etnológica), 1939; Os índios Maxakarí: relatório (com fotografias), 1939; Designações de parentesco do Maxakarí, 1939; Maxakarí (lista vocabular), 1939; Índios da Bahia: fotografias, s. d.; Sobre os Botocudos (notícia etnológica e fotografia), 1939; Aranân (Botocudo) (lista vocabular), 1939; Potên-Naknyanúk (Botocudo) (lista vocabular), 1939; Nakrehé (Botocudo) (lista vocabular), 1939; Quadros vocabulares comparativos (Botocudos), s. d.; Designações de parentesco do Potên (Botocudo), 1939.

N. B. — É um volume cartonado, sem título, datilografado e escrito somente no anverso. Todos os trabalhos estão redigidos em alemão, com exceção do relatório sobre os índios Maxakarí, que está em português; alguns são cópias a carbono, aparentemente retiradas de coletâneas anteriores. As lendas e narrativas não trazem o texto original indígena e estão redigidas em alemão.

3. (Volume de Trabalhos, abrangendo):

I. Material lingüístico Xipáya. II. Lista vocabular do Yurúna. III. As relações do grupo Yurúna com o Tupí e outras línguas.

N. B. — É um volume cartonado, de folhas de papel almaço, escritas à tinta no anverso e reverso. Os trabalhos não estão datados. O termo tradutor e o texto são alemães.

4. (Volume de Trabalhos, abrangendo):

I. Quadro comparativo: Apinayé, Pukóbüe, Kreapínkatéye, Rankókamekra, Guajajára e Xerênte, s. d. II. Tukúna (lista vocabular), 1929. III. Rankókamekra, 1933.

N. B. — É um volume cartonado, de folhas de papel almaço, à tinta ou a lápis, com o termo tradutor alemão. As partes a lápis são, aparentemente, acrescentos posteriores.

5. Kamakân, 1938

N. B. — São dois cadernos de papel almaço **in quarto**, a lápis, com várias páginas riscadas. Reune coletas vocabulares, observações lingüísticas e etnológicas, lendas e narrativas. Texto alemão.

6. Quadros Lingüísticos

N. B. — São cadernos de papel almaço, a lápis, à tinta ou datilografados, sem numeração e sem data, de material variadíssimo, constando quase todo de rascunhos, às vêzes confusos ou fragmentários. Texto alemão.

7. (Vocabulários não-identificados)

N. B. — Uma pasta de folhas soltas, a lápis, à tinta ou datilografadas, contendo rascunhos fragmentários, sem identificação suficiente. Não há datas e o termo tradutor é ora alemão, ora português.

8. (Vários)

N. B. — Um caderno de papel almaço **in quarto**, a lápis, com o termo tradutor e o texto ora em alemão, ora em português. Contém rascunhos variados: vocabulários, cartas, anotações sôbre uma viagem ao Purus, etc.

9. (Vocabulário não-identificado)

N. B. — É um caderno de folhas de papel almaço **in octavo**, à tinta, com o termo tradutor alemão ou português.

10. (Pasta de Trabalhos, abrangendo):

I. Chaves de transcrição fonética, 1938. II. Mapa de localização de índios na zona do Xingu, Araguaia, Tocantins e São Francisco, s. d. III. Lista bibliográfica do Autor, com 53 itens e, às vêzes, a apreciação sua do trabalho como “deficiente”, 1943. IV. Árvore lingüística, reunindo Nanbikuára, Otukí, Borôro, Ofayé, Coroado, Maxakalí, Kamakân, Fulnió, Kaingáng, Jeikó, Jê, s. d.

N. B. — São folhas de papel almaço, datilografadas e a lápis, em alemão e em português.

11. **Tabelle zur Aufnahme südamerikanischer Sprachen** do Königl. Museum für Völkerkunde zu Berlin

N. B. — São anotações, a lápis, apostas à margem de muitas das páginas.

12. (Vocabulários e Notas Lingüísticas das seguintes línguas):

Kamakân, s. d.; Apinayé, s. d.; Kre/punkatéye, s. d.; Apányekra, s. d.; Akuên-Xavânte, 1930; Karayá do rio Araguaia (2 cópias), 1920; Karayá do rio Iriri e Xingu, 1917; Urupá, 1927; Gorotirí, s. d.; Kókama, 1914; Yurúna, 1920; Kirirí, s. d.; Fulnió, 1934; Pukóbüe (2 cópias), s. d.; Maxakarí, s. d.; Xukurú (2 cópias), 1934; Rankókamekra, 1929-1931, 1933 (2 cópias), 1936; Listas vocabulares da Amazônia, 1936; Línguas Yurúna-Xipáya, Kuruáya-Mundurukú, Arikên, Mawé, s. d.; Tembê (com material para uma gramática), 1916; Línguas do médio Xingu, 1920, Urupá, 1927; Turiwára, 1914; Tukúna, 1929; Baniwa e outras línguas do rio Içana, 1927; Kuruáya, s. d.;

Ofayé-Xavânte, 1931; Xavânte, 1913; Mawé, 1928; Xerênte, s. d.; Vocabulários (comparados de) Makuxí, Wapitxâna, Ipurinân, Kapixanân (2 cópias), 1928; Itogapíd, 1927; Kaingáng 1944; Kaiwiâna, 1951; Parintintín, s. d.; Pataxó, s. d.; (Vocabulário não-identificado, com a nota "não é Yurúna", s. d.).

N. B. — Material muito variado, ora em forma de rascunho, ora com a aparência de trabalho definitivo, a lápis, à tinta ou datilografado; vários correspondem a trabalhos já arrolados, como por exemplo em 1. Alguns vocabulários apresentam, por vêzes, cópias, tendo umas o termo tradutor alemão, outras, português. As datas aqui apresentadas correspondem à elaboração final do trabalho, e não à época de coleta de material, que é indicada no começo de alguns dos vocabulários. Digno de menção é um caderno de papel almaço **in octavo**, à tinta, texto alemão, de **Contribuições para o conhecimento da língua Tembé** (1916), e um caderno de papel almaço **in quarto**, texto português, de **Material para uma gramática da língua Tembé comparada com a Guaraní do Padre Montoya** (1915-1916).

13. (Caderno de Trabalhos, abrangendo):

Localização primitiva dos Tupí; (Vocabulário comparado do) Bakairí, Nahukuá, Arára, Parirí, Apiaká, Palmela, Pimenteira, Arakayú, Aparai; (Um vocabulário não-identificado e com quase todos os itens cancelados); (Um esboço de classificação de línguas indígenas); (Quadros da distribuição de nomes de vegetais, como: mandioca, milho, tabaco); (Árvore genealógica de línguas indígenas, partindo do Makanatsí como língua-mater); (Vocabulário xirianho, de acôrdo com Nordenskiöld); (Vocabulário comparado de línguas Jê); (Mapa lingüístico do Brasil, com a distribuição das famílias em lápis colorido); (Vocabulário comparado das línguas Jê, com bibliografia para cada língua); (Vocabulário comparativo de) Botocudo, Nakanúk, Yuporók, Coroado, Purí, Koropó; (Estudo comparativo) Para a afinidade do Kaingáng; (Vocabulário comparado, aparentemente destinado a mostrar a ligação do Kuruáya com outras línguas Tupí); O parentesco Tupí do Múra; (Vocabulário comparado de línguas Tupí); Para o parentesco Tapúya-Karayá (jogando com várias línguas Jê); (Notas sôbre Turúna e Xipáya, jogando com várias línguas Tupí); Notícias sôbre o bloco do Madeira; (Notas sôbre partículas e verbos e seus empregos, de língua não-identificada (Xipáya?)); (Mapa das tribos do rio Doce); (Notas sôbre o) Parintintin; (Vocabulário) Jurúna; (Mapa da distribuição das línguas Tupí, colorido a lápis amarelo); Os Ubirajára (Notas); A posição lingüística do Mawé (com mapa); os Manayé (estudo etnográfico); Os Kayapó do Sul (estudo etnográfico); (Vocabulário) Kuruáya; Nanbikuára (estudo comparativo); (Vocabulário não-identificado, evidentemente Jê); (Vocabulário não-identificado); (Estudos etnográficos sôbre) Os Kradahó, Gorotirí, Koroá, Megbenokré, Gegé e Akroá.

N. B. — E' um caderno de papel almaço, com variados e confusos rascunhos, a lápis e raramente à tinta, em texto alemão, sendo que os trabalhos se apresentam muitas vèzes salteados e interrompidos por outros. Muitos são, aparentemente, rascunhos de trabalhos publicados do Autor, como os que se referem ao Xipáya, a línguas Jê e ao Kuruáya, arrolados em **A Obra Lingüística de Curt Nimuendaju** do professor J. Mattoso Camara Jr. em publicação avulsa do Museu Nacional (1959).

14. **(Uma série de vocabulários comparados)**

N. B. — Trabalhos variados e soltos, alguns datilografados, apresentando um aspecto mais ou menos definitivo, outros, rascunhos à tinta ou a lápis. Nem sempre são coletas do Autor, havendo muitos de pesquisa secundária. Não há datas.

15. **Dicionário Guaraní**

N. B. — E' um caderno **in quarto**, constando de rascunhos a lápis, com o número VIII, na capa. No final há uma carta em alemão a Georg Friederici, comentando um trabalho dêste Autor, no volume XXXIX do **Globus**. Termo tradutor alemão e sem data.

16. **Aldeia dos Guaraní**

N. B. — Um caderno **in quarto**, à tinta, com notas gramaticais e vocabulário. Não há data. Termo tradutor alemão.

17. **Naknyanúk, 1939**

N. B. — Uma página datilografada, com acrescentos a lápis, com alguns vocábulos do Potén. Termo tradutor alemão.

18. **Pesquisa para uma divisão da língua Tupí**

N. B. — Página datilografada, texto alemão, em que o Autor utiliza o pronome da primeira pessoa do singular, com critério para a designação de cada grupo. Não há data.

19. **Contribuição para uma gramática da língua dos Índios Coroados (Tibagi, Paraná), por Alfredo Vegmon e Curt Nimuendaju Unckel, 1914**

N. B. — São fôlhas de papel almaço, datilografadas, texto português, contendo notas gramaticais e vocabulários. Num anexo, encontra-se uma estatística anual das "Mortes causadas pelos índios Coroados no sertão do Estado de São Paulo".

20. **Arvân, 1945**

N. B. — Meia página datilografada, texto português, dando uma rápida notícia dessa língua.

NOTA

1) Os nomes indígenas estão grafados de acôrdo com as convenções publicadas em **Revista de Antropologia**, volume III, n.º 2, 1955.

BIBLIOGRAFIA

NEWTON FREIRE-MAIA: **Inbreeding in Brazil**. American Journal of Human Genetics, vol. 9, n.º 4, págs. 284-298; dezembro de 1957.

A apreciação verdadeiramente científica da conseqüência genética da consangüinidade foi iniciada por Bemiss no começo da segunda metade do século passado. Entretanto, a avaliação sistemática dos efeitos genéticos, dêste fenômeno tem sido realizada há relativamente pouco tempo. De fato, é nos últimos dez anos que os diferentes centros de genética humana vêm dando ênfase à coleta de dados sôbre a freqüência de casamentos consangüíneos em várias partes do mundo.

Com o desenvolvimento da teoria da genética de populações, o conhecimento das taxas de consangüinidade se tornou de grande valor na aplicação dos modelos genético-estatísticos às populações humanas. Na literatura da genética médica é amplamente reconhecido que a percentagem de homozigotos para gens recessivos raros, como, por exemplo, o albinismo, a fenilcetonúria, a idiotia amaurótica, etc., entre filhos de casais consangüíneos é maior que entre filhos de pais não relacionados. Êste fenômeno tem sido confirmado pela verificação da taxa de consangüinidade entre pais de indivíduos com anomalias recessivas que, para as mais típicas (como aquelas acima referidas), varia entre 10 e 80%.

Admitindo-se que a escolha do cônjuge é um fenômeno "ao acaso" (panmixia), a freqüência de casamentos consangüíneos reflete a relação entre o número potencial de indivíduos não relacionados e o número potencial de parentes que um indivíduo qualquer da população tem para casar. Esta relação que mede o isolamento médio dos indivíduos de uma população, representa o tamanho médio do isolado, conceito muito importante introduzido por Wahlund e Dahlberg. Conseqüentemente, uma comunidade endogâmica seria aquela que, por estar dividida em sub-populações, apresentasse, no conjunto, uma freqüência alta de casamentos consangüíneos. Contudo, o aumento relativo da freqüência de anomalias recessivas causado pelo "inbreeding", em panmixia, é desprezível, porque essa freqüência também varia inversamente com a freqüência gênica. Em populações de tamanho muito reduzido, por conseguinte onde a taxa de consangüinidade é muito alta, evidentemente a freqüência gênica não pode atingir valores muito baixos.

A determinação das taxas de casamentos consangüíneos é de grande importância para a avaliação dos seguintes parâmetros: tamanho dos isolados, freqüência de gens recessivos raros, taxas de mutação e efeito da irradiação sôbre a freqüência de gens recessivos deletérios. A verificação de registros paroquiais de casamentos constitui um dos métodos mais amplamente utilizados na determinação da freqüência de consangüinidade das populações. O registro da dispensa bispal, que é solicitada para a realização de casamentos entre parentes até 3.º grau (anteriormente esta dispensa era necessária também para primos em 4.º e 5.º graus), permite reconhecer facilmente os casamentos consangüíneos. No Brasil, onde cerca de 95% da população são católicos, êsses dados representam bem a situação geral.

Utilizando esse método, há cerca de 7 anos o Prof. Newton Freire-Maia iniciou uma ampla investigação sobre as taxas de casamentos consanguíneos em diferentes regiões do Brasil e de alguns outros países da América Latina. O trabalho em revista trata especificamente da apreciação dos diferentes valores observados em todo o território brasileiro. Deve ser mencionado que o efeito genético da consanguinidade é diretamente proporcional à distância dos cônjuges aos ancestrais comuns, de modo que os casamentos entre primos a partir de 2.^o grau são de pouca importância genética. Como os casamentos entre tios e sobrinhos são extremamente raros na população (provavelmente porque sejam deliberadamente evitados), o tipo de consanguinidade que concorre com a maior parcela de homozigidade é aquele entre primos em 1.^o grau. É possível, porém, utilizar a informação fornecida por todos os tipos de casamentos consanguíneos que ocorrem na população, através do cálculo do coeficiente médio de consanguinidade ("inbreeding"). Este coeficiente (a) corresponde à relação entre a média ponderada de todos os casamentos consanguíneos, de acordo com o seu particular coeficiente de "inbreeding", e o número total de casamentos verificados na população. Em "Inbreeding in Brazil" os coeficientes médios de "inbreeding" foram estimados para diferentes dioceses, para os Estados e para o conjunto do Brasil. Os valores de a variam amplamente em diferentes populações, refletindo a existência de isolados de diversos tamanhos. O Prof. Freire-Maia mostrou que esta variação geográfica pode ser observada tanto no nível inter-estadual, como entre dioceses. Foi possível verificar, ainda, uma associação entre coeficiente médio de "inbreeding" e fatores demográficos, tais como: densidade demográfica e população urbana relativa, da região investigada. Após a publicação de "Inbreeding in Brazil", o autor desta resenha publicou dados baseados na investigação de cerca de 40 paróquias, cuja análise evidenciou a importância da imigração estrangeira sobre a estrutura genética das populações paulistas estudadas. Considerando em conjunto a variação geográfica da frequência de casamentos consanguíneos no Brasil, é possível perceber uma situação que deve refletir o impacto da imigração estrangeira nos últimos 100 anos.

O trabalho do Prof. Freire-Maia se baseia na verificação de amostras de registros de casamentos de 50 dioceses brasileiras. Os valores encontrados representam estimativas médias dos coeficientes de "inbreeding", uma vez que podem existir grandes diferenças entre as paróquias de uma mesma diocese, como foram por nós evidenciadas na investigação acima referida. Contudo, a investigação do Prof. Freire-Maia mostra, sem dúvida, uma grande heterogeneidade genética entre as populações brasileiras, que pode ser compreendida claramente em função da imigração estrangeira. As taxas de casamentos consanguíneos no sul do país (especialmente São Paulo e Paraná) são apreciavelmente baixas, refletindo a preferência dos imigrantes europeus por esta área do Brasil. No interior do país (Minas Gerais, Bahia e Goiás), a frequência de casamentos consanguíneos é sensivelmente mais alta, em perfeita conformidade com a ausência de um movimento migratório sistemático de estrangeiros para estas regiões que permanecem mais estabilizadas. No nordeste do país, os casamentos consanguíneos atingem frequências excepcionalmente elevadas, igualando-se mesmo às mais altas já observadas. Esta última situação é provavelmente consequência do grande isolamento das populações daquela região, cuja densidade demográfica permanece baixa como resultado do forte fluxo emigratório. O tamanho médio dos isolados dessas áreas foi estimado em cerca

de 400, o que difere acentuadamente do valor médio do conjunto das populações brasileiras, calculado em 1500.

A freqüência de casamentos consangüíneos no Brasil não varia só geograficamente. O Prof. Freire-Maia verificou também um declínio geral da taxa de consangüinidade através do tempo em várias dioceses. Na verdade, êsse fenômeno tem sido verificado, nas últimas gerações, em quase todos os países da Europa e da América, e reflete o aumento da mobilidade média dos indivíduos. Como esta é direta ou indiretamente determinada por fatores geográficos e sociais, o melhoramento das condições econômicas e sociais das comunidades deve estar promovendo uma democratização e maior disponibilidade dos diversos meios de comunicação. Conseqüentemente, as barreiras geográficas, inicialmente importantes, estão sendo substituídas por barreiras culturais que, por sua vez, se tornam gradativamente menos intensas. Entretanto, o processo não ocorre com a mesma intensidade em tôdas regiões do país, de modo que a diferença de fase entre as várias regiões aparece como uma heterogeneidade geográfica com a configuração observada nas populações brasileiras.

P. H. Saldanha

ANTHONY F. C. WALLACE (ed.): **Selected Papers of the Fifth International Congress of Anthropological and Ethnological Sciences (Philadelphia, September 1-9, 1956), Men and Cultures.** XXXI + 810 págs., com ilustrações. University of Pennsylvania Press, Filadélfia, 1960.

Êstes compactos e substanciosos anais dão uma boa imagem da Antropologia de nossos dias, com as suas preocupações teóricas e metodológicas, a escala de seus múltiplos problemas específicos, as linhas dominantes no esforço de integração dos resultados obtidos. Reproduzem-se aí nada menos de 121 das comunicações feitas no Congresso Internacional de Ciências Antropológicas e Etnológicas, reunido em Filadélfia, há quatro anos. Perto de duzentos trabalhos, muitos dêles de excelente qualidade, não puderam ser incluídos na coletânea, simplesmente por falta de espaço, ou seja, de recursos financeiros. Assim mesmo, a comissão de publicação, cujo encargo não deve ter sido fácil, conseguiu selecionar um conjunto que vale por um belo panorama, por uma viagem antropológica em redor da terra.

Tôda uma secção é reservada a relatórios sôbre o estado atual dos estudos antropológicos e etnológicos; abrangem ora um determinado país, ora alguma parte do mundo, e referem-se, cada um, a certo setor do desenvolvimento científico. Para nós têm especial interêsse as informações de G. F. Debetz sôbre o incremento da Antropologia Física na Rússia, que se vai orientando para objetivos de aplicação prática, e as do mesmo autor sôbre o trabalho dos paleoantropólogos soviéticos, em grande parte desconhecido aos especialistas ocidentais. Paralelamente, desenvolve-se na Rússia intensa atividade no campo da Etnografia, voltada para o conhecimento das transformações socialistas nas numerosas culturas regionais da União Soviética (J. J. Potekhin). Analisando as tendências atuais da Antropologia Social inglêsa, particularmente após a morte de Radcliffe-Brown, R. Firth acentua, entre outras coisas, um empenho maior na elaboração e no emprêgo de modelos de sistemas sociais, bem como na quantificação dos dados e no seu tratamento diacrônico. R. Heine-Geldern, que discute desenvolvimentos recentes da teoria etnológica na Europa, mormente nos países de língua alemã, considera morta a doutrina dos círculos culturais; in-

siste, porém, em que a grande maioria dos etnólogos europeus continua seguindo a orientação histórica, sem contudo rejeitar as vantagens que lhes possam advir de uma perspectiva sociológica, funcionalista, psicológica ou de outra natureza. Do conjunto dos relatórios, que não podemos aqui mencionar a todos, depreende-se que a Ciência do Homem, em vias de superar afinal a fase de oposição entre escolas, vai caminhando com firmeza para a tão necessária maturidade com a integração de elementos teóricos de várias procedências. Torna-se cada vez mais claro que as contradições, outrora tidas como irreduzíveis, decorrem em grande parte de diferenças de linguagem científica e de terminologia. Mesmo teorias aparentemente em conflito aparecem hoje congruentes do ponto de vista de suas hipóteses fundamentais. É este o tema de sugestiva comunicação de L. C. Freeman. É opinião implícita nos trabalhos de muitos autores representados no volume.

Aliás, as discussões travadas nos congressos internacionais ajudam bastante a eliminar os mal-entendidos. E não parecem procedentes os receios, manifestados por alguns, de que uma ciência antropológica assim “unificada” quanto ao método e à perspectiva teórica — e, na medida do possível, universal — se faria à custa de um certo dinamismo, por véses atribuído à oposição entre os pontos de vista adotados. Não cremos que haja tal perigo. Primeiro, porque o objeto das ciências humanas é por si só bastante complexo para sempre oferecer novos aspectos e problemas de pesquisa; em segundo lugar, por causa da necessidade, cada vez mais sentida, de nas disciplinas antropológicas se abordarem temas também investigados por ciências afins, embora sob perspectiva e com interesses fundamentais diferentes. Hajam vista o caráter interdisciplinar de numerosas contribuições ao presente volume e a discussão de questões inteiramente novas ao lado de “velhos temas” retomados à luz de novas concepções.

Desde sempre os antropólogos analisaram fatores de mudança cultural. Mas não é menos importante conhecer também as bases da estabilidade das culturas em suas relações com os processos de mudança. J. Haekel aborda o problema em termos gerais, S. Tax em conexão com a aculturação dos ameríndios, outros com referência a determinada tribo (E. C. Freeman, para os Seminoles da Flórida; D. Libby, para os Txuktxi da Sibéria) ou complexo cultural (J.-P. Leser, sobre o arado), outros, enfim, incidentalmente em estudos vários. Firma-se, já se vê, a convicção de que, para ser bem entendida, a mudança há de ser tratada como parte de um binômio.

Novos pontos de vista — ora mais, ora menos explícitos — encontramos em boa parte dos trabalhos de caráter etnográfico (R. L. Beals e J. A. Hester, p. ex., propõem nova tipologia ecológica dos índios da Califórnia), arqueológico (H. B. Nicholson, sobre o conceito “mixteca-pueblo” na Arqueologia meso-americana), paleoantropológico (F. Nemeskéri e G. Acsádi, sobre a paleodemografia como base da análise antropológica) e lingüístico (P. L. Garvin e M. Mathiot, sobre a urbanização da língua guaraní). São exemplos tomados mais ou menos a êsmo. — É pena que a publicação contenha somente três comunicações sobre Antropologia aplicada.

Volume heterogêneo, como não podia deixar de ser. A unidade inerente é o instantâneo de um momento histórico da Ciência do Homem, com as tendências que se vão firmando ou apenas esboçando e as questões específicas que hoje se impõem aos pesquisadores.

Egon Schaden

BERNARD J. SIEGEL (ed.): **Biennial Review of Anthropology 1959**. VI + 273 págs. Stanford University Press, Stanford, 1959. (Preço: US\$ 6.00).

Tal é hoje o incremento da Antropologia que já não é possível a ninguém manter-se ao par do progresso de cada uma das disciplinas que a constituem. A literatura de qualquer uma delas requer, por si só, toda a atenção do estudioso que a procura dominar. Não obstante, para revelarem o alcance que possam ter, os resultados particulares hão de ser sempre encarados em confronto com os das demais disciplinas antropológicas e com vistas à explicação científica da natureza humana em geral. Daí a utilidade das resenhas que proporcionem panoramas parciais, dêste ou daquele campo de pesquisa. Feitos com critério e publicados a intervalos mais ou menos regulares, oferecem, com a seqüência dos volumes, uma boa orientação aos que labutam em áreas vizinhas. Eis o objetivo da série ora iniciada por um grupo de antropólogos norte-americanos sob a direção de B. J. Siegel, da Universidade de Stanford. Sem sujeitar-se a esquema fixo, mas concebida de maneira a levar em conta as possíveis mudanças de perspectiva e de centros de interesse no estudo biológico e cultural do homem, a **Biennial Review of Anthropology** virá, por certo, constituir valioso instrumento de trabalho, também para os estudantes e para os especialistas em campos afins. E, a julgar pelo primeiro volume, não deixará de corresponder à expectativa.

Este, que, aliás, não abrange dois anos apenas, mas três ou mais, contém sete resenhas: Progressos recentes em Antropologia Física, (G. W. Lasker), Mudança Cultural (L. S. e G. D. Spindler), Estudos psicoculturais (J. J. Honigmann), Organização social (H. Basehart), Tendências recentes da antropologia soviética (L. Krader), Linguagem (F. Lounsbury) e Antropologia política (D. Easton). Cada autor organizou a seu modo o ensaio de que se incumbiu; mas todos êles, sem exceção, apresentam uma síntese bem feita do respectivo setor de pesquisa, com bibliografia cuidadosamente selecionada, é verdade que em essência restrita a autores de língua inglesa, salvo, já se vê, a que se refere à Antropologia soviética. Esperemos que no futuro se corrija o defeito, imprimindo ao todo um caráter mais universal.

O valor das resenhas não se reduz, é claro, à seleção crítica de livros e artigos, mas aumenta na medida em que tornam explícitos os temas preferenciais e as tendências hoje dominantes. Do ensaio de G. Lasker sobre Antropologia Física depreende-se, assim, um interesse cada vez mais vivo, da parte dos pesquisadores, em captarem o processo da evolução humana em pequenos grupos e em períodos de tempo limitados, determinando o papel das diferentes formas de seleção na mudança da freqüência relativa dos gens; além disso, uma série de autores, retomando a discussão dos achados fósseis, modifica em pontos essenciais o nosso quadro da evolução humana pré-histórica, sobretudo no tocante ao **Homo sapiens** em suas relações com o Homem de Neandertal e outras formas fósseis. Por outro lado, diminuem as tentativas de classificação racial. Em conjunto, conclui G. Lasker, o estudo de tal ou qual período ou região geográfica parece estar perdendo terreno em favor de problemas específicos. — A investigação da mudança cultural continua na ordem do dia, embora, como o notam L. e G. Spindler, com marcada tendência para o ecletismo e rejeição de teorias exclusivas. — O campo dos estudos psicoculturais é mais amplo do que o foi o de "cultura e personalidade"; investiga-se, também, entre outras coisas, o papel da motivação no processo socializador e interpre-

tam-se jogos e folclore em termos psicodinâmicos (J. Honigmann). — A organização social vem sendo discutida em numerosos estudos, muitos deles de alto nível; H. Basehart acredita estar em bom caminho a constituição da “ciência natural da sociedade” preconizada por Radcliffe-Brown. — Na Antropologia soviética, salienta L. Krader, persiste o predomínio da orientação diacrônica em geral e, no setor etnográfico, notável preponderância de trabalhos sobre folclore. — Comentando a bibliografia lingüística, F. Lownsbury deixa entrever novos rumos no desenvolvimento de teoria e método da lingüística descritiva, mas também em outros setores, como, por exemplo, o da semântica. — A Antropologia política, por fim, ainda está por desenvolver um esquema bastante amplo de conceitos e de princípios metodológicos; a par da análise de uma série de trabalhos recentes, quase todos sobre temas particulares, D. Eaton passa em revista as tentativas feitas neste sentido e aponta as possibilidades que julga poderem conduzir a maior integração teórica.

Egon Schaden

WILLIAM I. THOMAS e FLORIAN ZNANIECKI, **The Polish Peasant in Europe and America**. Edição completa, em dois volumes, 1115 e 1135 págs. Dover Publications, Inc. Nova Iorque, 1958. (Preço: US\$ 12,50).

Trata-se da reedição de uma obra clássica na sociologia. A primeira edição, de 1500 exemplares, foi impressa pela Gorham Press e publicada por Richard C. Badger, Boston, na seguinte seqüência: volumes I e II, 1918; volume III, 1919; volumes IV e V, 1920. Após ter-se esgotado essa edição, Alfred Knopf preparou a segunda, também de 1500 exemplares, em 1926, que difere da anterior apenas na menor transposição de material, na repaginação e no acréscimo de um índice. A presente reedição reproduz o texto da obra segundo esta edição.

Como se sabe, a pesquisa reuniu um grande número de investigadores e se tornou possível graças a uma doação generosa de Helen Culver, a quem a obra foi dedicada. Faris interpreta o pensamento generalizado dos cientistas sociais norte-americanos, quando afirma que **The Polish Peasant in Europe and America** constituiu “um acontecimento capital” na história da sociologia nos Estados Unidos, como “o primeiro estudo sociológico de grande envergadura, no qual são expostos sistematicamente o método e o conjunto de dados”. É verdade que, na época, a sociologia já tinha alcançado um desenvolvimento apreciável nesse país e que Giddings, principalmente, havia lançado as bases para um novo estilo de trabalho, que envolvia a conjugação da pesquisa à elaboração teórica. Contudo, ainda prevalecia a tendência às **grandes** construções teóricas. Apesar do exemplo de Le Play e de seus discípulos ou seguidores, os sociólogos europeus e norte-americanos mantinham-se fascinados por modelos de trabalho que punham, por assim dizer, “o carro diante dos bois”, na medida em que a valorização da teoria não era acompanhada de propósitos bem definidos de investigação empírico-indutiva. Mesmo as investigações de estrito cunho empírico fundavam-se em dados coligidos, originalmente, por especialistas em outros campos (história, economia, estatística, etnologia etc.). O “acontecimento capital”, portanto, consistia na revolução metodológica provocada pela bem sucedida orientação dos autores, que inauguraram a era moderna da sociologia, entendida como ciência **especial e empírico-indutiva**.

Thomas e Znaniecki resumiram, em poucas palavras, o conteúdo de sua contribuição: "A obra abrange cinco volumes, largamente documentária em seu caráter. Os volumes I e II compreendem o estudo da organização dos grupos primários campestres (a família e a comunidade), e da evolução parcial desse sistema de organização, sob a influência do novo sistema industrial e da imigração para a América e a Alemanha. O volume III é a autobiografia (com tratamento crítico) de um imigrante de origem camponesa, mas que pertencia, pela ocupação, à baixa classe urbana, e ilustra a tendência à desorganização do indivíduo sob as condições envolvidas pela rápida transição de um tipo de organização social para outro. O volume IV trata da dissolução do grupo primário e da reorganização e unificação social e política na Polônia sob a influência inovadora da cooperação racional. O volume V baseia-se no estudo do imigrante polonês na América e mostra os graus e as formas de desorganização associados à individualização demasiado rápida e regulada inadequadamente, com um esboço dos começos da reorganização" (trecho do prefácio). Segundo afirmam, nenhuma razão particular os orientou na escolha dos imigrantes poloneses. Consideraram o assunto como sendo plenamente adequado (como o seria outro qualquer) aos propósitos, que os animavam, de submeter os **problemas sociais** a uma análise empírica sistemática, nas condições oferecidas à investigação quando os fenômenos sociais são vistos do modo em que ocorrem em determinadas sociedades. Em termos metodológicos, preferiram a orientação que punha em primeiro plano a observação e a interpretação dos problemas sociais encarados "como um todo", em dada situação sócio-cultural, deixando a comparação para elaborações explicativas ulteriores.

Há pouco que dizer de uma obra clássica numa simples resenha, especialmente quando se tem a preocupação de evitar o óbvio. Em uma análise, iluminada pelo espírito crítico e pelo afã de estabelecer uma ligação efetiva entre a contribuição de Thomas e Znaniecki e o labor intelectual dos psicólogos sociais e dos sociólogos hodiernos, Herbert Blumer apontou o que é mais relevante e significativo nesta obra: "Este relatório pode ser concluído com uma enumeração de algumas das contribuições mais importantes, que tornaram **The Polish Peasant** meritório e que explicam a profunda influência que tem tido na sociologia e na psicologia social: 1) A demonstração da necessidade de estudar o fator subjetivo na vida social. 2) A proposição de documentos humanos como fonte de material, particularmente o relato da vida, introduzindo assim o que é conhecido como a técnica da história de vida. 3) Uma formulação da teoria social que condensa um sistema conceptual de referência para a psicologia social e a sociologia. A concepção da psicologia social como um aspecto subjetivo da cultura tem sido particularmente influente. 4) Uma formulação do método científico que estimulou e reforçou o interesse de converter a sociologia numa disciplina científica. 5) Um número importante de teorias, como as da personalidade, do controle social, da desorganização e dos quatro desejos. 6) Uma variedade de conceitos, que ganharam ampla aceitação, como atitude, valor, organização da vida, definição da situação e os quatro desejos. 7) Uma rica constelação de abordagens, generalizações provocativas e observações penetrantes. 8) Uma iluminadora e estimulante caracterização da sociedade campestre polonesa. O que possui talvez importância capital é o decidido estímulo que ele deu à atual situação da pesquisa social" (**Critiques of Research in the Social Sciences: I — An Appraisal of Thomas and Znaniecki's The Polish Peasant in Europe and America, 1939, págs. 81-82**). A essas judiciosas e justas afirmações só acrescentaríamos a importância que a obra também teve no desenvolvimento da sociologia aplicada. Thomas e Zna-

niecki salientaram, explicitamente, que o conhecimento de senso comum é insuficiente para orientar a intervenção deliberada do homem no controle dos problemas sociais e lançaram as bases das teorias modernas da desorganização da personalidade, da desorganização social e da diferenciação sociopática do comportamento humano ou do funcionamento das instituições sociais. Mau grado a feição antiquada da apresentação dos materiais, a excessiva cópia de dados empíricos inexplorados teoricamente e o envelhecimento inevitável de muitas análises consistentes e significativas na ocasião, esta obra ainda constitui uma leitura fundamental para quem pretenda dedicar-se à carreira científica na sociologia. Ela se recomenda tanto aos que se iniciam nos segredos da pesquisa sociológica, quanto aos que procuram inspirações mais vastas para o labor científico original em nosso campo.

Florestan Fernandes

MICHEL LEIRIS: La possession et ses aspects théâtraux chez les éthiopiens de Gondar. 103 págs. L'Homme, Cahiers d'Ethnologie, de Géographie et de Linguistique. Plon, Paris, 1958.

Pequena publicação dividida em cinco capítulos e dedicada ao estudo da possessão com a finalidade principal de verificar o que nela pode haver de convencional, de mera representação ou paródia, num grupo sócio-culturalmente delimitado, a saber, no grupo etíope de Gondar, Abissínia.

Os cinco capítulos, precedidos de uma introdução, tratam, sucessivamente, do culto dos Zar e do xamanismo; da possessão como divertimento e expressão estética; dos Zar como símbolo de um modo de ser e como promotores de uma ação; da consciência e inconsciência entre os protagonistas das cenas de possessão; do teatro representado e teatro vivido no culto dos Zar.

Na introdução, o autor, citando Marcel Griaule, (**Le livre de recettes d'un dabtara abyssin: (...)** "très souvent les malades (du Zar) sont des maniaques plus au moins sincères, dont les bouffonneries et les chants étonnent les gens". (...). "Beaucoup de ces prétendus Zar sont des simulateurs en quête d'amusement ou de bonne chère".). encontra uma sugestão de trabalho e, dentro dessa perspectiva, propõe-se verificar o aspecto teatral da possessão, isto é, as práticas cujo fim essencial parece o de divertir uma assistência (págs. 9-10).

Dá começo ao primeiro capítulo com mais uma citação (Jean Filliozoat, **Magie et médecine**), desta vez sobre o xamanismo siberiano, correlacionando-o com a instituição dos Zar (pág. 13). Em seguida, o autor, com elegância e clareza (traços êsses que sem dúvida pôde cultivar nas suas anteriores publicações de estética e de poesia), conta-nos como se dá a possessão pelos Zar, as suas diferentes categorias, o culto que se lhes dedica, as iniciações que dêle decorrem, enfim, estas coisas:

Quando um Zar tem preferência por uma pessoa, passa a dar-lhe tôdas as características de um doente; assediando-a, buscando transformá-la num instrumento seu de comunicação, não lhe dá tréguas. Mas o que são os Zar? (O autor, talvez em vista das informações já publicadas, não cuida dêsse pormenor). São espíritos e grupos de espíritos que de um modo ou de outro se interessam por tôdas as atividades humanas. Alguns dêles, na Etiópia, são considerados como os espíritos de antigos magos ou, pelo menos, como tendo uma linhagem humana historicamente definida (pág. 14). Em torno dos Zar desenvolve-se um culto e êste dá lugar às iniciações (pág.

15), mas isso não implica na impossibilidade de serem os Zar transmitidos por herança no seio de uma mesma família ou de feticheiro para algum discípulo predileto (págs. 14 e 15). Logo de início, o paciente tomado pelo Zar, manifesta durante o transe tudo quanto possa caracterizar e identificar esse Zar e, a partir dessas referências, o especialista (feticheiro) passa a educar o "cavalo". Há tomadas mais ou menos permanentes que se efetuam, às vezes, em lugares públicos, mas o culto do Zar envolve cerimônias especiais para a sua invocação. O neófito é coagido a aceitar a possessão, e a tomada perfeita, de modo geral, só se verifica depois de diversas reuniões. Em seguida, finalmente, o iniciado aprende o **gurri** (serviço) devido a seu Zar e se inteira das hierarquias dos Zar, que há Zar para cada tipo de neófito e para cada grupo de tipos de neófitos, que há Zar de sexo masculino, como de sexo feminino, etc. O iniciado tem pela frente uma longa carreira. Conquista a posição de curador (curandeiro). Organiza uma confraria e pode investir novos curadores. No interior de cada confraria, estabelece-se uma hierarquia de funções e de autoridade conforme a maior ou menor importância do Zar de cada um dos seus membros, e essa importância depende do sacrifício propiciatório que cada um pode fazer. Segundo a sua qualidade, valor ou raridade, manifesta-se um Zar mais ou menos importante. Um sacrifício menor, o da galinha, por exemplo, atrairá apenas um **wereza**, espírito menor e auxiliar. Considera-se iniciado aquele que conhece os sinais e o nome do seu Zar e sabe como tratá-lo e invocá-lo, e tais conhecimentos lhe valem como salvo-conduto quando fora do grupo ou de sua confraria. Deve haver rivalidades entre os iniciados. "D'une manière générale, on constate qu'entre adeptes l'accusation d'imposture est parfois ouvertement portée" (pág. 21). E pode também acontecer que entre os neófitos encontrem os Zar de categoria inferior campo aberto para as suas mentiras e imposturas (**ibidem**), apresentando-se como Zar de alta categoria.

A possessão caracteriza o paciente como enfêrmo nervoso benigno, diz Leiris, citando mais uma vez Griaule (**le livre de recettes d'un dabtara...**) e provoca neles uma espécie de "...maladie (...) qui consiste (...) en un développement exagéré des sentiments chevaleresques dont s'honore tout Abyssin. L'individu atteint, (...) chante constamment des thèmes de guerre et raconte ses merveilleuses aventures de chasse" (págs. 23-24). Têm, pois, os indivíduos com a instituição dos Zar excelente oportunidade para dar expansão às suas vaidades.

No segundo capítulo o autor observa que as manifestações exteriores do Zar obedecem a uma periodicidade regulada pelo calendário e pelas estações do ano. Incrementam-se por ocasião das festas religiosas e nas épocas de fartura, escasseiam e desaparecem quando as condições climatéricas e econômicas são desfavoráveis. Nas épocas propícias, os possuídos apresentam-se em grande número nos lugares públicos ou onde haja aglomeração popular. São imediatamente reconhecíveis e identificados como criaturas de eleição dos Zar pela sua capacidade de falar brilhantemente, recitar, cantar, dançar, manejar armas de guerra, etc. As cantigas e o terçar simulado de armas bélicas valem por um prelúdio para a possessão e parecem obedecer às linhas de um rito propiciatório à tomada. Ora, isso tudo parece exigir do possuído certa capacidade de representação. Há casos em que se percebe ser a tomada simples representação ou divertimento e, então, a paródia visa as instituições jurídicas e religiosas ou é uma comédia improvisada sobre os costumes. Mas, mesmo simulada, a possessão é aprovada pelo público.

O autor inicia o 3.º capítulo com duas perguntas: "Des faits qui viennent d'être rapportés, il ressort que le théâtre en tant que tel a sa place

dans certaines des cérémonies auxquelles donne lieu le culte des **zâr**. Faut-il voir là quelque chose de plus ou moins fortuit? Ou le **zâr** serait-il, dans son essence même, un personnage typique dont la manière d'être se projete dans une action mimée et parlée, soit, en quelque sorte, un "caractère" de théâtre?" (pág. 59). Em seguida, observa que no trato diário no interior das confrarias, certos Zar se manifestam como destinados a funções bem definidas, tomando o aspecto de verdadeiras **dramatis personae**. O possuído representa sempre o espírito que nele se incorpora. Essas **dramatis personae** encarregam-se dos mais variados misteres da vida quotidiana e passam a formar uma verdadeira galeria de personagens característicos ligados a uma ação, como se não tivessem outra razão de ser senão determinar e significar essa ação e, nesse ponto, conforme o autor, assemelham-se aos personagens de teatro, pois que êstes não existem a não ser em função de acontecimentos cênicos que condicionam e nos quais seu caráter encontra uma ilustração. De tal maneira os Zar ponteiavam as atitudes e os valores socialmente consagrados que podem simbolizar um modo de ser nacional e apresentar-se, na terapêutica, como especialistas de trabalhos bem definidos.

Da consciência e da inconsciência da possessão, êsse o problema que o Autor procura enfrentar no 4.º capítulo. Parece-lhe difícil o contrôle da situação, visto que é regra comum demonstrar o possuído, após o transe, absoluta ignorância do que aconteceu. Em alguns casos, tem-se a impressão de que há perfeita inconsciência; em outros, simples justaposição de entidade que se manifesta e "cavalo" que lhe concede campo de ação, sem nela intervir voluntariamente. Nos primeiros, a integração é completa; nos segundos, dá-se apenas a execução de um ritual decorrente das experiências vividas em relação ao processo da tomada.

No último capítulo, Leiris continua a insistir sôbre a distinção entre possessão autêntica e possessão convencional. Considera as atitudes populares perante a tomada simulada: são de tolerância e acatamento, devido, talvez, a um generalizado espírito de piedade e fé. No entanto, há, também, entre êsses dois tipos extremos de possessão, uma longa série de formas intermediárias, em que os pacientes, aproveitando-se da tomada (resguardados pela "tomada"), praticam atos que em circunstâncias normais não teriam coragem de fazer; criticam situações e acontecimentos; na expectativa de uma cura, executam mecânicamente as coisas preceituadas pelo ritual, pouco se interessando com a impressão que possam causar nos espectadores, enfim, buscando "màgicamente" a satisfação de uma necessidade sua. E acontece que êsses casos são tão numerosos e freqüentes que já se não pode tomá-los como simples representação ou divertimento, mas sim como expressão de crenças generalizadas.

O livro, apesar de interessante, apresenta falhas mais ou menos graves.

Em primeiro lugar, entre falhas menores e toleráveis, falta-lhe uma linha clara no sentido de coerência e continuidade no tratamento dos assuntos. Nem bem apresentados, são deixados de lado para retomadas posteriores, e isso obriga o leitor ao trabalho de reconstituí-los, colhendo aqui e acolá os seus fragmentos. Atabalhoadamente é que se vai sabendo que os Zar têm sexo, formam hierarquias, etc.

Em seguida, ainda falha menor, a figura central do culto que pretendeu estudar, os Zar, não mereceu sequer uma nota explicativa em rodapé. Ora, queremos crer que, mesmo nas obras altamente especializadas, certos conceitos básicos, embora transformados em lugares-comuns para os especialistas, nunca dispensam uma apresentação que venha conectar a contribuição nova ao corpo já assentado de conhecimentos.

E não há nenhuma nota consistente e substancial a respeito da iniciação ao culto dos Zar. Nenhuma informação sobre as atividades mágico-religiosas dos possuídos pelos Zar nos períodos não propícios às grandes concentrações populares.

Há, ademais, falhas capitais.

Do ponto de vista metodológico, não teria sido mais razoável, mais certo e mais prudente ter o Autor procurado verificar nos grupos sócio-culturais vizinhos e, em seguida, nos grupos africanos mais afastados (Eritreia e Sudão), as instituições congêneres à dos Zar para fins de filiação e comparação? Não resta dúvida que o xamanismo pode ser empregado como um conceito classificatório, para abordagem de assunto que nele se enquadre; mas, para sempre, não. Porventura, o estudioso não viria a correr o perigo de reduzir a uma fórmula consagrada toda uma série nova de situações que sob certos aspectos nada têm a ver com ela?

E, finalmente, há a falha que, para nós, faz deste livro um lamentável equívoco.

A indagação, que se estende como tema único pelos cinco capítulos, **possessão autêntica ou possessão simulada**, nunca teria sido feita por um antropólogo. Poder-se-ia tomar em dois sentidos o que o Autor chama de **possessão autêntica**: um psicológico e outro antropológico. Do ponto de vista psicológico, a questão se resumiria na verificação do grau de inconsciência do indivíduo durante a tomada ou transe, e **possessão autêntica** seria o estado em que o indivíduo, tendo recorrido a meios mecânicos, medicinais ou seja lá o que fôr, tem sua consciência obnubilada e passa a agir ao impulso de outros elementos da vida psíquica, ou, pedindo vênias aos psicólogos, da vida sócio-cultural profundamente calcados na esfera do inconsciente. Nesse sentido sim é que se justificaria a preocupação do Autor, caso o seu trabalho não fôsse de etnologia. Do ponto de vista antropológico, a coisa é considerada diferentemente. Seria fora de propósito estar a repetir aqui tudo o que já se propôs a respeito de cultura e vida social, mas, para nós, **possessão autêntica** é isto: um estado especial de comportamento em que o indivíduo, consciente ou inconscientemente, emocionalmente dominado por uma crença ou apenas executando um ato de acordo com rituais pré-estabelecidos, funciona como meio veiculador de elementos mágicos e religiosos de uma cultura que, por sua vez, ainda esteja a corresponder às necessidades, solicitações e experiências de uma dada sociedade. Dessa maneira a possessão é sempre autêntica, e mesmo perante os casos em que há charlatanismo, impostura ou paródia, ela ainda é autêntica, porque pode estar a pontear os processos de mudança social, de secularização. Enfim, desde que a possessão corresponda às solicitações da vida sócio-cultural, ela é sempre autêntica ou verdadeira.

Tivesse o Autor elaborado um livro com menos veleidades, teríamos ganho mais uma monografia muito interessante sobre crenças e práticas mágico-religiosas.

O. E. Xidieh

HANS HIMMELHEBER: **Der gute Ton bei den Negeren**. 104 págs. Verlag Richters & Co., Heidelberg, 1957. (Preço: DM 6,80).

Hans Himmelheber empreendeu ao todo seis expedições etnológicas à África Negra. Trabalhou na Libéria, na Costa do Marfim, no Sudão Francês, no Camerum, no Gabon e no Congo Belga. São, assim, bastante ex-

tensos os seus conhecimentos de culturas africanas. Estudos mais intensivos realizou-os desde 1950 entre os Dan, população de umas duzentas mil almas estabelecida nas florestas ocidentais da Costa do Marfim, e orientais da Libéria. Em três expedições percorreu o território desses agricultores aborígenes, sobre os quais publicou um estudo monográfico em colaboração com Ulrike Himmelheber, sua esposa.

Embora o presente volume tenha por assunto o "bom tom", isto é, as formas de etiqueta na África Negra em geral, a maior parte dos exemplos nêle contidos se refere à cultura dos Dan. Uma bibliografia de mais de setenta títulos, arrolada no fim do livro, forneceu ao Autor abundantes dados para observações comparativas com outras regiões, da África e fora dela. Conquanto escrito por um etnólogo, **Der gute Ton bei den Negern** é trabalho de caráter essencialmente popular. Para coordenar o material, aliás bastante variado e heterogêneo, o Autor o repartiu em cinco capítulos. No primeiro traça, a título de introdução, um quadro sumário de costumes dos negros africanos; no segundo, dedicado às expressões de cortesia, passa em revista principalmente as formas de saudação, os gestos de paz e os de hostilidade; no terceiro discute conceitos e costumes referentes à hospitalidade; o quarto, talvez o mais interessante, trata da idéia de dignidade e das atitudes e formas de comportamento a ela ligadas; no quinto, por fim, se esboçam traços de caráter peculiares a determinadas tribos em suas relações com o código de regras morais e as concepções de justiça. Segue-se um apêndice, no qual se narram quatro mitos de fundo ético registrados entre os Dan.

Apesar dessa divisão em capítulos, não se observa nenhuma seqüência rígida na apresentação dos fatos, que se vão sucedendo de forma um tanto arbitraria e em geral como simples notas de viagem, por assim dizer ao correr da pena. Resulta, assim, um mosaico de episódios anedóticos, de caráter mais ou menos pitoresco. A compreensão do texto não exige quaisquer conhecimentos etnológicos. Himmelheber se abstém, aliás, conscientemente de toda discussão de problemas científicos, mas, por outro lado, imprime ao seu livrinho um cunho educativo. Através de exemplos significativos, vai mostrando quão longe se encontram da verdade os que ainda acreditam que os chamados povos primitivos, em virtude de traços peculiares a sua constituição psíquica, não comungam da natureza humana em sua plenitude. A constante preocupação com o status social, o senso da dignidade humana, o respeito à personalidade do próximo e especialmente o tato nas relações sociais aparecem por vezes muito mais arraigados no espírito do primitivo do que no do ocidental civilizado. E ao mostrar quanto o negro africano difere do branco europeu, o Autor mostra também, implicitamente, que a diversidade, bem compreendida, é muito mais aparente do que real. Para o etnólogo, é claro, não há em tudo isso nenhuma descoberta nova, mas o leitor leigo encontra no conjunto dos fatos e exemplos um salutar estímulo para encarar com suspeita os seus juízos etnocêntricos. E como êste é, por sua vez, o primeiro passo decisivo a ser dado pelos que procurem iniciar-se com algum proveito no estudo da Etnologia, é evidente que a leitura do livrinho de Himmelheber será útil também aos principiantes nessa disciplina científica.

O simpático volume é ilustrado com artísticos desenhos de Kurt Steinel.

Egon Schaden

Amerikanistische Miszellen. Mitteilungen aus dem Museum für Völkerkunde in Hamburg, XXV (Festband Franz Termer). 206 págs., com numerosas ilustrações. Kommissionsverlag Ludwig Appel, Hamburgo, 1959. (Preço: DM 48.—).

Eis um belo presente oferecido a Franz Termer, Diretor do Museu Etnológico de Hamburgo, por ocasião de seu 65.º aniversário, em 1959. Colegas, amigos e discípulos do sábio são os co-autores da coletânea, que encerra 20 trabalhos, em sua grande maioria relativos a temas meso-americanos. E é justo que assim seja, pois o Prof. Termer figura entre os mais conceituados especialistas em Arqueologia do México e da América Central, onde realizou as suas pesquisas científicas.

Impossível enumerar aqui todos os estudos que se enfeixam na publicação. E difícil dizer quais os mais importantes, uma vez que o conjunto se caracteriza por boa qualidade. Refiramo-nos, por isso, a alguns apenas.

Abre-se o volume com sugestivo ensaio de H. Plischke sobre o valor dos estudos ameríndios no quadro geral da Etnologia; aponta problemas e condições de vida peculiares aos primitivos habitantes da América, pondo em destaque a capacidade de criação cultural destes e, com isso, a importância de suas contribuições originais ao acervo da espécie humana. Páginas de mestre, escudadas em notável conhecimento da literatura dos tempos da Conquista, são também as de H. Trimborn sobre o direito entre as tribos Cueva; discutem-se aí os conceitos e costumes referentes ao direito familiar, à estratificação social, ao governo e ao exercício da justiça entre aqueles aborígenes do Panamá. E' um estudo que interessa tanto ao etnólogo quanto ao jurista. O. Zerries, estudando os espíritos da floresta e os rituais de caça na América Central, fornece valioso complemento a sua obra sobre mitologia sul-americana, publicada em 1954; a análise das representações e dos costumes característicos do estrato cultural dos caçadores da América Central revela estreita ligação com formas correspondentes da América do Sul. Tema semelhante é abordado com firmeza por J. Haekel, que analisa a figura do "senhor dos animais" na religião dos índios meso-americanos, chegando à hipótese de que a idéia desse personagem, que sobreviveu também no contexto de altas-culturas, teria sido outrora idêntica à do "ser supremo".

Somente três autores escrevem sobre assuntos brasileiros: H. Baldus, H. Becher e H. Dietschy. O leitor interessado em Etnologia do Brasil tem, desde logo, a atenção atraída para a contribuição deste último, que escolheu como tema a instituição da chefia entre os Karajá. Depois de passar em revista os informes sobre governo e organização social das aldeias karajá dados pelos autores que o precederam, Dietschy resume as suas próprias observações, feitas em 1954-1955, durante uma estada de seis meses entre aqueles índios do Araguaia. A exposição das notas do diário de viagem, ainda não elaborados de forma definitiva, tem o mérito de espelhar bem as dificuldades concretas do pesquisador em seu empenho de conseguir clareza quanto à estrutura social de uma tribo como a dos Karajá, que reconhecem chefes de aldeia, sacerdotes e distribuidores de alimentos pertencentes a determinados grupos sociais enquadrados em complexo sistema de relações.

H. Becher, que há alguns anos realizou uma expedição etnológica ao extremo norte do Brasil, onde trabalhou entre os Surára e os Pakidái, descreve o "xelekuhahá" (duelo de bastões por motivo de adultério) entre esses índios, confrontando-o principalmente com o duelo observado entre os Guayakí do Paraguai; caracteriza o seu artigo como contribuição ao pro-

blema da “posição nilótica” e da tonsura entre os indígenas sul-americanos, sendo que a primeira é a postura inicial dos contendores no “xelekuhahé” e a última correspondente à região do corpo por eles alvejada.

H. Baldus apresenta um ensaio bibliográfico com ligeiros comentários sobre trabalhos relativos a índios do Brasil publicados no quinquênio de 1954 a 1958. Limita-se aos que foram escritos em língua alemã.

Parece-nos que êstes exemplos, tomados mais ou menos ao acaso, são suficientes para se ter uma idéia do interêsse da coletânea para o americanista.

Egon Schaden

Miscellanea Paul Rivet Octogenario Dicata. 2 vols., LXII + 707 e 903 págs. XXXI Congresso Internacional de Americanistas, Universidad Nacional Autónoma de México, México, 1958.

Por ocasião do XXXI Congresso Internacional de Americanistas, reunido em São Paulo em agosto de 1954, um grupo de participantes decidiu se organizasse uma coletânea de estudos científicos em homenagem ao presidente do Congresso, Paul Rivet, que em 1956 completaria 80 anos de idade. Da publicação dessa **Miscellanea Paul Rivet Octogenario Dicata** incumbiu-se a Universidade Nacional Autónoma do México, que a editou em 1958, infelizmente após a morte do homenageado. Em dois grossos volumes, a coletânea reúne perto de uma centena de trabalhos originais, quase todos sobre temas de Antropologia indígena das Américas. Entre os autores figuram eminentes amigos, colegas e discípulos do sábio, representantes dos mais diversos setores dos estudos americanistas. Em alguns dos trabalhos se retoma a discussão de problemas centrais de vastíssima obra científica de Rivet. Na parte introdutória ao 1.º volume encontra-se pequena nota biográfica, bem como a relação das publicações do homenageado; representam estas o fruto de intensa atividade de mais de meio século.

Na **Miscellanea** ocupam lugar de destaque as contribuições relativas a temas sul-americanos, em concordância, aliás, com os interêsses paleontológicos, lingüísticos, arqueológicos e etnológicos predominantes na obra de Rivet. De assuntos brasileiros tratam os seguintes trabalhos: “Contribuição à lingüística gê”, de H. Baldus; “Sambaquis brésiliens et amas de coquilles fuégiens”, de J. Emperaire e A. Laming; “Notas de fonologia mekens”, de W. Hanke, M. Swadesh e A. Rodrigues; “Some economic aspects of the Afrobahian Candomblé”, de M. J. Herskovits; “Documents tupi-kawahib”, de C. Lévi-Strauss; “La naissance et la première enfance chez les indiens Cayapó du Xingu”, de A. Métraux e S. Dreyfus-Roche; “Vocabulário botocudo de Charles Frederick Hartt”, de M. de L. de Paula Martins; “A conversa de Ñandejára dos índios Kayuá”, de J. Philipson; “Crânios fósseis de Lagoa Santa (Brasil)”, de M. J. Pourchet; e “Minority subcultures in Brazil”, de E. Willems.

Vê-se, por esta amostra, a variedade de assuntos abordados na **Miscellanea**. Tal como se dá com a maioria dos trabalhos sobre outras regiões do Novo Mundo, também os relativos ao Brasil se baseiam, em sua quase totalidade, em pesquisas originais, de onde o valor excepcional da publicação para todo estudioso de assuntos brasileiros. H. Baldus, por exemplo, apresenta um vocabulário zoológico por êle levantado com dois Xerente do Tocantins e confronta-o com têrmos equivalentes em outras línguas jê anotados por vários autores, antigos e modernos; abre, assim, caminho

para o conhecimento da diferenciação léxica dos respectivos idiomas. J. Philipson comenta pequeno texto, de fundo religioso, por êle obtido entre os Kayuá (Kayová) de Mato Grosso, e mostra como em suas palavras se reflete a atual situação cultural da tribo. Por seu turno, C. Lévi-Strauss sistematiza uma série de notas originais sôbre a cultura material e a organização social dos Tupi-Kawahib, estudando sobretudo o sistema de parentesco dêsses indígenas mato-grossenses. A contribuição de A. Métraux e S. Dreyfus-Roche, que trabalharam entre os Kayapó xinguanos, é um dos trabalhos mais bem feitos de que dispomos sôbre a situação da criança numa tribo brasileira. Fruto também de observações pessoais, o ensaio de M. J. Herskovits, caracterizando o candomblé baiano como instituição integrada na existência econômica da comunidade, revela aspectos importantes, negligenciados pelos autores que o encararam apenas do ponto de vista religioso e social. E. Willems, por fim, baseado em longa experiência de pesquisa científica em populações brasileiras, apresenta um quadro vivo da diferenciação cultural do país, especialmente no que diz respeito às transformações decorrentes da colonização estrangeira nos estados meridionais. — Isto, para falarmos apenas das contribuições de interêsse para a Antropologia Cultural do Brasil. Iríamos longe se quiséssemos referir-nos ao conteúdo e à importância de cada um dos estudos da substanciosa coletânea, que, concebida como digno presente de aniversário, se transformou afinal em coroa de flores depositada no túmulo do incansável americanista francês.

Egon Schaden

JESÚS LARA, LUDWIG FLACHSKAMPF e HERMANN TRIMBORN: **Volksdichtung der Ketschua**. 106 págs. Dietrich Reimer, Berlim, 1959. (Preço: DM: 10,—).

O estudo da poesia ameríndia é campo ainda pouco explorado. E' bem verdade que, à margem de trabalhos de outra natureza, vários pesquisadores recolheram amostras da produção poética dos índios; pouquíssimos no entanto, deram ao assunto a atenção que merece, embora ninguém ponha em dúvida a importância da poesia para se conhecer o feitio psicológico das respectivas tribos.

Dos Kétxua, aliás, não é tão escasso o material disponível, que se vem acumulando desde os dias da Conquista. O poeta boliviano Jesús Lara vem enriquecê-lo com um volume de coplas, por êle coletadas em alguns distritos da área de Cochabamba. Na presente edição reproduz-se o texto kétxua com tradução alemã; anteriormente, Lara o havia publicado na Bolívia com tradução espanhola. Não são apenas versos feitos por índios (Kétxua ou ketxuizados), mas produções cantadas também por mestiços de classe humilde; os de classe mais privilegiada, informa o colecionador, preferem cantar versos em língua espanhola.

Das coplas umas são antigas, outras criadas de improviso por ocasião de festas tradicionais. Nem sempre é fácil uma rigorosa classificação de acôrdo com tal ou qual critério científico. Lara as apresenta em sete grupos: amatórias, sentimentais, picarescas, políticas, carnavalescas, "wawakiyanaku" (espécie de desafio, que lembra o do Nordeste brasileiro) e religiosas. A categoria mais rica e mais importante é a dos versos amorosos. No conjunto predomina o lirismo, há muita tristeza, algum bom humor, mas também coplas carregadas de ironia mordaz e de sarcasmo, en-

quanto outras traduzem uma religiosidade singular, entre piedosa e irreverente. Em suma, a expressão de uma rica vida interior.

Três prefácios, um de Jesús Lara, outro de Ludwig Flachskampf e um terceiro de Hermann Trimborn, acompanham a coletânea. São três pequenos estudos indispensáveis à justa compreensão do lugar da poesia popular kétxua no meio cultural em que se enquadra; tanto mais, quanto cada um dos comentadores se coloca num ponto de vista próprio. J. Lara encara as coplas enquanto parte integrante do riquíssimo folclore da região, caracteriza os temas dominantes e os traços distintivos de cada uma das categorias que estabelece, a sua importância relativa, os fundamentos históricos. Sobre a "arte poética" diz o seguinte: "No que concerne à forma dos cantos, ela é em geral perfeita. O versificador kétxua é muitas vezes daqueles que não têm idéia da técnica dessa arte. Ignora os recursos artísticos próprios da poesia; mas em suas estrofes não há nenhuma sílaba demais, e a rima é quase sempre limpa. E' notável a ausência da sinalefa. O Kétxua, quer índio puro, quer mestiço, se nos apresenta como artista intuitivo" (pág. 14). Por sua vez, L. Flachskampf prepara o espírito do leitor europeu para a apreciação das quadras, por êle postas em forma poética após a tradução feita por H. Trimborn. Esboça as características do ambiente natural e humano das plagas andinas, aponta contrastes e semelhanças com produções congêneres da Europa e ressalta a natureza essencialmente popular das coplas, isto é, a ausência total de influências eruditas. H. Trimborn, por fim, as aprecia do ponto de vista da psicologia étnica das tribos Kétxua ou ketxuízadas e comenta o seu conteúdo poético, os elementos formais e, em especial, as características decorrentes da estrutura do idioma.

Egon Schaden

ALFRED MÉTRAUX: Le Vaudou Haïtien. 357 págs., com ilustrações. Gallimard, Paris, 1958.

As religiões negras que se transportaram para a América deram lugar, em Cuba e no Brasil principalmente, a séries de trabalhos que permitem hoje uma visão bastante completa do que são naqueles países. Não sucedeu o mesmo com relação ao Haiti; livros e artigos apresentam em geral aspectos parcelados do fenômeno, o que levou Alfred Métraux a tentar uma apresentação do **vodu** como um todo, baseando-se de um lado em suas pesquisas pessoais, de outro, nas obras existentes.

A dificuldade de tal obra está em que o culto do **vodu** se diversificou extraordinariamente na ilha; proveniente do Dahomey, evoluiu sobre si mesmo desde os fins do século XVIII, quando cessou a chegada de escravos daquela região e, não tendo quem retificasse os afastamentos com relação ao modelo, foi sofrendo influências dos diferentes sacerdotes, de que resultaram as diferenças encontradas de uma zona para outra. No entanto, Métraux conseguiu traçar o esquema básico do culto, a partir do qual se operam as variações. A comparação entre seu trabalho, feito numa zona urbana da ilha, e o de Herskovitz, que descreve o **vodu** rural, evidencia a validade do esquema básico encontrado.

Métraux nos apresenta primeiro um histórico do culto no Haiti, encarecendo a importância de sua influência no despertar do nacionalismo. Descreve o meio social em que é observado, mostrando que nas regiões rurais funciona como elemento de coesão dentro de famílias de tipo antigo

em vias de desorganização; e, nas regiões urbanas, com as confrarias, fornecendo aos indivíduos um grupo primário em que se integraram, dando-lhes a segurança que a complexa vida citadina tende a solapar. Analisando o panteon, observa o Autor a formação, ao lado de deuses trazidos da África, de uma multidão de **loa** (espíritos) locais, cuja origem é a mais variada e que são em tal quantidade, se diversificam tanto de região para região, que se torna praticamente impossível apresentar hoje um quadro completo de todos êles.

Êstes **loa** são cultuados por uma confraria denominada sociedade **houmfò**, reunida em tórno de um santuário. O **houmfò** é dirigido por sacerdotes (**houngan**) ou por sacerdotizas (**mambo**), e os iniciados (**hounsi**) se devotam ao culto propriamente dito. As **hounsi** passam por um processo de iniciação bastante longo, que exige sacrifícios pecuniários pesados, abandono das ocupações habituais, submissão a disciplina e obrigações morais severas; mas a situação de "espôsa dos deuses", que tal é o significado do termo, dá não somente maior sentimento de segurança como também certa dose de prestígio pessoal: as **hounsi** ocupam nível mais elevado do que o dos simples fiéis e, por outro lado, **houngan** e **mambo** têm para com elas deveres de proteção e amparo, acudindo-as em tempo de necessidade.

O culto inclui várias cerimônias de que sempre fazem parte a dança, a música e a possessão dos fiéis pelas divindades. O **vodu** é uma religião dançada, como tantas religiões primitivas, e a possessão está tão estreitamente associada a ela que se diz, quando um fiel cai em transe, que "o espírito dança na cabeça de seu **cavalo**". O ponto mais alto das cerimônias é o sacrifício de um animal, o que se chama "dar de comer ao **loa**" e que visa a aumentar-lhe a fôrça.

Depois de descrever panteon e rituais, Métraux analisa as relações do **vodu** com o cristianismo. O catolicismo foi uma espécie de máscara sob a qual o **vodu** se escondeu durante muito tempo; daí certa associação entre ambos, que fêz um informante declarar ao Autor que, para fazer parte do culto **vodu**, era necessário ser católico. No entanto, tal associação não assume aspecto de sincretismo, mas antes de justaposição. O protestantismo, que penetrou muito mais tarde na ilha, tomou posição inteiramente contrária. Se o católico pode ser um fiel do **vodu**, a conversão ao protestantismo exige o repúdio total do culto dos **loa**. O protestantismo se apresenta, pois, como inimigo do **vodu**.

O livro, que se mantém dentro da descrição e da análise do material, sem chegar a uma interpretação completa do culto, é escrito com muita vivacidade e encanto. Sua maior importância está em apresentar, pela primeira vez, uma visão global do culto no Haiti.

A leitura sugere vários outros estudos a serem feitos a partir do conhecimento dêle. O primeiro seria uma investigação acurada e minuciosa a respeito do **vodu** como grupo social. O Autor fala ligeiramente dos quadros sociais, mas sua grande preocupação é descrever o mundo sobrenatural e o ritual. Ora, é na medida em que uma organização social sustenta a ambos, e em que os indivíduos vivem o culto dentro dessa organização social, que crença e cerimonial adquirem um significado. O conhecimento profundo do **vodu** do Haiti será alcançado somente quando se efetuar um estudo total que tenha por base a análise da organização social.

Ligado a êste problema, desprende-se do livro outro: a separação entre natural e sobrenatural vai adquirindo maior relêvo à medida que se passa do nível popular para níveis mais elevados na sociedade local. Embora mesmo os membros da elite desta pareçam estabelecer certa indiferenciação entre as duas esferas, a religião para êles já toma aspecto de

setor à parte, ao lado de outros setôres da vida social; ao contrário, nas camadas mais baixas da população, a religião embebe todos os aspectos da existência, não constitui setor diferenciado. Seria interessante descobrir quais os fatores que permitem a conservação do **vodu** mesmo nas camadas superiores, onde o elemento racional já é suficientemente perceptível para determinar atitudes de descrença.

Finalmente, há que lembrar a pertinência de uma comparação entre o **vodu** do Haiti e os cultos negros brasileiros, tanto mais que o **vodu** dahomeano, de que se originou o do Haiti, apresenta uma ramificação brasileira, existindo principalmente na região de São Luís do Maranhão.

Maria Isaura Pereira de Queiroz

HERMANN TRIMBORN: **Das Alte Amerika**. 160 págs. de texto e 186 ilustr. em 112 pranchas, além de 4 pranchas a côres. Grosse Kulturen der Frühzeit. Gustav Kilpper Verlag, Stuttgart, 1959. (Preço: DM: 24,50).

Em magnífica visão de conjunto e sem nunca se perder em pormenores técnicos, o conhecido professor da Universidade de Bonn apresenta um quadro das chamadas altas-culturas ou civilizações indígenas do Iucatã, do planalto mexicano e do Peru, bem como da costa-do-ouro da América Central e do Eldorado da Colômbia. Baseado em exaustivo estudo da literatura especializada, em pesquisas por êle próprio empreendidas em sucessivas viagens científicas e em sua notória capacidade de realçar os caracteres essenciais e mais significativos dos temas que aborda, Trimborn realizou uma tarefa de real mérito. Obra de ciência embora, o livro não exhibe em notas e referências bibliográficas o lastro de erudição que foi necessário para escrevê-lo, e o texto, prescindindo de terminologia esotérica, é acessível a qualquer pessoa culta. Ademais, o volume se impõe pelo valor estético, quer no estilo impecável e na viveza da linguagem, quer na abundância e criteriosa escolha das ilustrações, sem falar no esmero do feitiço material. Enriquece a biblioteca do antropólogo e do arqueólogo, mas também a estante do bibliófilo e do amigo das coisas belas.

Longe de se contentar com a análise, aliás cuidadosa, ainda que sumária, das transformações históricas ou pré-históricas das culturas que passa em revista, Trimborn destaca, de modo magistral, os traços principais que estas tinham em comum e, por outro lado, o perfil característico de cada uma delas. Com a seqüência dos capítulos, o leitor as vai conhecendo, uma após outra, como unidades inconfundíveis em sua formação histórica e em seu estilo próprio, mas ao mesmo tempo integradas num complexo processo de milênios, de âmbito quase continental. Quanto ao desenrolar desse processo, é notável em vários sentidos a similaridade das épocas sucessivas nas diferentes partes da América. Trimborn não salienta apenas as feições igualmente comuns às antigas civilizações do Velho Mundo, como a base agrária na fase inicial, e, posteriormente, a sociedade de classes, os estamentos, a urbanização e o artesanato. Bem mais surpreendentes se denunciam as correspondências cronológicas entre as grandes fases das altas-culturas ameríndias: a formativa, no milênio que precede a nossa era; a clássica, de cunho teocrático, no primeiro milênio da era cristã, e, por último, a pós-clássica, caracterizada como tendente à secularização e à constituição de impérios. Os modernos métodos de datação

arqueológica vêm confirmar o esquema. E tais correspondências, em vez de fortuitas, revelam ter havido estreita conexão histórica entre as populações indígenas que, em diferentes pontos do Novo Mundo, atingiram o estágio da civilização. Os argumentos a favor dessa tese, Trimborn os sintetiza numa bela página e, a seguir, discute o problema das antigas relações intercontinentais. Pronuncia-se — com reservas, é verdade — a favor das influências transpacíficas admitidas por Heine-Geldern e Ekholm e rejeita as idéias de Thor Heyerdahl. Quanto ao destino por assim dizer trágico das altas-culturas da América em confronto com a civilização ocidental, a cujo embate não resistiram, explica-o em última instância pelo fraco domínio racional ou intelectual da realidade, em flagrante desnível com a riqueza atingida em outros setores.

Por indubitável, porém, que seja um certo parentesco entre as culturas descritas, por expressivas umas tantas correspondências fundamentais, não se oblitera com isso a marcante individualidade de cada uma delas. Em parte alguma do livro Trimborn perde de vista este fato e não deixa de pôr em relêvo o que as distingue entrê si. Adaptaram-se a ambientes geográficos díspares e cada qual tomou orientação própria em seu desenvolvimento. Assim, os Asteca demonstraram a originalidade e o vigor de sua cultura na cosmologia, na arquitetura, no urbanismo, na rede de comunicações e no sistema comercial, mas desconheciam, entre outras coisas, o uso de metais na confecção de armas guerreiras. Os Maya, os “gregos da América”, superaram as demais populações ameríndias no campo intelectual e artístico, ao passo que na técnica não ultrapassaram o estágio da “idade da pedra”. As culturas andinas em geral se destacaram na metalurgia, na tecelagem, na construção de terraços e de sistemas de irrigação, sendo que os Kétxua em especial demonstraram o seu gênio político na formação e organização do maior império pré-colombiano; por outro lado, não possuíam nada equivalente à escrita hieroglífica, ao calendário e à cronologia desenvolvidos na área mesoamericana. Isto, para darmos apenas alguns dos fatos principais.

Das Alte Amerika é um livro que se lê com prazer da primeira à última página e sempre com grande proveito, ainda mais porque as ilustrações que o acompanham não constituem, por assim dizer, um álbum à parte, como é freqüente acontecer, mas estão tôdas em relação estreita com o texto. A exposição é firme, de um especialista que domina o assunto e que não vai catando penosamente os seus dados para compor o quadro que apresenta.

Egon Schaden

HÉLIO GALVÃO: O Mutirão no Nordeste, 75 págs., edição ilustrada. Serviço de Informação Agrícola, Série “Documentário da Vida Rural”, N.º 15. Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro, 1959.

Hélio Galvão, Professor de Antropologia da Faculdade de Filosofia de Natal, R. N., acaba de publicar interessante monografia sobre a ajuda mútua, ampliando a Série “Documentário da Vida Rural”, editada pelo Ministério da Agricultura, sob a direção de Manuel Diégues Junior.

À guisa de prefácio, o Diretor do Serviço de Informação Agrícola situa o Autor e a matéria estudada no panorama cultural brasileiro, frisando que Hélio Galvão foi um dos pioneiros do estudo das formas de cooperação entre nós.

Infelizmente não encontramos na leitura dessa monografia aquilo que esperávamos. O Autor podia — com o fôlego que o caracteriza — ter ido bem além dos limites em que se situou. Depois do livro de Clovis Caldeira (resenhado por Egon Schaden nesta revista, vol. 5.º, n.º 1, junho de 1957, pág. 104), qualquer outro estudo sobre o mutirão deveria — pelo menos em tese — descer um pouco mais verticalmente na análise da instituição. No caso em tela, o Autor ficou — ou pretendeu ficar — pelo Nordeste, numa inexplicável modéstia, muito embora, em certos aspectos, ou na maioria deles, tivesse focalizado a ajuda mútua num plano horizontal, como por exemplo, ao analisar, na introdução, o “rendimento econômico”, inclusive no estrangeiro, citando os trabalhos de George Gowan e Herskovits, sobre a cooperação no México. Entretanto, nada disse sobre o rendimento econômico dos mutirões no Nordeste. Faz o mesmo ao abordar a “natureza jurídica do mutirão” (pág. 16), como, ainda, ao estudar a “organização” (pág. 24) ou a “incidência geográfica” (pág. 38). Em todos êsses itens, o Autor fugiu do seu Nordeste, incursionando, às vêzes, pelas demais áreas geográficas do Brasil e, outras, para bem longe das nossas fronteiras. Digam-se de passagem que nessas incursões o leitor encontra aqui e ali fatos bem interessantes.

Outro aspecto que merece ser ressaltado como exemplo ainda da fuga, do Autor, ao tema proposto, é aquêle em que se entusiasma ao delimitar ou configurar o Nordeste (págs. 18 a 23), encaixando conhecimentos demográficos completamente desnecessários ao estudo do mutirão. Igual comportamento encontramos no capítulo III, quando focaliza a “cooperação de tipo não contratual”. Aqui, então, o Autor foge ainda mais do título que deu à monografia. Seria bem mais aconselhável que o Professor Hélio Galvão estudasse somente a instituição — que conhece tão bem — sem se preocupar com o seu amado Nordeste. Pelo menos, seria mais coerente.

No restante do trabalho, encontramos algum material novo. Os cantos folclóricos, muitos deles improvisados nos mutirões — como aquêles levantado em Goiás (pág. 30) — justificam a publicação. Através dêsses cantos podemos apreciar a rica sinonímia da instituição, variando as denominações de Estado para Estado, de país para país e também consoante as diferentes finalidades do mutirão. É preciso que se diga, entretanto, que, ao chegar-se ao final da leitura da monografia, fica-se esperando algo mais, que não foi escrito...

Completam o presente trabalho as 122 “notas” do Autor (págs. 63-69), algumas delas explicativas e, logo a seguir, as “referências bibliográficas” (págs. 71-75), enumerando 83 fontes, quase tôdas bastante significativas.

Analisando-se a monografia no seu conjunto, somos forçados a classificar o trabalho do Professor Hélio Galvão como pouco profundo, divorciado do título que o encima e pobre como produto de pesquisa científica, notadamente no que diz respeito ao mutirão no Nordeste.

J. V. Freitas Marcondes

ROBERT F. MURPHY e BUELL QUAIN: The Trumáí Indians of Central Brasil. XII + 108 págs. Monographs of the American Ethnological Society. J. J. Augustin Publisher, Nova Iorque, 1955.

A tarefa de estudar os indígenas brasileiros torna-se cada vez mais urgente, devido à rapidez com que se processa a desintegração sócio-cultural dos grupos, em contacto contínuo ou intermitante com o homem bran-

co. Tal é o caso das tribos do Alto Xingu, algumas das quais na iminência de extinguir-se, o que levará à perda de precioso material de interesse científico. Revestem-se, por isso, de especial importância os estudos que abordam grupos xinguanos com pequeno número de sobreviventes, derradeiros portadores de sua cultura.

O trabalho sobre os Trumai representa valiosa conquista para a Etnologia Brasileira. As observações datam de 1938, quando o grupo, com seus 48 representantes em uma única aldeia às margens do rio Kuluene, conservava traços de sua cultura suficientes para ser estudado como uma entidade tribal. Buell Quain esteve nessa aldeia de agosto a novembro daquele ano, mas não pôde terminar o trabalho de campo em virtude de sua morte no ano seguinte. Observador sério e objetivo, mas que somente no fim de sua estada dominava a língua da tribo, deixou apenas apontamentos incompletos sobre o sistema cultural dos Trumai. O material foi ordenado e elaborado por Robert Murphy, quase duas décadas de anos depois, com o intuito de apresentar uma descrição, na medida do possível, coerente.

Além do prefácio de Charles Wagley e da introdução de Murphy, o livro contém os seguintes capítulos: A área do Alto Xingu, Subsistência e Tecnologia Trumai, Organização Social Trumai, Crenças e Práticas Religiosas, O ciclo de vida, Morte de uma cultura, bem como um apêndice com trechos de uma carta de Quain a Ruth Benedict, contando suas impressões pessoais sobre a tribo.

Em vista das circunstâncias em que o livro foi escrito, não é de admirar que nele se encontrem formulações hipotéticas ou discutíveis, que têm, ao lado de desvantagens, a vantagem de suscitar problemas.

Duvidosa nos parece a opinião de Murphy de que a prática de feitiçaria entre as várias aldeias do Alto Xingu seria especialmente indicativa do alto grau de integração entre estas, uma vez que, afirma, a feitiçaria em quase todas as culturas é usada somente entre grupos que têm relações interpessoais íntimas (pág. 10). Quer nos parecer que isto não é válido para muitas tribos. Egon Schaden, referindo-se ao conceito de moléstia entre tribos ameríndias, diz que "entre os índios sul-americanos a opinião mais comum sobre a origem das enfermidades é a de que indivíduos maus, **especialmente feiticeiros de tribo estranha** ou até da própria gente, abusam de suas faculdades..." (Aspectos fundamentais da cultura guaraní, pág. 146. São Paulo, 1954. O grifo é nosso). Práticas de feitiçaria ocorrem, pois, não raro entre grupos estranhos.

Ainda, julgamos discutível a assertiva de que os grupos do Alto Xingu constituem, em seu conjunto, uma sociedade (pág. 10). Apesar de haver notáveis semelhanças entre as culturas, resultado de longos anos de relações intertribais, não vemos nisso critério suficiente para considerar populações de origens diversas, vivendo em aldeias independentes e separadas, em contacto esporádico, simplesmente como uma sociedade.

Por outro lado, o trabalho traz informações valiosas para o esclarecimento de certos aspectos, até aqui obscuros, das culturas xinguanas. Assim, por exemplo, a minuciosa descrição da cerimônia do "ole" (mandioca), que tem semelhanças evidentes com a festa do "kuarüp", da qual participam todos os grupos da região, com exceção dos Trumai. Note-se que a cerimônia do "ole" tem como finalidade "assegurar uma colheita abundante de mandioca" (pág. 67), enquanto o "kuarüp" é realizado "em homenagem ao desaparecimento de um cacique de sangue", segundo Y. L. dos Santos ("A festa do kuarüp entre os índios do Alto Xingu", Revista de Antropologia, vol. 4, n.º 2, pág. 111), que informa ser o "kuarüp" precedido

pela festa do "javari", levada ao Xingu pelos índios Trumai. Entretanto, no presente volume nada se diz de tal festa, cuja origem talvez esteja na própria cerimônia do "ole". Seria interessante examinar em que medida existiriam tais relações.

A monografia sobre os Trumai, fonte preciosa e indispensável para a análise deste grupo, é trabalho sério de dois antropólogos que, sem nunca terem travado conhecimento, colaboraram para a existência de um estudo que, ao que tudo indica, será único, pois os Trumai, que em 1953 eram apenas 24, em breve não passarão de um nome a mais na triste lista das tribos extintas.

Rosa Rosemberg Krauss

GILBERTO FREYRE: Problemas Brasileiros de Antropologia, 2a. edição. revista e ampliada. LXXIV + 323 págs. Livraria José Olympio Editôra, Rio de Janeiro, 1959.

Integrando a coleção das Obras Reunidas de Gilberto Freyre, aparece consideravelmente ampliada a segunda edição deste livro de ensaios, que inclui, de mistura, trabalhos vários e heterogêneos, produzidos em épocas diversas e ao sabor das circunstâncias, no espaço de dois decênios de labor intelectual e à margem de toda uma série de obras de maior fôlego. Merece destaque uma nova introdução, de umas quarenta páginas, sobretudo interessante para quem queira ter uma visão melhor das preocupações metodológicas do autor e da maneira pela qual este encara a sua própria posição no desenvolvimento das Ciências Sociais, e da Antropologia em particular, em terra brasileira. Os quinze ensaios enfeixados no volume, escritos quase todos como conferências ou comunicações a congressos científicos, transmitem uma imagem caleidoscópica de aspectos ora gerais, ora regionais, da formação étnica do Brasil e de umas tantas questões de política cultural deles decorrentes. Todos esses trabalhos levam a marca de um pensador de personalidade vigorosa e independente, de um escritor cioso de seu estilo próprio e de sua maneira pessoal de ver as coisas e de colocar os problemas. Em grande parte, ao que nos parece, o caráter positivo da coletânea está no estímulo que representa para o espírito crítico do leitor, do qual não se exige que concorde, sempre e em toda parte, com as idéias expostas, mas do qual se requer uma disposição sadia para ponderar os fatos e os argumentos apontados no texto. É que Gilberto Freyre não pretende, nestes ensaios, levar às últimas consequências a análise dos temas que aborda, nem tratá-los de maneira exaustiva e sistemática. Muito menos dá a impressão de querer dizer a última palavra sobre os numerosos pontos controvertidos ou passíveis de discussão. Ao contrário, serve-se conscientemente de um método de abordagem intuitiva, a seu ver mais adequado à captação, mesmo científica, do que há de original, genuíno e vivo nos fenômenos culturais. Tal modo de proceder defende-o com longa profissão de fé metodológica, em que invoca, a seu favor, os pesquisadores que, justificando o cunho humanístico de certos estudos antropológicos, não vêm como fugir ao subjetivo e à sensibilidade estética em sua tarefa de compreender a natureza das culturas. O antropólogo, mesmo beirando o risco de fazer literatura, não deixará de ser também poeta, unindo a empatia, embora de uso perigoso, ao esforço de objetividade, de que naturalmente não pode abdicar. O que importa é não resvalar para a fantasia ou o capricho pessoal.

Tema recorrente de boa parte dos trabalhos é a pluralidade das origens culturais do Brasil. Volta e meia, abordam-se a heterogeneidade e as incongruências da situação atual, sempre ou quase sempre com o objetivo de abrir perspectivas de uma política para o futuro. Paladino de uma cultura brasileira de cunho visceralmente lusíada, com atributos de variante tropical, Gilberto Freyre se mantém todavia afastado de qualquer posição exclusivista ou até intolerante. Nem poderia ser outra a atitude de um escritor que sempre foi avêso a tôda espécie de "purezas", de raça como de cultura. A imagem ideal do futuro é a de um arquipélago cultural, a ser alcançado e mantido através de uma "política de cultura a um tempo tradicionalista, e progressista, personalista e socialista, unionista e regionalista, lusitanista e pluralista, hispanista e americanista, continentalista e provincianista" (pág. 170). Em suma: salvaguardar a variedade na unidade e enriquecer o todo com os mais variados elementos, sobretudo de "energia folclórica" (pág. 166), de que sejam portadores os imigrantes de outras terras que aqui venham estabelecer-se.

Sem constituir objeto de um ensaio especial, encontra-se no livro, de forma dispersa, assistemática, e de permeio com outras considerações, um esboço histórico da Antropologia cultural brasileira dos últimos decênios. Sem o querer talvez, o autor a caracteriza como uma espécie de, poderíamos dizer, Antropologia adolescente, com tudo o que de positivo e de negativo o termo possa sugerir. São sintomáticos, por um lado, o entusiasmo dos jovens pesquisadores diante da imensidade do campo e a complexidade dos problemas que encerra, a sua acuidade na percepção de coisas novas, a decisão com que procuram romper os quadros para-antropológicos de precursores bem intencionados, mas sem o domínio das necessárias categorias de compreensão e de análise, a recusa de verem os resultados da pesquisa dissociados da ação prática; por outro, o seu caráter irrequieto, buliçoso e por vêzes indisciplinado, a preocupação nacionalista, a discussão em tôrno de prioridades e outras coisas mais. Pela sua personalidade científica de formação universitária estrangeira, Gilberto Freyre, pensador de horizontes largos, de há muito consagrado como um dos líderes intelectuais do Brasil contemporâneo, é sem dúvida um dos homens mais capazes de superar essa Antropologia em vésperas de ritos de iniciação.

Egon Schaden

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

- Amerikanistische Miscellen.** Mitteilungen aus dem Museum für Völkerkunde, XXV. Festband Franz Termer. 208 pp., com 127 figs. e 1 mapa. Kommissionsverlag Ludwig Appel. Hamburgo, 1959.
- AMORIM, FERNANDO BAYOLO PACHECO DE:** Contribuição para o estudo sociológico da tribo To. Contribuições para o Estudo da Antropologia Portuguesa, vol. VI, fasc. 8.º. Coimbra, 1959.
- ANDRÄ, HELMUT:** Hans Staden e sua época. Sep.: Revista de História, n.º 42, pp. 289-307, com 4 figs. São Paulo, 1960.
- Anthropological Papers.** Numbers 57-62. X + 498 pp., 61 plates. Bulletin 173. Bureau of American Ethnology. Smithsonian Institution. Washington, 1960.
- ARBOLEDA, S. J., JOSE' RAFAEL:** Las Ciencias Sociales en Colombia. 74 pp. Publicação n.º 7. Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 1959.
- AZEVEDO, AROLDO DE:** Alexander von Humboldt, naturalista e geógrafo. Sep.: Boletim Paulista de Geografia, n.º 32, pp. 54-72, com 3 ilustr. São Paulo, 1959.
- **Aldeias e aldeamentos de índios.** Sep.: Boletim Paulista de Geografia, n.º 33, p. 23-40. São Paulo, 1959.
- BALDUS, HERBERT:** Beiträge in deutscher Sprache zur Indianerforschung in Brasilien. Sep.: Amerikanistische Miscellen, Mitteilungen aus dem Museum für Völkerkunde in Hamburg, 25, pp. 151-155. Hamburgo, 1959.
- **The fear in Tapirapé culture.** Sep.: Selected Papers of the Fifth International Congress of Anthropological and Ethnological Sciences, Philadelphia, Sept. 1-9, 1956, pp. 396-400. Filadélfia, 1960.
- BALHANA, ALTIVA PILATTI:** Santa Felicidade. Um processo de assimilação. 288 pp., com ilustr. Curitiba, 1958.
- BASCOM, BURT:** Tonomechanics of Northern Tepehuan. Sep.: Phonetica, 4, pp. 71-88. Basileia e N. Yorque, 1959.
- BASTIDE, ROGER:** Les cadres sociaux de l'anthropologie culturelle américaine. Sep.: Cahiers Internationaux de Sociologie, pp. 15-26. Paris, 1959.
- **Les religions africaines au Brésil.** 578 pp. Presses Universitaires de France. Paris, 1960.
- BASTIDE, ROGER; VERGER, PIERRE:** Contribution à l'étude sociologique des marchés Nagô du Bas-Dahomey. Sep.: Cahiers de l'Institut de Science Économique Appliquée, n.º 95; série V (Humanités), n.º 1, pp. 33-65. Paris, 1959.
- BATTAGLIA, RAFFAELLO:** Preistoria del Veneto e della Veneza Giulia. 430 pp., 152 fig. Bulletino di Paletnologia Italiana, vol. fuori serie, 67-68. Museo Preistorico Etnografico L. Pigorini. Roma, 1958-59.

- BECHER, HANS: Xelekuhahé. Das Stockduell der Surára- und Pakidái-Indianer.** Sep.: Amerikanistische Miscellen, Mitteilungen aus dem Museum für Völkerkunde in Hamburg, 25, pp. 162-202, mit 6 Abb. Hamburgo, 1959.
- **Die Stellung des Kindes bei den Surára- und Pakidái-Indianern.** Sep.: Ärztliche Jugendkunde, 52, pp. 104-111, mit 4 Abbildungen. Leipzig, 1959.
- BOGLÁR, L.: Ein endokannibalischer Ritus in Südamerika.** Sep.: Miscellanea Paul Rivet, pp. 67-85. México, 1958.
- **Some notes to burial forms of the Brazilian Indians.** Sep.: Opuscula Ethnologica Memoriae Ludovici Biró Sacra, pp. 159-163. 1959.
- CADOGAN, LEÓN: Carobeni. Apuntes de toponimia hispanoguaraní.** 51 pp. Assunção, 1959.
- **Ticumberú — Añeretangüé. Breves notas sobre toponimia hispanoguaraní.** Sep.: Journal of Inter-American Studies, jan. 1960, pp. 64-76. Gainesville.
- CÂMARA JR., J. MATTOSO: Classificação das Línguas Indígenas do Brasil.** Sep.: Letras, 10, pp. 56-66. Curitiba, 1959.
- **Alguns Radicais Jê.** 69 pp. Publicações Avulsas do Museu Nacional, n.º 28, Rio de Janeiro, 1959.
- **A Obra Lingüística de Curt Nimuendaju.** 25 pp. Publicações Avulsas do Museu Nacional, n.º 29. Rio de Janeiro, 1959.
- CAMPOS, RENATO CARNEIRO: Ideologia dos Poetas Populares do Nordeste.** 118 pp., com ilustrações. Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife. Recife, 1959.
- CARNEIRO, ROBERT: Extra-marital sex freedom among the Kuikuru Indians of Mato Grosso.** Sep.: Revista do Museu Paulista, n.s., 10, pp. 135-142. São Paulo, 1956-58.
- CARNEIRO, ROBERTO; DOLE, GERTRUDE E.: La cultura de los indios Kuikurus del Brasil Central.** Sep.: Runa, 8, pp. 169-202. Buenos Aires, 1956-47.
- CARVALHO NETO, PAULO DE: El indigenismo y el niño.** Sep.: América Indígena, 19, pp. 219-223. México, 1959.
- CHERTUDI, SUSANA: Cuentos folclóricos de la Argentina.** Primera serie. 255 pp. Instituto Nacional de Filología y Folklore. Buenos Aires, 1960.
- COMAS, JUAN: Darwin y la evolución biológica.** Sobretiro del estudio preliminar a El origen de las especies por medio de la selección natural por Carlos Darwin. XLVIII pp., con ilustr. México, 1959.
- **Datos para la historia de la deformación craneal en México.** Sep.: Historia Mexicana, 36, pp. 509-520, com 3 figs. México, 1960.
- COMAS, JUAN; GENOVÉS T., SANTIAGO: Paleoantropología y Evolución.** Varia — 1. 49 pp. Cuadernos del Instituto de Historia. Serie Antropológica. N.º 6. Universidad Nacional Autónoma de México. México, 1959.
- CORDERO, SERAFÍN: Los Charrúas. Síntesis Etnográfica y Arqueológica del Uruguay.** 333 pp., con 214 grabados. Editorial "Mentor". Montevideo, 1960.
- CUNHA, A. XAVIER DA; XAVIER DE MORAIS, M.: Os grupos sanguíneos dos portugueses. Distribuição regional dos sistemas A, B, BO e MN.** Contribuições para o Estudo da Antropologia Portuguesa, vol. VII, fasc. 2.º; pp. 13-36. Coimbra, 1959.
- DIÉGUES JUNIOR, MANUEL: População e Propriedade da Terra no Brasil.** 277 pp. União Pan-Americana. Washington, 1959.

- **Regiões Culturais do Brasil.** 537 pp., com ilustrações. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Rio de Janeiro, 1960.
- DOLE, GERTRUDE E.: Ownership and Exchange among the Kuikuru Indians of Mato Grosso.** Sep.: Revista do Museu Paulista, n.s., 10, pp. 125-133. São Paulo, 1956-58.
- ESPEJO NÚÑEZ, JULIO: Katayok y Molle-Ukru.** Sep.: Perú Indígena, VIII, n.º 18; pp. 91-98, con 5 figs. y 5 láminas. Lima, 1959.
- Etnografiska Museet. Arstryck för 1957 och 1958.** 85 pp., illustr. Göteborg, 1960.
- Etnologiska Studier, 24.** Henry Harald Hansen: Some Costumes of Highland Burma at the Ethnographical Museum of Gothenburg. 81 pp., with 27 figs. and 1 plate. Gotemburgo, 1960. — 25. Karl Erik Larsson: Fijian Studies. 147 pp., with 11 figs. Gotemburgo, 1960.
- FAUST WILLE, NORMA: Vocabulario breve del idioma Cocama (Tupi).** Sep.: Perú Indígena, vol. VIII, n.ºs 18-19, pp. 150-158. Lima, 1959.
- FERNANDES, FLORESTAN: Mudanças Sociais no Brasil.** 401 pp. Difusão Européia do Livro. São Paulo, 1960.
- **Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada.** 423 pp. Livraria Pioneira Editôra. São Paulo, 1960.
- FERREIRA DA SILVA, J.: História do Município da Penha.** 29 pp. (Curitiba, 1959).
- FISCHER, MARTIN: Bilder aus der Frühgeschichte von Rio Grande do Sul.** Sep.: Serra-Post Kalender 1958, pp. 71-98. Ijuí.
- **Bei den Caingang am Inhaçorá.** Sep.: Serra-Post Kalender 1959, 32 pp., mit Abb. Ijuí.
- **Zur Problematik des deutschbrasilianischen Zeitungswesens in Brasilien.** Sep.: Serra-Post Kalender 1960, pp. 65-98, mit Abb. Ijuí.
- FOCK, NIELS: Cultural aspects and social functions of the "Oho" institution among the Waiwai.** Sep.: Proceedings of the 32d International Congress of Americanists, pp. 136-140. Copenhagen, 1958.
- **South American birth customs in theory and practice.** Sep.: Folk, 2, pp. 51-69, illustr. Copenhagen, 1960.
- FOUQUET, KARL: Alexander von Humboldt 1769-1859. Bildnis eines grossen Menschen.** 46 pp., mit 4 Tafeln. Instituto Hans Staden. São Paulo, 1959.
- FREYRE, GILBERTO: Uma política transnacional de cultura para o Brasil de hoje.** 117 pp. Estudos Sociais e Políticos, 9. Edições da Revista Brasileira de Estudos Políticos. Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais. Belo Horizonte.
- FUJII, YUKIO; SMITH, T. LYNN: The Acculturation of the Japanese Immigrants in Brazil.** 56 pp. Latin American Monographs, 8. School of Inter-American Studies. University of Florida. Gainesville, 1959.
- GENOVÉS T., SANTIAGO: Diferencias sexuales en el hueso coxal.** 440 pp., con 22 figs. y 31 esquemas. Universidad Nacional Autónoma de México. Publicaciones del Instituto de Historia, 1.a série, n.º 49. México, 1959.
- GIRARD, RAFAEL: El colapso Maya y los Nahuas.** 44 pp., con ilustr. México, 1959.
- GRIMES, JOSEPH E.: Huichol tone and intonation.** Sep.: International Journal of American Linguistics, 25, pp. 221-232. 1959.
- GRIMM, HANS: Zum Gedenkjahr für Lamarck, Darwin und Haeckel.** Sep.: Ausgrabungen und Funde, 4, pp. 213-214. 1959.
- **Anthropometrische Ergänzung zu H. Riemanns Mitteilungen über die Bestimmung der Linkshändigkeit bei Lebenden und Toten.** Sep.:

- Zeitschrift für Ärztliche Forschung, 45, pp. 215-217, mit 2 Abb. Jena, 1960.
- GRIMM, HANS; STRAUCH, RUDI:** Schliffuntersuchungen an Knochen zum Nachweis einer Feuerbehandlung bei der Bestattung. Sep.: Ausgrabungen und Funde, Heft 6, 1959, pp. 262-263, mit 1 Tafel.
- GUDSCHINSKY, SARAH C.:** Native reactions to tones and words in Mazatec. Sep.: Word, 14, pp. 337-345. 1958.
- **Recent trends in primer construction.** Sep.: Fundamental and Adult Education, 9, pp. 3-32. Paris, 1959.
- **Discourse analysis of a Mazatec text.** Sep.: International Journal of American Linguistics, 25, pp. 139-146. 1959.
- **La Preparación de Cartillas de Alfabetización.** 33 pp. Pátzcuaro, 1959.
- HÄVERNICK, WALTER:** Ursachen der Akzeleration. Sep.: Beiträge zur Deutschen Volks- und Altertumskunde, 4, pp. 63-66. Hamburgo, 1959.
- HIMMELHEBER, HANS:** Der gute Ton bei den Negern. 104 pp., mit Zeichnungen von Kurt Steinel. Verlag Richters & Co. Heidelberg, 1957.
- HOLANDA, SÉRGIO BUARQUE DE** (diretor): **História Geral da Civilização Brasileira.** Tomo I. A Época Colonial; 1.º Volume: Do Descobrimiento à Expansão Territorial. 389 pp., com 16 pranchas. Difusão Européia do Livro. São Paulo, 1960.
- HUPPERTZ, JOSEFINE:** Die Eigentumsrechte bei den Maasai. Sep.: Anthropos, 54, pp. 939-969. Posieux, 1959.
- HUTCHINSON, BERTRAM** (e colaboradores): **Mobilidade e Trabalho. Um estudo na cidade de São Paulo.** VIII + 451 pp. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Rio de Janeiro, 1960.
- KROEBER, A. L.:** **Ethnographic Interpretations 7-11.** University of California Publications in American Archaeology and Ethnology, vol. 47, n.º 3, pp. 235-310. University of California Press. Berkeley e Los Angeles, 1959.
- LAGUNA, FREDERICA DE:** **The Story of a Tlingit Community: A Problem in the Relationship between Archeological, Ethnological, and Historical Methods.** X + 254 pp., with 11 plates. Bulletin 172. Bureau of American Ethnology. Smithsonian Institution. Washington, 1960.
- LIDLAW, SALLY JEAN:** **Federal Indian Land Policy and the Fort Hall Indians.** III + 61 pp. Occasional Papers of the Idaho State College Museum, N. 3. Pocatello, 1960.
- LAYRISSE, MIGUEL; WILBERT, JOHANNES:** **El Antígeno del Sistema Sangüíneo Diego.** 160 pp., con 8 figs. y 1 mapa. Editorial Sucre. Caracas, 1960.
- LAYRISSE, MIGUEL; WILBERT, JOHANNES; ARENDS, TULLIO:** **Frequency of blood group antigens in the descendants of Guayquerí Indians.** Sep.: The American Journal of Physical Anthropology, 16, pp. 307-318, with 1 fig. 1958.
- LIPS, EVA:** **Die Reisernte der Ojibwa-Indianer. Wirtschaft und Recht eines Erntevolkes.** XV + 391 pp., mit 175 Abb. und 1 Farbtafel. Deutsche Akademie der Wissenschaften zu Berlin. Akademie-Verlag. Berlin, 1956.
- MAIA NETO, MARIA AUGUSTA:** **Acêrca do valor da grande cavidade sigmóide do cúbito como caráter sexual.** Contribuições para o Estudo da Antropologia Portuguesa, vol. VII, fasc. 1.º, pp. 1-12, com 9 figs. Coimbra, 1959.
- MANFREDONIA, MARIO:** **I solchi cerebrali negli Eritrei dell'Altopiano.** 297 pp., con 20 figure nel testo e 20 tavole fuori testo. Supplemento

- della Rivista di Antropologia, vol. XLVI. Istituto Italiano di Antropologia. Roma, 1959.
- MARCONDES, J. V. FREITAS: Brasilia, the New Capital of Brazil.** Sep.: Mississippi Quarterly, 12, pp. 157-167. 1959.
- MAYBURY-LEWIS, DAVID: The Analysis of Dual Organizations: A Methodological Critique.** Sep.: Bijdr. tot de Tal-, Land- en Volkenkunde, 116, pp. 17-44, 8 figs. Haia, 1960.
- MEIER, JOHN: Ahnengrab und Rechtsstein. Untersuchungen zur deutschen Volkskunde und Rechtsgeschichte.** VIII + 159 pp., mit 55 Abb. Deutsche Akademie der Wissenschaften zu Berlin. Akademie-Verlag. Berlin, 1950.
- MERRIFIELD, WILLIAM R.: The Kiowa verb prefix.** Sep.: International Journal of American Linguistics, 25, pp. 167-176. 1959.
- MÜLLER, CHRISTIAN: Korrelationsstatistische Untersuchungen am Radius.** Sep.: Wissenschaftliche Zeitschrift der Humboldt-Universität zu Berlin, Mathem.-Naturw. Reihe, 8, pp. 229-238, mit 7 Abb. Berlin, 1958/59.
- NUTZ, WALTER: Eine Kulturanalyse von Kei. Beiträge zur vergleichenden Völkerkunde Ostindiens.** 166 pp., mit 3 Abb. und 2 Karten. Michael Tritsch Verlag. Düsseldorf, 1959.
- OLIVEIRA, ROBERTO CARDOSO DE: O Processo de Assimilação dos Terreiros.** 166 pp., com ilustrações. Museu Nacional. Rio de Janeiro, 1960.
- PEREIRA DE QUEIROZ, MARIA ISAURA: Les études ethno-sociologiques au Brésil.** Sep.: Recherches de l'Institut de Science Economique Appliquée, 96 (Série M., n.º 6). Recherches et Dialogues Philosophiques et Économiques, 6, pp. 103-147. Paris, 1959.
- PETROCCHI, MARIO: Caratteri di relativismo nelle costituzioni individuali.** Sep.: Scienza e Tecnica, 3, pp. 59-83, 10 fig. 1959.
- PIAZZA, WALTER F. Folclore de Brusque.** 224 pp., com ilustrações. Sociedade Amigos de Brusque. Brusque, 1960.
- PIKE, EUNICE V.: A test for predicting phonetic ability.** Sep.: Language Learning, 9, pp. 35-41.
- PIKE, KENNETH L.: Language as particle, wave, and field.** Sep.: The Texas Quarterly, 2, n.º 2, pp. 37-54. 1959.
- PLISCHKE, HANS: Bogen und Pfeil auf den Marquesas-Inseln.** Sep.: Zeitschrift für Ethnologie, 84, pp. 19-24. Brunsvique, 1959.
- **Gedanken über den ethnologischen Wert der Indianerforschung.** Sep.: Amerikanistische Miscellen, Mitteilungen aus dem Museum für Völkerkunde in Hamburg, 25, pp. 9-13. Hamburgo, 1959.
- POWLISON, PAUL S.: La cultura Yagua reflejada en sus cuentos folklóricos.** Sep.: Folklore Americano, 6-7, pp. 5-27, con ilustr. Lima, 1959.
- REIN, MERCEDES: Ernst Cassirer.** 39 pp. Cuadernos de Filosofía del Lenguaje. Departamento de Lingüística, Instituto de Filología, Facultad de Humanidades y Ciencias. Universidad de la República. Montevideu. 1959.
- RIBAS, ÓSCAR: Ilundo. Divindades e ritos angolanos.** 160 pp., com 52 gravuras em pranchas. Publicações do Museu de Angola. Luanda, 1958.
- RODRIGUES, ARYON DALL'IGNA: Contribuição para a etimologia dos brasileirismos.** 54 pp. Sep.: Revista Portuguesa de Filologia, 9, 1958. Coimbra, 1959.
- ROHR, S. J., ALFREDO: Pesquisas pàleo-etnográficas na Ilha de Santa Catarina.** Sep.: Pesquisas, 3, 199-267, com 26 figs. Pôrto Alegre, 1959.
- SACCHETTI, ALFREDO: Fattori genetici e difference psicologiche di popolazione.** Sep.: Scienza e Tecnica, N. S., 3, pp. 19-36, 1 fig. 1959.

- **L'Antropologia nei Servizi Armati.** Sep.: *Annali di Medicina Navale e Tropicale*, 64, pp. 733-740. 1959.
- **Genesi, sviluppo ed omogeneizzazione delle genti andine.** 40 pp., 2 figs., 3 tav. Sep.: *Rivista di Etnografia*, 13. Nápoles, 1959.
- SANTOS, MARIA S. DE ALMEIDA: O sulco palmar transverso nos portugueses.** Contribuições para o Estudo da Antropologia Portuguesa, vol. VII, fasc. 3.º; pp. 37-44, com 4 estampas. Coimbra, 1960.
- SCHMITZ, S. J., INÁCIO: A cerâmica guaraní da Ilha de Santa Catarina.** Sep.: *Pesquisas*, 3, pp. 267-324, com 18 pranchas. Pôrto Alegre, 1959.
- SHAFFER, ROBERT: Algumas equações fonéticas em Arawakan.** Sep.: *Anthropos*, 54, pp. 542-562. Posieux, 1959.
- SHELL, OLIVE A.: Grupos idiomáticos de la selva peruana.** 20 pp. y 1 mapa. Estudios, n.º 7. Publicaciones del Instituto de Filología de la Facultad de Letras de la Universidad Mayor de San Marcos. Lima, 1959.
- SIEGEL, BERNARD J.: Biennial Review of Anthropology 1959.** X + 273 pp. Stanford University Press. Stanford, 1959.
- SMITH, T. LYNN: Un análisis comparativo de la migración rural-urbana en Latinoamérica.** Sep.: *Estadística, Journal of the Inter-American Statistical Institute*, pp. 435-453, dezembro de 1958.
- SODRÉ, NELSON WERNECK: O que se deve ler para conhecer o Brasil.** 388 pp. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Rio de Janeiro, 1960.
- SWANSON, JR., EARL H.; TUOHY, DONALD R.; BRYAN, ALAN L.: Archaeological Explorations in Central and South Idaho — 1958. I. Types and Distributions of Site Features and Stone Tools.** Occasional Papers of the Idaho State College Museum, n.º 2. 104 pp., with illustr. Pocatello, 1959.
- TRIMBORN, HERMANN: Archäologische Studien in den Kordilleren Boliviens.** 76 pp., mit 66 Abb. *Baessler-Archiv, N. F., Beiheft 2.* Dietrich Reimer Verlag. Berlin, 1959.
- TRUJILLO FERRARI, ALFONSO: Fundamentos de Antropologia Geral.** Fasc. I e II. 136 pp., com 32 figs. São Paulo, 1959.
- **Lunahuaná.** 92 pp. Sep.: *Sociologia*, vol. XXI, n.ºs 2 e 4. São Paulo, 1960.
- TUCCI, GIOVANNI: Sistemi Monetari Africani al Lume dell'Economia Primitiva.** 135 pp. *Rivista di Etnografia.* Nápoles, 1950.
- **Note sur l'orientation actuelle des études ethnographiques en Italie.** Sep.: *Recherches de l'Institut de Science Économique Appliquée*, 93 (Série M, n.º 5). *Recherches et Dialogues Philosophiques et Économiques*, 5, pp. 23-63. Paris, 1959.
- UHLE, MAX: Wesen und Ordnung der altperuanischen Kulturen.** 131 pp., mit Abb. *Bibliotheca Ibero-Americana*, Band 1. Colloquium Verlag. Berlin, 1959.
- URTEAGA PORTOCARRERO, N. P. SOLÓN: Bosquejo parcial sucinto sobre la Cultura Caxamarca-Marañón.** 34 pp., con 19 láminas. Baños del Inca, 1960.
- V. VERSCHUER, O. FRHR: Die Zwillingsforschung im Dienste der inneren Medizin.** Sep.: *Verhandlungen der Deutschen Gesellschaft für Innere Medizin* (64. Kongress 1958), pp. 262-273. Munique.
- **Das Problem der Degeneration — betrachtet vom Standpunkt des Arztes.** Sep.: *Hippokrates*, 30, pp. 1-5. Stuttgart, 1959.
- **Die genetischen Probleme.** Sep.: *Die Therapiewoche*, 9, 10, mit 2 Abb. Karlsruhe, 1959.

- **Erbanlage und Lebensdauer.** Sep.: Mehrdimensionale Diagnostik und Therapie (Festschrift Ernst Kretschmer), pp. 228-237. Stuttgart, 1958.
- WALLACE, ANTHONY F. C.** (ed.): **Selected Papers of the Fifth International Congress of Anthropological and Ethnological Sciences.** Philadelphia, September 1-9, 1956. *Man and Cultures.* XXXI + 810 pp., with illustr. University of Pennsylvania Press. Filadélfia, 1960.
- WEDEL, WALDO R.:** **An Introduction to Kansas Archeology,** with "Description of the Skeletal Remains from Doniphan and Scott Counties, Kansas", by T. D. Stewart. XVII + 723 pp., with 97 plates. Bulletin 174. Bureau of American Ethnology. Smithsonian Institution. Washington, 1959.
- WELL, R.; KNAK, G.:** **Über die Altersveränderungen der Regio submentalis beim Menschen.** Sep.: Zeitschrift für Alternsforschung, 13, pp. 320-332, mit 7 Abb. und 4 Tab. Dresden e Leipzig, 1959.
- WILBERT, JOHANNES:** **Zur Soziologie der Paraujano.** Sep.: Zeitschrift für Ethnologie, 84, pp. 81-87. Brunsvique, 1959.
- **Puertas del averno.** Sep.: Memoria de la Sociedad de Ciencias Naturales La Salle, 19 (n.º 54), pp. 161-175, ilustr. Caracas, 1959.
- WUSTMANN, ERICH:** **Xingú. Paradies ohne Frieden.** 236 pp., ilustr. Neumann Verlag. Radebeul, 1959.

PERIÓDICOS

- Alma Mater,** N.ºs 3-4; julho-dezembro de 1959. Belo Horizonte.
- América Indígena.** Vol. XIX, n.º 4, outubro de 1959. N.º 1, 2 e 3; janeiro, abril e julho de 1960. México.
- Anales del Instituto de Lingüística.** Tomo VII; 1959. Mendoza.
- Anthropologica.** N. S., vol. II, n.º 1; 1960. Ottawa.
- Anthropological Quarterly.** Vol. 32, n.º 4; outubro de 1959. Vol. 33, n.ºs 1, 2 e 3; janeiro, abril e junho de 1960. Washington.
- Anthropos.** Vol. 55, fasc. 1-2; 1960. Posieux.
- Antropológica.** N.º 8; 30 de setembro de 1959. Caracas.
- Archives de Sociologie des Religions.** 4.º ano, n.º 8; julho-dezembro de 1959. Paris.
- Archives Suisses d'Anthropologie Générale.** Tomo XXIV; 1959. Genebra.
- Baessler-Archiv.** N. F., vol. VII (vol. XXXII), fasc. 2; dezembro de 1959. Berlim.
- Bibliografia Brasileira de Ciências Sociais.** Vol. 4; 1957. Rio de Janeiro.
- Blumenau em Cadernos.** Tomo III, n.ºs 1-7; de janeiro a julho de 1960. Blumenau.
- Boletim Bibliográfico.** N.ºs 113-118; de outubro de 1957 a março de 1958. Mossoró (1960).
- Boletim da Sociedade Brasileira de Genética.** Vol. II, n.º 1; abril-junho de 1960. Curitiba.
- Boletim do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais.** Ano II, n.º 4; novembro de 1959. Ano III, n.ºs 1 e 2; fevereiro e maio de 1960. Rio de Janeiro.
- Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi.** N. S., Antropologia. N.º 5; julho de 1959. N.º 6; agosto de 1959. N.º 7; setembro de 1959. N.º 8; janeiro de 1960. N.º 9; fevereiro de 1960. Belém.
- Boletim Paulista de Geografia.** N.º 34; março de 1960. São Paulo.
- Boletín del Instituto de Antropología.** Vol. II, n.º 7; 1960. Medellín.

- Boletín del Instituto de Folklore.** Vol. III, n.ºs 6 e 7; dezembro de 1959 e maio de 1960. Caracas.
- Bulletin de la Société Suisse des Américanistes.** Ano X, n.º 18; setembro de 1959. Ano XI, n.º 19; março de 1960. Genebra.
- Bulletin of the International Committee on Urgent Anthropological and Ethnological Research.** N.º 2; 1959. Viena.
- Chimor.** Anos V e VI; 1957-1958. Trujillo.
- Ciencias Políticas y Sociales.** Ano V, n.ºs 16 e 17, abril-junho e julho-setembro de 1959. Ano VI, n.º 19, janeiro-março de 1960. México.
- Cuadernos Hispanoamericanos.** N.ºs 119-125; de novembro de 1959 a maio de 1960. Madri.
- Divulgaciones Etnológicas.** Vol. VI; 1957. Barranquilla.
- Educação e Ciências Sociais.** Ano IV, vol. 5, n.º 11; agosto de 1959. Ano IV, vol. 6, n.º 12; novembro de 1959. Ano V, vol. 7, n.º 13; fevereiro de 1960. Rio de Janeiro.
- Estudios Americanos.** Vol. XVI, n.ºs 86-87; novembro-dezembro de 1958. Vol. XVII, n.ºs 88-89; n.ºs 90-91, 92-93, 94-95 e 96-97; janeiro-fevereiro, março-abril, maio-junho, julho-agosto e setembro-outubro de 1959. Sevilla.
- Estudos Ultramarinos.** N.ºs 1 e 2; 1960. Lisboa.
- Ethnologica.** N. S., vol. 1; 1959. Vol. 2; 1960. Colônia.
- Ethnos.** Vol. 24; n.ºs 1-2; 1959. Stockholm.
- Folia Antropológica.** N.º 1; 1960. Caracas.
- Forschungen und Fortschritte.** Ano 33, n.ºs 11 e 12; novembro e dezembro de 1959. Ano 34, n.ºs 1-6; de janeiro a junho de 1960. Berlim.
- Homo.** Vol. X, n.ºs 2-4; 1959. Göttingen.
- Humanitas.** Vol. I, n.º 2; 1959. Quito.
- Jahrbuch des Museums für Völkerkunde zu Leipzig.** Vol. XVII; 1958. Berlim.
- Khana.** Ano VII, Vol. I, n.ºs 33-34; julho de 1959. La Paz.
- Kriterion.** Vol. XII, n.ºs 49-50; julho-dezembro de 1959. Belo Horizonte.
- Journal de la Société des Américanistes.** N. S., tomo XLVIII; 1959. Paris.
- La Palabra y el Hombre.** N.ºs 12-13; outubro-dezembro de 1959 e janeiro-março de 1960. Xalapa.
- Memoria de la Sociedad de Ciencias Naturales La Salle.** Tomo XVIII, n.º 51; setembro-dezembro de 1958. Caracas.
- Mitteilungen des Instituts für Auslandsbeziehungen.** Ano 9, n.ºs 3 e 4; julho-setembro de 1959. Ano 10, n.º 1; janeiro-março de 1960. Stuttgart.
- Noticiario Indigenista Español.** N.ºs 33-34 e 35-36; dezembro de 1958, janeiro de 1959 e fevereiro-março de 1959. Madri.
- Paideuma.** Vol. VII, n.ºs 2 e 3; novembro de 1959 e maio de 1960. Wiesbaden.
- Pesquisas.** N.º 3, 1959. Pôrto Alegre.
- Perú Indígena.** Vol. VIII, n.ºs 18 e 19; janeiro-junho de 1959. Lima.
- Recherches Sociographiques.** Vol. I, n.º 1; janeiro-março de 1960. Québec.
- Regio Basiliensis.** Ano I, n.º 1; outubro de 1959. Basiléia.
- Relações Humanas.** Ano 2, n.º 6; dezembro de 1959. São Paulo.
- Revista Brasileira de Estudos Políticos.** N.º 8; abril de 1960. Belo Horizonte.
- Revista Brasileira de Geografia.** Ano XX, n.ºs 3 e 4; julho-setembro e outubro-dezembro de 1958. Ano XXI, n.ºs 1 e 2; janeiro-março e abril-junho de 1959. Rio de Janeiro.
- Revista Colombiana de Folclor.** Segunda Época, Vol. II, n.º 4; 1960. Bogotá.
- Revista de la Facultad de Ciencias Naturales de Salta.** Tomo I, n.º 1; 1959. Salta.

- Revista de História.** Ano X, vol. XIX, n.º 40; outubro-dezembro de 1959. Ano XI, vol. XX, n.ºs 41 e 42; janeiro-março e abril-junho de 1960. Ano XI, vol. XXI, n.º 43; julho-setembro de 1960. São Paulo.
- Revista de Psicologia Normal e Patológica.** Ano V, n.ºs 1-2 e 3-4; janeiro-junho e julho-dezembro de 1958. Ano VI, n.ºs 1-2; janeiro-junho de 1960. São Paulo.
- Revista Mexicana de Sociología.** Ano XXI, vol. XXI; n.ºs 1, 2 e 3; janeiro-abril, maio-agosto e setembro-dezembro de 1959. México.
- Rivista di Antropologia.** Vol. XLV; 1958. Roma.
- Rivista di Etnografia.** Ano I, n.ºs 1 e 2; dezembro de 1946 e março de 1947. Anos II-XIII; de 1948 a 1959. Nápoles.
- Santo Antônio.** Ano 17, n.º 1; 1959. Recife.
- Sociologia.** Vol. XXI, n.º 4; outubro de 1959. Vol. XXII, n.ºs 1 e 2; março e junho de 1960. São Paulo.
- Sociological Abstracts.** Vol. 7, n.º 4; outubro de 1959. Vol. 8, n.ºs 1 e 2; janeiro e abril de 1960. Nova Iorque.
- Suloh Nantah.** N.º 11, agosto de 1959. Singapura.
- Tebiwa.** Vol. 2, n.º 2; outono de 1959. Pocatello.
- The Japanese Journal of Ethnology.** Vol. 23, n.º 4; 1959. Vol. 24, n.ºs 1-2; 1960. Tóquio.
- Tribus.** N.º 8; outubro de 1959. Stuttgart.
- Wiener Völkerkundliche Mitteilungen.** Ano VII, n.º 5, vol. II, n.ºs 1-4; 1959. Viena.
- Yarassu.** Ano 1, n.º 5; janeiro-março de 1960. São Paulo.

Revista
de
Antropologia

EGON SCHADEN, Diretor

VOLUME 8.º

SÃO PAULO
1960

ÍNDICE DO 8.º VOLUME

ARTIGOS

P. H. SALDANHA, O. FROTA-PESSOA, PHYLUS EVELETH, F. OTTENSOOSER, ALDA B. CUNHA e MARINA A. A. CAVALCANTI: Estudo genético e antropológico de uma colônia de holandeses no Brasil	1
GERMÁN FERNÁNDEZ GUIZZETTI: Proyecciones filosóficas de algunas teorías etnolingüísticas contemporaneas (1a. parte)	43
MARIA ISAURA PEREIRA DE QUEIROZ: Aspectos gerais do messianismo	63
EMÍLIO WILLEMS: Mudanças estruturais-funcionais em comunidades campesinas de cinco países europeus	113
RENÉ RIBEIRO: O episódio da Serra do Rodeador (1817-1820): um movimento milenar e sebastianista	133
LÚCIA WOLLET DE MELLO: Costumes matrimoniais entre japoneses e seus descendentes no Brasil	145

PEQUENAS COMUNICAÇÕES

Afrocolombianismo: estado actual, métodos y necesidades (Carlos Escalante Angulo)	153
Notícia dos trabalhos lingüísticos inéditos de Curt Nimuendaju (Yonne Leite)	156

NOTICIÁRIO

IV Reunião Brasileira de Antropologia (Curitiba, 15-18 de julho de 1959)	77
--------------------------------------------------------------------------------	----

BIBLIOGRAFIA

CHARLES DARWIN: The Origin of Species (Egon Schaden)	95
BRIGITTE HANKE: Darwin (Egon Schaden)	97
P. FR. ANSELMO SCHERMAIR E.: Vocabulario Sirionó-Castellano (Carlos Drumond)	98
ESTÊVÃO PINTO: Muxarabis & Balcões e outros ensaios (Egon Schaden)	100

CHARLES WAGLEY e MARVIN HARRIS: Minorities in the New World (Eunice Ribeiro Durham)	102
AUGUSTO CARDICH: Los Yacimientos de Lauricocha (Eunice Ribeiro Durham)	103
NEWTON FREIRE-MAIA: Inbreeding in Brazil (P. H. Saldanha)	161
ANTHONY F. C. WALLACE (ed.): Selected Papers of the Fifth International and Ethnological Sciences (Philadelphia, September 1-9, 1956), Men and Cultures (Egon Schaden)	163
BERNARD J. SIEGEL (ed.): Biennial Review of Anthropology 1959 (Egon Schaden)	165
WILLIAM I. THOMAS e FLORIAN ZNANIECKI: The Polish Peasant in Europe and America (Florestan Fernandes)	166
MICHEL LEIRIS: La possession et ses aspects théâtraux chez les éthiopiens de Gondar (O. E. Xidieh)	168
HANS HIMMELHEBER: Der gute Ton bei den Negern (Egon Schaden)	171
Amerikanistische Miszellen (Egon Schaden)	173
Miscellanea Paul Rivet Octogenario Dicata (Egon Schaden)	174
JESÚS LARA, LUDWIG FLACHSKAMPF e HERMANN TRIMBORN: Volksdichtung der Ketschua (Egon Schaden)	175
ALFRED MÉTRAUX: Le Vaudou Haïtien (Maria Isaura Pereira de Queiroz)	176
HERMANN TRIMBORN: Das Alte Amerika (Egon Schaden)	178
HÉLIO GALVÃO: O Mutirão no Nordeste (J. V. Freitas Marcodes)	179
ROBERT F. MURPHY e BUELL QUAIN: The Trumai Indians of Central Brazil (Rosa Rosenberg Krausz)	180
GILBERTO FREYRE: Problemas Brasileiros de Antropologia (Egon Schaden)	182
PUBLICAÇÕES RECEBIDAS	105 e 134
PERIÓDICOS	110 e 190

PAUL EHRENREICH

CONTRIBUIÇÕES PARA A ETNOLOGIA DO BRASIL

Tradução de Egon Schaden

Obra clássica sobre os índios do Araguaia e do Purus, com uma introdução e numerosas notas de Herbert Baldus. Separata da Revista do Museu Paulista.

Volume de 130 páginas, com 48 ilustrações no texto e 15 pranchas em papel especial.

Preço: Cr\$ 160,00

À venda na

LIVRARIA AGIR

Rua Bráulio Gomes, 125

São Paulo

REVISTA MEXICANA DE SOCIOLOGÍA

PUBLICACIÓN DEL INSTITUTO DE INVESTIGACIONES SOCIALES DE LA UNIVERSIDAD NACIONAL DE MÉXICO

Torre de Humanidades, Ciudad Universitaria. Villa Obregón 20, D. F.

Director:

LUCIO MENDIETA Y NÚÑEZ

Doctor en Derecho

La Universidad Nacional Autónoma de México publica un número de la **Revista Mexicana de Sociología**, cada cuatro meses. Precio del ejemplar \$7.00. — Números atrasados \$7.50

